



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Vitimização por Homicídio: Perfil Socioeconômico e Criminal das Vítimas

Isabella Fonseca Torres Vilaça

Belém-PA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Vilaça, Isabella Fonseca Torres, 1983-
Vitimização por homicídio: perfil socioeconômico e
criminal das vítimas / Isabella Fonseca Torres
Vilaça. - 2016.

Orientador: Edson Marcos Leal Soares
Ramos;

Coorientador: Silvia dos Santos de
Almeida.

Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Segurança Pública, Belém, 2016.

1. Vítimas-aspectos sociais. 2.
Homicídio-aspectos sociais. 3. Violência. 4.
Segurança pública. I. Título.

CDD 22. ed. 362.88

Isabella Fonseca Torres Vilaça

Vitimização por Homicídio: Perfil Socioeconômico e Criminal das Vítimas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública.

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Coorientadora: Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*

Belém-PA
2016

Vitimização por Homicídio: Perfil Socioeconômico e Criminal das Vítimas

Isabella Fonseca Torres Vilaça

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Belém, 22 de abril de 2016.

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*
(Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

Banca Examinadora

Prof. <i>Dr.</i> Edson Marcos Leal Soares Ramos Universidade Federal do Pará Orientador	Prof. <i>Dra.</i> Silvia dos Santos de Almeida Universidade Federal do Pará Coorientadora
---	---

Prof. <i>Dr.</i> Clay Anderson Nunes Chagas Universidade Federal do Pará Avaliador Interno	Prof. <i>Dra.</i> Vera Lúcia de Azevedo Lima Universidade Federal do Pará Avaliadora Externa
--	--

Dedico aos meus queridos paizinhos, Edézio de Souza Vilaça e Shirley Karanine da Fonseca Torres Vilaça, não apenas este trabalho, mas uma vida inteira de aprendizado, amor e carinho, assegurada graças ao esforço incondicional que desempenharam em prol da minha formação pessoal, acadêmica e profissional;

Ao meu amado esposo Thiago Nogueira Abranches, pela infinita paciência, compreensão e apoio emocional, fundamentais ao meu equilíbrio pessoal durante esta jornada acadêmica;

A minha linda irmã, Rafaela Vilaça Abud, pelas saudosas recordações de infância e por continuar presente em minha vida até os dias de hoje;

A toda a minha família e amigos que vibraram comigo desde o início desta caminhada e compreenderem o motivo de minha ausência nos diversos momentos de confraternização e nas importantes datas comemorativas de que precisei abdicar.

AGRADECIMENTOS

A realização de todo trabalho acadêmico, por mais individual que seja, demanda o apoio e a colaboração de outras pessoas e/ou instituições. Devo reconhecer que foram tantos aqueles que me acompanharam, direta ou indiretamente, durante esta caminhada, que não caberia citá-los, um a um. Entretanto, alguns deles merecem um agradecimento especial de minha parte, aos quais registro o meu muito obrigada:

Agradeço primeiramente a Deus, por ter sido minha fortaleza em todos os momentos desta trajetória, sobretudo nos mais difíceis, não me desamparando em instante algum e permitindo a conclusão de mais esta etapa de minha vida acadêmica e profissional;

Aos meus abençoados paizinhos, Edézio e Shirley Vilaça, por serem as pessoas que acompanharam não só este, mas cada passo de minha vida, um a um, sempre com palavras de incentivo e exemplo de perseverança. A vocês, minha eterna gratidão por todas as conquistas já alcançadas e por todas que ainda hei de alcançar;

Ao meu generoso e paciente esposo, Thiago Abranches, meu melhor amigo, que foi quem dividiu comigo **todos** os inúmeros momentos críticos em que as minhas manifestações de exaustão, ansiedade, insegurança e estresse vieram à tona, nunca me desamparando, ao contrário, sempre me incentivando a seguir em frente e a lutar não só pelo meu, mas pelos nossos objetivos em comum. Obrigada por sempre apoiar cada uma das minhas decisões, compreendendo as abdições necessárias para executá-las. Sem seu esteio, meu amor, certamente tudo teria sido muito mais difícil;

À minha irmã, Rafaela Vilaça Abud, pelos momentos de descontração e lazer, que muitas vezes me serviram de refúgio ao cansaço físico e mental;

Ao colega Eduardo Pereira, por meio do qual obtive conhecimento do processo seletivo ao ingresso deste Programa de Pós-Graduação;

À Universidade Federal do Pará, pela oportunidade de crescimento acadêmico e profissional a mim concedida, em especial ao coordenador do curso, Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos, pela persistência que mantém em garantir que este Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública permaneça formando novos Mestres na área;

Novamente, ao Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos, que além de meu orientador de dissertação, tornou-se, também, um grande amigo. Muito obrigada por todo o conhecimento, atenção, paciência, apoio e carinho dispensados a mim, além de tantos momentos de descontração e de brincadeiras saudáveis que nunca faltavam a cada orientação. Digno dos meus mais sinceros agradecimentos por toda a ajuda e zelo, e, por proporcionar a sua amizade leal e verdadeira, a qual prezo, respeito muito e pretendo conservar para sempre;

À Professora Dra. Sílvia dos Santos Almeida, minha coorientadora que se revelou tão prestativa, carinhosa, solidária e paciente quando eu mais precisei, ajudando-me com valiosos conselhos e sugestões práticas fundamentais à conclusão deste trabalho;

A todos os Docentes do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, os quais contribuíram substancialmente à construção, ampliação e consolidação de novos saberes, tão importantes à reflexão de assuntos que antes pouco explorava e/ou dominava;

À Banca examinadora da presente dissertação, que se dispôs a contribuir com inestimáveis críticas e sugestões, fundamentais à melhoria da estrutura e conteúdo da mesma;

Aos amigos e colegas do Programa, pelos prazerosos momentos de descontração compartilhados e, sobretudo, pela forma terna com que souberam dividir os momentos de adversidade pelos quais passei, no sentido de encorajar-me para que não temesse diante das barreiras e obstáculos que me desafiaram no decorrer desta jornada. Em especial, agradeço profundamente à amiga Luana Peres que, inúmeras vezes, estendeu-me as mãos ajudando-me a enfrentar, de forma prática, certas limitações, hoje já superadas. Saiba, Luana, que você foi fundamental ao meu sucesso acadêmico. Agradeço também aos amigos Angélica Varela, Amaury Suzart e Kelly Serejo pelas valiosas contribuições no âmbito do Direito Penal;

Aos colegas do LASIG, em especial ao José Luiz Lisboa, o qual, por diversas vezes, compartilhou dos seus preciosos conhecimentos acadêmicos durante a execução deste trabalho, sempre me acolhendo de forma paciente e generosa. Agradeço também à Lorena Amoras, à Maciele Ora, à Marcela de Lima, ao Pedro Furtado e ao Elizio Azavedo, os quais também contribuíram de alguma forma à execução deste trabalho;

Aos meus superiores hierárquicos, o então Coordenador de Perícias Genéricas, Paulo Bentes; o Diretor do Instituto de Criminalística, Silvio da Conceição; e, o Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, Orlando Salgado, por terem concedido, por

intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pesquisa – COAPES, o banco de dados do referido Centro. Agradeço, também, pela benevolência e colaboração para que a conclusão deste mestrado fosse possível;

À Chefe de Gabinete do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, Amaurides Mello; e, à atenciosa equipe técnica que compõe a COAPS, em especial à sua Coordenadora Geral, Izabella Bahia e à servidora Dilma Teixeira. Agradeço também ao colega do Núcleo de Informática do referido Centro, Eurico Rocha. Muito obrigada a todos pela significativa ajuda técnica e administrativa prestada;

Às minhas amigas pessoais e colegas de trabalho lotadas no Núcleo de Impressão Datiloscópica do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, onde desenvolvo minhas atividades laborais, a saber: Lílian Jane, Marília Hádima, Lucila Almeida, Risalva Penha, Maria Lenira e Cláudia Maciel. Não poderia deixar de agradecer a cada uma de vocês pela compreensão, por cada troca de plantão, e, principalmente, pela amizade. Sou grata, também, à Equipe do Núcleo de Crimes contra o Patrimônio, sobretudo ao colega Mauro Oliveira por me “socorrer” com seus conhecimentos acadêmicos toda vez que foi acionado por mim. Agradeço, ainda, à minha amiga Fabíola Peixoto, que por diversas vezes interessou-se em saber a respeito da desenvoltura desta dissertação e do meu estado emocional diante das diversas tarefas que precisei concluir;

Aos servidores do Instituto Médico Legal – IML do Centro de perícias Científicas Renato Chaves, em especial ao Dr. Cláudio Guimarães, ao Dr. José Arimateia, e, às apreciadas colegas Wanda da Costa e à Adrinny de Castro, que não mediram esforços para ajudar-me durante o levantamento de dados junto ao referido Instituto;

À Polícia Civil do Estado do Pará, representada na pessoa do Delegado Geral da Polícia Civil, Rilmar de Sousa, e, à equipe da Diretoria de Identificação "Enéas Martins" – DIDEM, em especial ao Diretor Ricardo Paulo e à Papiloscopista Maria de Nazare Hayden, os quais foram bastante solícitos e acolhedores, assessorando-me na realização do levantamento de dados junto a referida Diretoria;

À querida e estimada amiga Beatriz e seu esposo, o então colega de turma Marcos Miléo, que desde o princípio deste curso, por diversas vezes, deixaram seus afazeres para ajudar-me a obter parte dos dados necessários à realização desta pesquisa. Saibam que vocês

ganharam uma amiga que será eternamente grata e disposta a retribuir, de coração, toda ajuda destinada;

Aos meus queridos amigos Lucila Almeida, Homero Corrêa e Djalma Frade por sempre terem acreditado no meu potencial e terem depositado todo o apoio e otimismo de que necessitei, confortando-me e animando-me a cada dificuldade, além de vibrarem comigo a cada nova vitória conquistada. Saibam que a ajuda incondicional de cada um de vocês jamais será esquecida por mim. Quero parabenizar-lhes pelo seu caráter e exemplo de bondade, integridade, solidariedade, generosidade e dignidade, pelos quais conquistaram o meu carinho, respeito, amor e dedicação. A amizade de vocês é um presente divino;

Às minhas amigas Lílian Jane, Iriângela Mendes, Shelma Mendes e Carolina Oliveira por terem me apoiado nos momentos mais árduos, seja por meio de orações, palavras de encorajamento e/ou conselhos, almejando sempre o melhor para mim. Parabéns por serem mulheres batalhadoras, leais e amigas exemplares;

Aos meus amigos “Giroldos”, por compreenderem o motivo de minha ausência nos vários momentos de confraternização e nas importantes datas comemorativas de que precisei abdicar; agradeço, também, pela torcida de cada um de vocês, e, pelos prazerosos momentos de distração que pude desfrutar na companhia de alguns. Em especial agradeço aos meus amigos Éllida Aquino, Carolina Oliveira e Kallyd Martins que, por diversas vezes, ouviram meus desabafos e reforçaram meus ânimos com palavras de incentivo, além das amigas Narjara Condurú, a qual foi bastante solícita ao meu pedido de ajuda técnica referente à Língua Inglesa, e, Tayane Ferraz, pelas inúmeras contribuições relacionadas ao Direito Penal;

À amada “Dona Santa”, que durante toda a minha infância guiou-me para os caminhos do saber;

Aos demais colegas e amigos que, de alguma forma, apoiaram-me nos momentos de trabalho intenso, oferecendo energia positiva e apoio emocional, impedindo que os níveis de estresse e cansaço mental prejudicassem a conclusão desta pesquisa;

Meus agradecimentos finais, mas não menos importantes, são destinados a todos os meus familiares, em especial aos meus avós maternos, Hodeva Fonseca e Mozart Galvão, aos meus tios e padrinhos Rúbia e Armando Silva, às minhas tias Paola Daniela, Tereza Cristina e Ana Carla, e, aos meus primos, que sempre torceram pelo meu sucesso pessoal e profissional;

aos meus sogros, Maria de Lurdes e Germano Abranches, por compreenderem as minhas ausências e por todo carinho com que sou tratada; aos meus sobrinhos e cunhados pelos momentos de descontração e alegria. Amo todos vocês!

“Segurança Pública se faz com pessoas que conseguem aliar boas ideias, planejamento e ação.”

Ivenio Hermes

RESUMO

VILAÇA, Isabella Fonseca Torres. Vitimização por homicídio: perfil socioeconômico e criminal das vítimas. 2016. 104 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2016.

A violência letal é um fenômeno evidentemente danoso à sociedade brasileira contemporânea, que tem perdido paulatinamente seus jovens de forma trágica e cada vez mais precoce pelas mãos de outrem, demandando, portanto, estudos no tocante à temática em questão, sobretudo no município de Belém-PA, Brasil, que ainda carece de dados estatísticos e políticas públicas mais eficientes a respeito dos homicídios locais. Tendo em vista essa questão, a presente pesquisa dispôs-se a abordar a questão da vitimização por homicídio em Belém, com base no perfil socioeconômico e criminal de suas vítimas, de modo a saber se as referidas possuíam envolvimento com a criminalidade; quais os crimes mais incidentes praticados por elas, e, se aquelas que já haviam cometido crime(s) possuíam condições de vulnerabilidade socioeconômica, posto que até o presente são escassos os estudos que se lançam a discutir de forma clara e explícita a potencialização do evento morte por homicídio em função da inserção dessas vítimas no mundo do crime, ainda que existam inúmeras pesquisas que apontem, isoladamente, a relação da vitimização por homicídio e da criminalidade ao fator pobreza. Para tal, realizou-se um estudo descritivo analítico, de caráter quantitativo, com uma amostra de 285 (duzentos e oitenta e cinco) vítimas de homicídio, com idade a partir de 18 (dezoito) anos, cujas mortes tenham sido registradas em Belém-PA, no período de 2011 a 2013. Os dados pessoais e socioeconômicos da amostra foram logrados por meio do banco de dados referente aos cadáveres necropsiados no Instituto Médico Legal do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém, e, de forma complementar, mediante à consulta aos registros cadavéricos do referido Centro, que incluem diversos documentos, com destaque à declaração de óbito. Os dados criminais foram obtidos junto à Diretoria de Identificação "Enéas Martins" – setor da Polícia Civil do Estado do Pará que atua na área da identificação papiloscópica – por intermédio dos antecedentes criminais. A análise dos dados foi instrumentada pela estatística descritiva, de modo que foram organizados e apresentados em forma de gráficos e tabelas, tornando mais célere e simples a interpretação dos mesmos. Os resultados indicam que existe uma seletividade quanto ao “tipo social” dos mortos por homicídio no município de Belém, tratando-se, em sua maioria, de jovens, do sexo masculino, solteiros, da cor/ raça negra (pardos e pretos), com baixa escolaridade, oriundos de bairros predominantemente periféricos da cidade, dentre os quais se destacam aqueles que possuíam antecedentes criminais, indiciados pela prática de 02 (duas) ou mais infrações penais, com ênfase à prática dos crimes de roubo e furto. A maior parte dessas mortes ocorreu em via pública, e, a maioria foi perpetrada por arma de fogo. Portanto, tomando-se por base os resultados obtidos e o arcabouço teórico estudado, acredita-se que os fatores de vulnerabilidade social e econômica, somado à deficiência das ações Estatais em prol dos menos favorecidos, avivam o interesse de muitos jovens em situação de risco quanto ao ingresso no mundo do crime, o que potencializa a precoce vitimização letal destes.

Palavras-chave: Criminalidade; Mortes; Declaração de Óbito; Estatística Descritiva; Belém-PA.

ABSTRACT

VILAÇA, Isabella Fonseca Torres. Homicide victimization: the socioeconomic status and criminal profile of the victims. 2016. 104 f. Dissertation (Postgraduate Program in Public Safety), PPGSP, UFPA, Belem, Pará, Brazil, 2016.

Lethal violence is a harmful phenomenon to the Brazilian contemporary society that has caused the death of young people in a tragic and increasingly premature way caused by another individual, therefore, needing to be studied, particularly in Belem, Para, Brazil, municipality that still needs statistical data and more efficient public policies to combat local homicides. This study addressed homicide victimization in Belem, based in the socioeconomic status and criminal profile of the victims, so that it is known whether they were involved in crime; which were the most frequent crimes that they committed, and whether the ones who committed crimes were also in a socioeconomic vulnerability position, since up to the present moment only scarce studies clearly and explicitly discuss the potentiation of deaths caused by homicides due to participation on criminality, although numerous research indicate, separately, that homicide victimization and criminality are correlated to poverty. Therefore, a quantitative descriptive analytical study was conducted, including 285 (two hundred and eighty five) homicide victims, who were at least 18 (eighteen) years old and whose deaths had been registered in Belem, Para, between 2011 and 2013. Personal and socioeconomic data from the sample were obtained using the database of autopsied cadavers in the Institute of Legal Medicine from the Centre of Forensic Sciences Renato Chaves, in Belem, and additionally, consulting the cadaveric records from that centre, which included several documents, especially death certificates. The criminal data were obtained from the Board of Identification “Enéas Martins” – Civil Police division of Para State that operates the fingerprint identification area – through criminal records. Data were analysed using descriptive statistics. Data were organized and presented using graphs and tables, making their interpretation faster and simpler. The results indicate a selectivity regarding the “social type” of homicide victims in Belem, comprised mostly by young, males, singles, from black ethnicity (brown and black people), of low education level, coming from neighbourhoods predominantly ghettos, among which stand out those who had criminal antecedents, indicted for 02 (two) or more criminal offenses, particularly robbery and theft. The majority of these deaths took place in streets, and, most of them were perpetrated by a firearm. Therefore, based on the results obtained and the theoretical framework studied, it is believed that social and economic vulnerability factors, added to the deficiency of state actions in favour of disadvantaged population, enliven the interest of youth at risk situation to enter the world of crime, potentiating their premature lethal victimization.

Keywords: Criminality, Deaths, Death Certificate, Descriptive Statistics; Belém–PA.

LISTA DE FIGURAS**CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO**

Figura 01 – Percentual de Registros das Vítimas de Homicídio Ocorrido no Município de Belém–PA, no Período de 2011 a 2013, por Quantidade de Infrações Penais Atribuídas às Vítimas com Antecedentes Criminais.	43
Figura 02 – Percentual de Registros das Vítimas de Homicídio no Município de Belém–PA, no Período de 2011 a 2013, por Tipologia de Infração Penal Atribuída às Vítimas (as seis infrações penais mais incidentes)	46

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO

Tabela 01 – Quantidade e Percentual de Registros de Vítimas de Homicídio Ocorrido no Município de Belém–PA, no Período de 2011 a 2013, por Antecedente Criminal.....	41
Tabela 02 – Estatísticas para a Idade das Vítimas de Homicídio com Antecedentes Criminais, cujas Mortes foram Registradas no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013.....	47
Tabela 03 – Percentual das Vítimas de Homicídio Ocorrido no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013, por Estado Civil, Grau de Escolaridade, Sexo e Raça/Cor e Bairro de Residência.....	52

APÊNDICE

Tabela 1 – Estatísticas para a Idade das Vítimas de Homicídio Ocorrido no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013.....	74
Tabela 2 – Percentual das Vítimas de Homicídio Ocorrido no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013, por Estado Civil, Grau de Escolaridade, Sexo e Raça/Cor e Bairro de Residência.....	76
Tabela 3 – Percentual de Vítimas de Homicídio Ocorrido no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013, por Tipo de Arma que Ocasinou a Vitimização e Local do Óbito da Vítima.....	78

LISTA DE SIGLAS

AF – Arma de Fogo
BOP – Boletim de Ocorrência Policial
CELPA – Centrais Elétricas do Pará
CID – Classificação Internacional de Doenças
CISD – Congresso Internacional de Segurança e Defesa
CPB – Código Penal Brasileiro
CPC- RC – Centro de Perícias Científicas Renato Chaves
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais
DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DIDEM – Diretoria de Identificação "Enéas Martins"
DO – Declaração de Óbito
EFI – Ensino Fundamental I
EFII – Ensino Fundamental II
EM – Ensino Médio
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMC/I – Ensino Médio Completo ou Incompleto
ESC – Ensino Superior Completo
ESI – Ensino Superior Incompleto
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IML – Instituto Médico Legal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil
MS – Ministério da Saúde
PA – Pará
PNRH – Pacto Nacional pela Redução de Homicídios
PPGSP – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
RG – Registro Geral
RMB – Região Metropolitana de Belém

SE – Sem Escolaridade

SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade

UF – Unidade Federativa

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal da Amazônia

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	1
1.1 INTRODUÇÃO.....	1
1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA.....	3
1.3 PROBLEMA DA PESQUISA.....	5
1.4 OBJETIVOS.....	10
1.4.1 Objetivo Geral.....	10
1.4.2 Objetivos Específicos.....	11
1.5 HIPÓTESE.....	11
1.6 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
1.7 METODOLOGIA.....	28
CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO	32
1. INTRODUÇÃO.....	33
2. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, O USO DO TERRITÓRIO, A VIOLÊNCIA URBANA E A CRIMINALIDADE EM BELÉM-PA.....	34
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
4.1. O Perfil Criminal das Vítimas.....	39
4.2. O Perfil Socioeconômico das Vítimas com Antecedentes Criminais.....	46
5. CONCLUSÕES.....	52
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	57
3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
3.1.1 Estratégias de Intervenção Pública.....	61
3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1	65
APÊNDICES	69
APÊNDICE A – ARTIGO CIENTÍFICO.....	70
APÊNDICE B – Solicitação de Autorização para Pesquisa Documental ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves – CPC-RC.....	80
APÊNDICE C – Solicitação de Autorização para Pesquisa Documental à Diretoria de Identificação "Enéas Martins" – DIDEM.....	81
ANEXOS	82
ANEXO 1 – Normas para Submissão de Trabalho na Revista “ O Social em Questão – Revista do Departamento de Serviço Social da PUC - Rio”.....	83
ANEXO 2 – Normas Para Submissão de Trabalho no “ I Congresso Internacional de Segurança e Defesa.....	86
ANEXO 3 – Carta de Aceite para Submissão de Trabalho no “ I Congresso Internacional de Segurança e Defesa”.....	87

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

Considerando-se que a ascendente violência letal observada na capital paraense é um tema que merece o devido destaque e que deveria ser prioritário nos debates e ações públicas e civis, esta dissertação dispôs-se a explorar a situação da vitimização por homicídio de indivíduos mortos no município de Belém, com base na identificação do perfil socioeconômico e criminal dos mesmos, de modo a saber se essas vítimas possuíam envolvimento com a criminalidade; quais os crimes mais incidentes que haviam sido praticados por elas, e, se aquelas que já haviam cometido crime(s) possuíam condições de vulnerabilidade socioeconômica, posto que ainda são poucos os estudos que discutem de forma clara e explícita a potencialização do evento morte por homicídio em função da inserção dessas vítimas no mundo do crime.

Optou-se por estudar esta temática pelo fato do crime de homicídio fazer-se cada vez mais evidente e danoso à sociedade brasileira contemporânea, a qual segue assolada e amedrontada diante do perigo eminente de ter a própria vida ou a de pessoas próximas ceifada de forma violenta. Por conseguinte, demanda-se de estudos que permitam identificar quem são as vítimas em potencial, bem como compreender alguns aspectos que podem contribuir para a ocorrência da vitimização letal desses indivíduos, dada a carência de dados estatísticos sobre as mortes ocorridas no município de Belém, o que concorre para a ineficiência de intervenções públicas locais nesse sentido.

Para a proposição deste trabalho, julgou-se pertinente desenvolver um estudo descritivo analítico, de caráter quantitativo, direcionado a uma amostra de 285 (duzentos e oitenta e cinco) vítimas de homicídio, com idade a partir de 18 (dezoito) anos, cujas mortes tenham sido registadas em Belém-PA, no período de 2011 a 2013. Os dados pessoais e socioeconômicos da amostra foram obtidos por meio do banco de dados referente aos cadáveres necropsiados no Instituto Médico Legal do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém, e, complementarmente, mediante à consulta aos registros cadavéricos do referido Centro, que incluem diversos documentos, dentre os quais, destaca-se a declaração de óbito, a qual contém informações que fomentam o referido banco de dados. Os dados criminais foram obtidos junto à Polícia Civil do Estado do Pará, mais especificamente, por meio da Diretoria de Identificação "Enéas Martins", que forneceu, sob supervisão técnica,

informações relativas dos antecedentes criminais da amostra ora estudada. A análise dos dados foi instrumentada pela estatística descritiva, de modo que os dados foram organizados e apresentados em forma de gráficos e tabelas, a fim de simplificar a interpretação dos mesmos.

O arcabouço teórico que reforçou os resultados obtidos durante esta pesquisa valeu-se da sapiência de diversos autores que embasaram a discussão a respeito da violência, da criminalidade, dos homicídios, das ações Estatais, dos processos de urbanização e territorialização nacional e local, além de outros assuntos tangenciais necessários ao entendimento da temática em questão.

A parte textual desta dissertação divide-se em 03 (três) capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se as considerações gerais, compostas desta introdução, da justificativa e importância da pesquisa, do problema da pesquisa, dos objetivos, da hipótese, da revisão de literatura e da metodologia empregada para a execução desta pesquisa científica.

O segundo capítulo é composto por 01 (um) artigo científico intitulado **“O Perfil Criminal e Socioeconômico das Vítimas dos Homicídios Registrados em Belém-PA”**¹, que trata do perfil criminal (antecedentes criminais; quantidade de infrações penais; e, tipologia de infração penal atribuída às vítimas) e do perfil socioeconômico (idade; sexo; raça/cor; escolaridade; estado civil e bairro de residência) das vítimas que possuíam antecedentes criminais, comprovando a hipótese do presente trabalho de que os jovens, negros (e seus descendentes), pobres, com baixa escolaridade, oriundos das áreas predominantemente periféricas – onde, geralmente, o tráfico de drogas e outros crimes imperam e corrompem desde crianças até jovens adultos – são socialmente e economicamente mais vulneráveis e suscetíveis ao convite e ingresso ao mundo do crime, e, conseqüentemente, tornam-se os principais suspeitos e alvos dos homicídios cometidos no país, constituindo-se em vítimas letais em maior proporção que os demais estratos da população local.

O terceiro capítulo expõe, nas considerações finais, as impressões derradeiras sobre o tema estudado, sinalizando os resultados e as contribuições teóricas de maior relevância do trabalho como um todo; as sugestões de estratégias de intervenção, por parte do Poder Público, com vistas à elaboração de soluções para as questões apontadas no decorrer deste estudo; e, as recomendações para a formulação de outros possíveis trabalhos a serem desenvolvidos por demais pesquisadores da área, dada a relevância e complexidade do tema estudado, que não se esgota com a conclusão do presente.

¹ O referido artigo será submetido à avaliação para publicação na revista científica “O Social em Questão – Revista do Departamento de Serviço Social da PUC- Rio”, cujas normas seguem no “ANEXO 1”.

A parte pós-textual é constituída: *i*) das referências bibliográficas do Capítulo 1; *ii*) dos apêndices, dentre os quais interessa destacar o “APÊNDICE A”, referente ao artigo científico intitulado **“HOMICÍDIO EM BELÉM-PA: PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS VÍTIMAS E DO ÓBITO A PARTIR DOS REGISTROS DE CADÁVERES NECROPSIADOS NO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES”**, que apresenta tanto as variáveis socioeconômicas das vítimas de homicídio (idade; sexo; raça/cor; escolaridade, estado civil e bairro de residência), como as variáveis relativas ao óbito das mesmas (local do óbito e instrumento perpetrado para a ocorrência do evento morte). O referido artigo segue as normas (“ANEXO 2”) para submissão no livro alusivo ao “I Congresso Internacional de Segurança e Defesa” (I CISD), ocorrido na Cidade da Praia, Cabo Verde, no período de 15 a 17 de novembro de 2015, já tendo sido aprovado para tal, conforme informa o “ANEXO 3”; e, *iii*) dos anexos.

Por fim, importa informar que esta dissertação segue as determinações da Resolução Nº 001/2016 – PPGSP, de 29 de Janeiro de 2016, que regula as normas e o modelo da dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

Considerando-se que no Brasil as vítimas de homicídio possuem um perfil socioeconômico historicamente definido, que aponta a prevalência de jovens do sexo masculino, da cor/raça negra, com baixa escolaridade e renda socioeconômica e que esta parcela da população é a mais vulnerável à atratividade do mundo do crime, a presente pesquisa pretende abordar a vitimização por homicídio em Belém-PA, levando-se em conta os antecedentes criminais e os aspectos socioeconômicos se suas vítimas.

Optou-se por estudar esta temática pelo fato do crime de homicídio fazer-se cada vez mais crescente e nocivo à sociedade brasileira contemporânea, que amargura o medo de ter sua vida tomada pelas mãos de criminosos. Por conseguinte, demanda-se de estudos que permitam identificar quem são as vítimas em potencial, bem como compreender determinados aspectos que podem contribuir para a ocorrência da vitimização letal desses indivíduos, dada a carência de dados estatísticos sobre as mortes ocorridas no município de Belém.

Admite-se que já não é novidade que a prática dos crimes violentos sejam atribuídos, geralmente, a sujeitos definidos como “marginalizados”, advindos das classes sociais mais

baixas. Entretanto, apesar de se conhecer o perfil socioeconômico dos criminosos e, também, das vítimas de homicídio no Brasil, ainda são poucos os estudos que se lançam a discutir de forma clara e explícita a provável potencialização do evento morte por homicídio em função da inserção dessas vítimas no mundo do crime, ainda que existam, para ambos os casos, inúmeras pesquisas que apontem, isoladamente, a relação da criminalidade e da vitimização por homicídio ao fator pobreza. Desse modo, os dados são tomados um a um, a partir de diferentes fontes, dificultando-se o entendimento global da real situação da criminalidade e da vitimização por homicídio no Brasil, nos estados e municípios que o compõem.

Outrossim, o tema é muito mais complexo do que parece, de modo que a prevenção deve visar o não surgimento de novos sujeitos que virão a delinquir. Desta forma, o enfrentamento ao crime e à violência deve iniciar com políticas públicas² que possibilitem prevenir a não iniciação precoce de crianças e adolescentes vulneráveis ao ingresso no mundo do crime, mas, só será possível que isso aconteça se existirem dados/informações que ajudem a detectar onde habita o cerne do problema.

Nesse sentido, uma correta compilação e publicidade periódicas por parte dos órgãos e entidades que compõem a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP-PA), bem como das instituições que promovem o conhecimento científico na área, a exemplo da Universidade Federal do Pará (UFPA), são necessárias para que se verifique a dimensão que a criminalidade e a violência tomaram no estado do Pará, além de identificar quais os principais pontos a serem trabalhados a partir de políticas públicas.

Deste modo, por meio dos resultados obtidos a partir da presente pesquisa, pretende-se conhecer qual o atual cenário social vivido pela população da cidade de Belém no que diz respeito ao fator morte por homicídio, objetivando, assim, contribuir para a elaboração estratégias preventivas que favoreçam a redução da vitimização por homicídios da população local, uma vez que as estatísticas criminais são instrumentos que possibilitam o aumento da eficiência da gestão das políticas na área por meio da construção de dados e indicadores que permitam que a segurança pública seja pautada em planejamento, monitoramento e avaliação.

² As políticas públicas têm o papel de solucionar determinados tipos de problemas enfrentados pela população de um dado espaço. “Cabe, portanto, ao setor público, elaborar, planejar e executar tais políticas.” Entretanto, muitas das vezes, “elas não são planejadas e executadas de forma sistemática, pois os interesses das classes envolvidas são díspares” (FREITAS; RAMIRES, 2011, p. 143).

1.3 PROBLEMA DA PESQUISA

Existem, no Brasil, diversos estudos que têm reunido esforços para discutir e entender o complexo fenômeno da violência em suas mais diversas formas e a criminalidade dela resultante, dentre os quais, alguns deles serão mencionados na sequência.

Para tal, uma questão relevante que deve ser considerada é a relação entre a violência e a urbanização, pois, muitas das transformações que as cidades sofreram têm impactos de muitas naturezas na produção da violência e do sentimento de medo. Assim, o processo de estruturação urbana é um dos determinantes do fenômeno da violência e do crime, uma vez que sofre constante mutação, em função da produção e transformação do espaço e da reprodução social. (SILVA; MARINHO, 2014).

Nesse sentido, Balandier (1997) acrescenta que a violência pode assumir a forma de uma desordem contagiosa que detém o indivíduo e a coletividade num estado de insegurança que gera e alimenta o medo, de modo que para Nummer *et al.* (2013), a possibilidade de sofrer algum tipo de violência constitui-se em um dos maiores medos do mundo contemporâneo.

Visando exemplificar os impactos que o medo, ante à violência urbana, traz à sociedade em geral, é válido mencionar a pesquisa de vitimização realizada em 2009, inserida na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) em 2010, que buscou avaliar a sensação de segurança com relação ao domicílio, ao bairro e à cidade onde residiam 162,8 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais de idade. As informações obtidas pela pesquisa mostram que, à medida que a população afasta-se do seu domicílio, a sensação de segurança se reduz, independentemente dos membros da população terem ou não experimentado diretamente uma situação de violência.

Demanda-se, portanto, atenção especial à violência urbana que – como o próprio nome já sugere – manifesta-se particularmente nas grandes cidades. Consiste na prática de diversos crimes contra as pessoas, como lesões corporais, sequestros, homicídios, latrocínios, estupros, dentre outros, e, contra o patrimônio público ou privado, como depredações, roubos e furtos etc., interferindo negativamente nas atividades rotineiras e na qualidade de vida dos cidadãos.

Um dos principais fatores que gera a violência urbana é o crescimento acelerado e desordenado das cidades, que traz como consequência, o surgimento de graves problemas sociais como: fome, miséria, desemprego e marginalização etc. que, associados à ineficiência

das políticas de segurança pública, contribuem para o aumento dos atos de violência desafiadores da ordem e da lei (GULLO, 1998).

Dentre os crimes cometidos contra as pessoas, o homicídio, considerado um indicador universal da violência, muito preocupa e inquieta a população brasileira, que é obrigada a conviver com o medo de ter o direito constitucional à vida tomado pelas mãos de criminosos. Diante deste lamentável cenário de violência e criminalidade, o Ministério da Saúde (MS) passou a divulgar, a partir do ano de 1979, as informações do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), cujas bases têm sido utilizadas para a elaboração dos sucessivos Mapas da Violência do Brasil, publicados desde 1998, que, como o próprio nome sugere, abordam o tema violência em suas mais diversas formas, surgindo como um importante instrumento, dentre outros, à fomentação de dados estatísticos sobre a temática em questão.

Com o objetivo de implementar um sistema nacional de informações para o setor saúde, o SIM utiliza-se das Declarações de Óbito (DO) para a captação dessas informações. De acordo com Brasil (1975), o Art. 77 da Lei Nº 6.216, de 30 de junho de 1975³ determina que “nenhum sepultamento será feito sem certidão, do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte”. Em outras palavras, a redação da legislação vigente no Brasil expressa que nenhum sepultamento pode ser realizado sem a certidão de registro de óbito correspondente. Esse registro deve ser feito à vista da declaração de óbito (DO), que deve ser preenchida, baseando-se no atestado médico ou, na falta de médico na localidade, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou constatado a morte (LIMA; BORGES, 2014).

De acordo com Waiselfisz (2014), as DOs são preenchidas pelas unidades notificantes do óbito (Estabelecimentos de Saúde, **Institutos de Medicina Legal**, Serviços de Verificação de Óbitos, Cartórios do Registro Civil, profissionais médicos e outras instituições que dela façam uso legal e permitido), normalmente no local de ocorrência do óbito. Em seguida, os dados informados pelos municípios sobre a mortalidade em âmbito local são transferidos à base de dados estadual, que os agrega e os envia à esfera federal. O autor informa que cada DO deve fornecer dados relativos à idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência do morto e que, a legislação determina, ainda, que o registro do óbito deve sempre ser realizado no lugar do falecimento. Isto, porém, gera problemas, pois ocorrem situações em

³ Esta Lei altera a Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.

que o local em que aconteceu o incidente que levou à morte difere do local onde teve lugar o falecimento, a exemplo de feridos levados a hospitais localizados em outros municípios, ou até em outros estados, que aparecem contabilizados no lugar do falecimento (WAISELFISZ, 2014). Portanto, sempre que o número de mortos é divulgado por meio de pesquisas que se utilizam dos dados do SIM, o que se passa a ter conhecimento, verdadeiramente, é o número de falecidos naquele dado local, independentemente do local onde sofreram a ação do agente causador de sua morte.

As causas externas ou mortes violentas são declaradas em formulário padronizado, de preenchimento obrigatório pelos médicos legistas.

Diferentemente das chamadas causas naturais, indicativas de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento, as causas externas remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo. Essas *causas externas*, também *chamadas causas não naturais* ou ainda *causas violentas*, englobam um variado conjunto de circunstâncias, algumas tidas como acidentais – mortes no trânsito, quedas fatais etc. – ou violentas – homicídios, suicídios etc. Quando um óbito devido a *causas externas* é registrado, descreve-se tanto a natureza da lesão quanto as circunstâncias que a originaram (WAISELFISZ, 2014, p. 8).

Assim, para a codificação dos óbitos, o SIM utiliza-se da causa básica, entendida como o tipo de fato, violência ou acidente causador da lesão que levou à morte do indivíduo.

Vale ressaltar que a definição de morte violenta dada pelo SIM (saúde) difere da que é dada pelas polícias civil, militar, rodoviária e federal (segurança pública). O SIM define os homicídios segundo a 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), enquanto que as polícias os definem segundo o Código Penal Brasileiro (LIMA; BORGES, 2014). A respeito dessas diferentes formas de classificação, registra-se que:

Segundo a 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), adotada pelo Brasil desde 1996, as mortes violentas podem ser divididas em: i) acidentes; ii) lesões autoprovocadas intencionalmente; iii) agressões; iv) intervenções legais e operações de guerra; e v) eventos cuja intenção é indeterminada. As quatro primeiras causas básicas de mortalidade se equivalem, grosso modo, respectivamente, ao que na taxonomia geralmente utilizada pelas polícias no Brasil são conhecidas como: i) acidentes fatais, inclusive mortes no trânsito; ii) suicídios; iii) homicídios, incluindo latrocínio e lesão corporal dolosa seguida de morte; e iv) autos de resistência. As mortes violentas com causa indeterminada são assim classificadas quando o óbito se deu por causa não natural, ao mesmo tempo em que os profissionais envolvidos no sistema de informações sobre mortalidade (isto é, médicos legistas, gestores da saúde, policiais, incluindo peritos criminais, etc.) não conseguiram informar a motivação primeira que desencadeou todo o processo mórbido (CERQUEIRA *et al.*, 2016, p.36)

Logo, de acordo com a colocação de Cerqueira *et al.* (2016), aqueles incidentes classificados pelo Ministério da Saúde como agressões letais correspondem aos “Crimes Violentos Letais Intencionais” (CVLI)⁴, que incluem as mortes por homicídio, por latrocínio e por lesão dolosa seguida de morte.

Outra diferença entre as duas fontes é que para a polícia, os dados utilizados referem-se ao local de ocorrência do fato, enquanto que para o SIM, referem-se ao local do óbito. Logo, observa-se que não é possível realizar comparações entre as duas fontes de dados esperando-se chegar a uma coincidência de números, mas, apesar das diferenças entre os dados obtidos pelo SIM e obtidos pelas polícias, é válido comparar as tendências, verificar a confiabilidade dos dados e confirmar a validade destas fontes enquanto instrumentos de medição para a análise de tendência geral (LIMA; BORGES, 2014).

De acordo com Melo *et al.* (2013), dados sobre a mortalidade apontam as causas externas como a terceira principal causa de óbito no Brasil, ficando atrás apenas das doenças do aparelho circulatório e neoplasias, sendo suas vítimas, em geral: homens, negros, jovens, que vivem em centros urbanos e em condições de vulnerabilidade social.

Tal qual o expressivo número de vítimas jovens no Brasil, tem-se observado um constante aumento do número de jovens e, muitas vezes, até crianças envolvidas com atos violentos. Para Toma *et al.* (2008), existem alguns fatores que podem acarretar infrações à lei, a seguir: baixo nível de afeto familiar, baixo nível socioeconômico, associação com pessoas agressivas ou usuários de drogas, problemas escolares e familiares.

Ressalta-se que os atos infracionais praticados por crianças (indivíduos com até 12 anos incompletos) não são considerados crimes e, justamente por isso, os mesmos não cumprem pena, mas medidas educativas estabelecidas pelo magistério (TOMA *et al.*, 2008). De acordo com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2001), Lei Nº 8.069, Art. 2º, “Considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre 12 e 18 anos incompletos”. O Art. 104 determina que “São plenamente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às medidas nesta lei”.

Portanto, ainda que tenha agido fora dos ditames da lei, a pessoa que possui idade inferior a 18 anos completos não poderá ser considerada criminosa, tampouco presa, mesmo que venha a cometer algum ato que culmine, por exemplo, na morte de outrem, não possibilitando, deste modo, o estabelecimento de um perfil criminal desta fatia da população⁵. Todavia, a prática de atos infracionais, cada vez mais precoce por parte das crianças e

⁴ Denominação utilizada no âmbito da segurança pública.

⁵ Dada essa impossibilidade, optou-se por excluir desta pesquisa os indivíduos com idade inferior a 18 anos.

adolescentes brasileiros, parece ter alguma relação com o excessivo número de mortes por homicídio, igualmente precoce, de pessoas nessas mesmas faixas etárias. Conforme aponta o último Mapa da Violência, divulgado em 2014:

Em 1980, as *causas externas* já eram responsáveis pela metade exata – 50,0% – do total de mortes dos jovens no País. Já em 2012, dos 77.805 óbitos juvenis registrados pelo SIM, 55.291 tiveram sua origem nas *causas externas*, fazendo esse percentual se elevar de forma drástica: em 2011 acima de 2/3 de nossos jovens – 71,1% – morreram por *causas externas*. [...] os maiores responsáveis por essa letalidade são os homicídios e os acidentes de transporte a ceifar a vida de nossa juventude (WAISELFISZ, 2014, p.13).

O número de homicídios registrado no país, que na maior parte dos casos acomete jovens, realmente impressiona, dada a sua magnitude. No ano de 2012, mesmo com todas as quedas derivadas da Campanha do Desarmamento⁶, ocorrida em 2003 e de diversas iniciativas estaduais, aconteceram acima de 56 mil homicídios, o que representa cerca de 154 vítimas diárias, número alarmante que equivale 1,4 massacres do Carandiru a cada dia do ano de 2012. Na década analisada, morreram, no Brasil 556 mil cidadãos vítimas de homicídio, quantitativo que excede, largamente, o número de mortes da maioria dos conflitos armados registrados no mundo. Preocupam ainda mais, os dados divulgados, também, no Mapa da Violência de 2014, que apontam que 20 das 27 Unidades Federativas (UF) evidenciaram crescimento do número de homicídios na década em níveis variados, sendo que o Pará foi uma das UF em que este crescimento foi mais evidente, ocupando, até o ano de 2012, a 7ª posição em número de homicídios na comparação entre os demais estados brasileiros, mais o Distrito Federal (WAISELFISZ, 2014). Além disso, municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém – RMB, como Ananindeua e Marituba, destacam-se negativamente no *ranking* da violência, sobretudo no número de jovens assassinados: Ananindeua aparece como o 3º pior município do Brasil, entre os municípios com mais de 20 mil habitantes e Marituba como o 34º (MELO, 2014).

Diante de dados tão alarmantes, especialmente àqueles referentes ao número de casos de morte por homicídio, ressalta-se que para todas as mortes por causas externas, o preenchimento adequado da DO é de suma importância, pois, além de informações sobre as características individuais e sociodemográficas das vítimas, o documento deve informar,

⁶ A fim de avaliarem a efetividade da Campanha de Desarmamento, Cerqueira *et al.* (2016), analisaram a variação da taxa de homicídio por arma de fogo, por 100 mil habitantes, no período de 2003 a 2014, de modo que observaram que 09 (nove) Unidades Federativas apresentaram diminuição da taxa de homicídios. Entretanto, cabe ressaltar que o estado do Pará não está entre essas UF's.

também, o local de ocorrência do evento, o tipo de causa externa e a intencionalidade (se ocorreu devido a acidente, agressão ou suicídio), uma vez que tais informações são fundamentais para o planejamento de ações preventivas e para a avaliação da eficácia dessas ações (MELO *et al.*, 2013).

Nesse contexto, o Instituto Médico Legal (IML) do Centro de Perícias Renato Chaves (CPC-RC)⁷, enquanto unidade notificante do óbito das causas externas no Pará, responsabiliza-se, a partir de quadro próprio de servidores públicos médicos legistas, pelo devido preenchimento e emissão das declarações de óbito das mortes violentas no estado. Conforme dito anteriormente, este documento (DO) contém dados que representam vasta fonte de informações sobre o morto, contribuindo para a identificação dos fatores de risco associados à mortalidade local.

Assim, a partir dos dados obtidos das declarações de óbito que fomentam o banco de dados do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém, o presente estudo estabelecerá, em um primeiro momento, o perfil das vítimas de morte por homicídio e, posteriormente, buscará traçar o perfil criminal dessas vítimas, por meio das informações constantes nos antecedentes criminais das mesmas, obtidas junto à Diretoria de Identificação "Enéas Martins" (DIDEM) – setor da Polícia Civil do Estado do Pará que atua na área da identificação papiloscópica – com o intuito de responder a seguinte questão problema: **Qual a situação da vitimização por homicídio em Belém–PA, tomando-se por base o perfil socioeconômico e criminal das vítimas?**

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar a questão da vitimização por homicídio em Belém–PA, baseando-se no perfil socioeconômico e criminal das vítimas, de modo a saber quem são as vítimas letais em

⁷ O Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC-RC) é uma autarquia estadual, criada pela Lei Nº 6.282 de 19/01/2000, dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial. O referido Centro possui personalidade jurídica de direito público e está vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará. Sua finalidade é coordenar, disciplinar e executar a atividade pericial cível e criminal no estado do Pará, por meio de quadro próprio de servidores, dentre os quais, peritos criminais e médicos legistas efetivos, que desempenham suas atividades laborais no Instituto de Criminalística e no Instituto Médico Legal, respectivamente.

O CPC-RC é descentralizado, possuindo Unidades Regionais (espécie de sedes) que são localizadas, estrategicamente, nos municípios de Belém, Castanhal, Santarém, Marabá e Altamira, dando suporte a outros municípios vizinhos; além de Núcleos Avançados, localizados nos municípios de Bragança, Tucuruí, Paragominas, Abaetetuba, Itaituba e Parauapebas, que, por sua vez, complementam a atividade pericial local.

potencial, bem como compreender determinados aspectos que podem contribuir para a ocorrência da morte desses indivíduos.

1.4.2 Objetivos Específicos

- i) Identificar o perfil socioeconômico das vítimas a partir de variáveis como: idade, sexo, raça/cor da pele, estado civil, escolaridade e local de moradia;
- ii) Verificar o perfil criminal das vítimas;
- iii) Discutir a vitimização por homicídio em função do perfil socioeconômico e criminal das vítimas;
- iv) Elaborar estratégias de Intervenção Pública.

1.5 HIPÓTESE

Jovens do sexo masculino, da cor/raça negra, com baixa escolaridade e renda socioeconômica são as maiores vítimas de mortes violentas no Brasil por homicídio. Entenda-se, para este estudo, a cor/raça negra como a somatória das categorias preto e pardo, conforme consideram os relatórios do IBGE, do Ministério da Saúde e dos Mapas da Violência no Brasil. A respeito disso, Waiselfisz (2014, p. 149) esclarece no relatório do Mapa da Violência de 2014, intitulado “Os Jovens do Brasil” que “[...] a categoria *negro*, utilizada neste relatório [do Mapa], resulta do somatório das categorias *preto* e *pardo*, utilizadas pelo IBGE”.

O perfil acima descrito pode ser interpretado como produto/ reflexo de um processo histórico de desigualdade de oportunidades vivido neste país desde sua origem – quando vigorava um regime de escravidão e, mesmo após a abolição da escravatura, quando os negros foram deslocados para as áreas mais pobres do país e, segregados, permaneceram sem acesso a bens e serviços públicos – até os dias de hoje, posto que esta fatia da população continua a sofrer privações no âmbito da educação, do trabalho, da cultura, do esporte e do lazer, ainda restritos a uma minoria. Assim, o Brasil foi construído e desenvolvido ao longo dos anos a partir de uma política excludente e de uma sociedade que traz consigo a herança do racismo que, mesmo após mais de um século da abolição da escravatura, ainda aprisiona e segrega os negros.

Somado a isso, deve-se considerar que o processo de urbanização, o qual resultou na intensificação da ocupação da cidade de Belém, revelou-se excludente, segregando espaços e

peças, que passaram a ter o direito à cidade e à cidadania negados, contribuindo significativamente para a emergência do crime nos espaços menos providos socioeconomicamente e negligenciados pelo Estado: as periferias, que, geralmente, acabam sendo territorializadas por traficantes de drogas e outros criminosos, os “líderes” desses espaços.

Nessa continuidade, depreende-se que a população que habita os territórios periféricos das cidades brasileiras, a exemplo de Belém, tende a ter suas gerações corrompidas pela violência, sobretudo devido à economia do tráfico de drogas, operante no mesmo ambiente em que crescem crianças e adolescentes, o que admite que os traficantes conquistem, progressivamente, maior entrosamento e aceitação naquele espaço, passando a ser tomado como modelo para muitos, que acabam vendo no tráfico de drogas e na prática de demais crimes, a solução para a evasão da situação de pobreza em que se encontram. Assim, esses jovens começam a burlar regras morais e leis, ainda que isso lhes reduza o tempo de vida, devido à possibilidade de ter a morte antecipada por outrem em consequência do ingresso no mundo do crime, pois, mesmo conhecendo os riscos, prevalece a ideia de que é mais válido viver intensamente uma vida curta, do que viver sob as precariedades da baixadas de Belém (ALVES, 2014).

Isso posto, acredita-se que os jovens, negros (e seus descendentes), pobres, com baixo nível de escolaridade, oriundos das áreas predominantemente periféricas – onde, geralmente, o tráfico de drogas e outros crimes imperam e corrompem desde crianças até jovens adultos – são socialmente e economicamente os mais vulneráveis e suscetíveis ao convite e ingresso ao mundo do crime, e, conseqüentemente, tornam-se os principais suspeitos e alvos dos homicídios cometidos no país.

Assim, o estrato da população que se enquadra no perfil acima mencionado tende a ser o mais facilmente seduzido e envolvido no ilusório mundo do crime, onde vigora o circuito das vinganças, tornando-se, portanto, vítima letal em maior proporção que os demais.

1.6 REVISÃO DE LITERATURA

“A pobreza não é causa da violência. Mas quando aliada à dificuldade dos governos em oferecer melhor distribuição dos serviços públicos, torna os bairros mais pobres mais atraentes para a criminalidade e a ilegalidade”.

Luís Antônio Francisco de Souza

A violência – enquanto fenômeno complexo, multifacetário, resultante e causador de múltiplas determinações e interpretações sociais – tem sido um tema bastante discutido no cenário contemporâneo, mas, na verdade, sua existência decorre desde os tempos primordiais, assumindo novas formas à medida que o homem vem construindo as sociedades ao longo dos anos.

Inicialmente entendida como agressividade instintiva gerada pelo esforço do homem para sobreviver na natureza, a posteriori, a violência passou a ser vista sob uma outra perspectiva, pois, com o surgimento e a organização das primeiras comunidades e, principalmente, a organização de um modo de pensar coerente – que deu origem às culturas – surgiu, paralelamente, a tentativa de um processo de controle da agressividade natural do homem (SOUZA, 2010).

Para Souza (2010), foi neste período que se instauraram os Estados modernos e que passaram a emergir questionamentos sobre o que é o poder político, sua origem, natureza e significado, perguntas que trazem consigo a reflexão sobre a violência. Aos Estados, cabe o papel de manter a ordem, a segurança pública, e o bem estar social, por meio da defesa da sociedade às agressões internas e externas, da promoção e organização da economia, e, da aplicação da justiça a todos, tão importantes à repressão da violência. Além disso, o Estado deve também, atuar de forma preventiva, assegurando a saúde, a educação e a renda da população.

No entanto, em muitas sociedades, ainda se observa um Estado omissivo quanto à prevenção e repressão da violência, a exemplo do Brasil, que mesmo diante do dever constitucional que tem o Estado de garantir a segurança pública aos seus cidadãos, ainda convive com a intensa violência sob suas mais diversas formas. Nesse sentido:

A brutal desigualdade na distribuição da renda, a dificuldade das populações pobres de terem acesso à justiça, a tortura aplicada habitualmente para obter a confissão de supostos criminosos, o tratamento desumano dado aos condenados nas prisões, a discriminação daqueles que são considerados – pela sua cor ou por outros atributos – como moralmente inferiores, o crescimento do assim chamado crime organizado, enfim, a não consolidação do Estado de Direito e Cidadania parecem comprometer as bases da Democracia no país [Brasil] (SALLA; ALVAREZ, 2006, p. 1).

De acordo com Salla e Alvarez (2006), tem-se buscado entender como é possível que inúmeras formas de violência, de discriminação e de privação efetiva de direitos permaneçam e se reproduzam no Brasil mesmo após a ocorrência da transição de um regime autoritário – o Regime Militar – para o regime democrático. Como seria cabível a existência de uma

sociedade que conheceu notória modernização de suas estruturas sociais, com a superação da escravidão, formação do mercado de trabalho livre, industrialização, urbanização, substituição da Monarquia pela República e reconhecimento formal de seus direitos civis e políticos – na condição de instituição de um modelo liberal democrático de poder político – mas que, paradoxalmente, não é capaz de conter a violência ilegal, de cessar com as estruturas de dominação que privilegiam setores das elites, de evitar as práticas discriminatórias contra alguns segmentos da população, de eliminar as brutais desigualdades sociais e, ainda, de garantir a Cidadania para o conjunto da população do país? (SALLA; ALVAREZ, 2006).

Nesse seguimento, o que se pode observar é que a violência manifesta-se enquanto sintoma e expressão de problemas sociais e coloca “[...] questões para a agenda pública dos distintos setores das sociedades contemporâneas.” (SOUZA *et al.*, 2012, p. 3184). Nesse mesmo sentido, Cavedon (2011), complementa que:

Os homens contemporaneamente vêm enfrentando ações violentas provocadas de forma cruel, insensível, aleatória e imprevisível por outros homens, igualando-se a determinados fenômenos da natureza muitas vezes impossíveis de ser previamente detectados. Os males humanos são, portanto, inesperados (CAVEDON, 2011, p. 86).

Para compreender melhor a violência e a criminalidade que atormentam a sociedade brasileira, é necessário mencionar o processo de urbanização e as mudanças advindas desse processo, que podem ser benéficas ou maléficas, a depender da forma como a urbanização é gerida. Quando ocorre de forma planejada e estruturada, resulta em significativos benefícios à população local, ao passo que quando não há um planejamento adequado, os problemas sociais ganham ainda mais fôlego.

Ocorrido com o advento da industrialização, o processo de urbanização é um dos principais responsáveis pelos elevados índices de criminalidade nas cidades brasileiras, posto que a desorganização social, dele resultante, impulsiona a propagação da pobreza e do descontrole social (CARMO, 2013; CANO, 2006).

Beato Filho (2000) acrescenta que os crimes violentos são partícipes nos processos de desorganização presentes nas grandes cidades, sobretudo nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, onde os mecanismos de controle Estatal costumam ser deficientes. Nesse mesmo segmento, Chagas (2014, p.187) coloca que o célere e concentrado crescimento urbano sofrido pelas cidades brasileiras nos últimos anos, proporcionou, dentre outras coisas, “uma precária infraestrutura urbana, associada às péssimas condições de moradia e precários indicadores sociais”. De acordo com o autor, “essa dinâmica empurra a população mais pobre

para espaços periféricos, onde é facilmente perceptível a perda do direito à cidade”, bem como a proliferação de diversos tipos de violência e crime. Acrescenta que o processo de periferização dá origem a novas territorialidades, ou seja, novas disputas por espaços territoriais, entre elas a territorialidade da violência e da criminalidade, posto que em territórios onde o Estado faz-se ausente, outros agentes tendem a se territorializar, a exemplo de grupos criminosos.

Diante da menção à violência ocorrida nas cidades, atenta-se para o fato de que se a violência é urbana, é coerente afirmar que um de seus determinantes é o próprio espaço urbano, posto que nas áreas mais periféricas das cidades, os chamados espaços segregados – onde a presença do poder público costuma ser débil e a infraestrutura urbana de equipamentos e serviços⁸ é precária – o crime consegue instituir-se sem maiores resistências.

Referente a isso, Chagas (2014) adverte, porém, que a violência não é restrita a um único estrato social e econômico, atingindo, portanto, a todas as classes sociais. Ainda assim, ressalta que as classes mais abastadas dispõem de recursos econômicos que permitem o custeio de tecnologia que lhes conferem relativa sensação de segurança, enquanto que as classes mais pobres, que não dispõem desses mesmos recursos, tornam-se mais vulneráveis às diversas formas de violência. Do mesmo modo, atenta para o fato de que o crime ocorre em todas as áreas das cidades, porém com tipificações diferentes.

A respeito dos crimes ocorridos nas cidades, coloca-se que, regularmente, são utilizadas estatísticas oficiais criminalísticas para retratar a situação de segurança pública em cada localidade estudada, porém os dados devem ser sempre interpretados com muita prudência, a não perder de vista que refletem somente o processo social de notificação de crimes, e não o real universo de todos os crimes cometidos num determinado local. Acontece que um crime só faz parte das estatísticas oficiais quando é notificado às autoridades policiais via Boletim de Ocorrência Policial (BOP), o que muitas das vezes acaba não ocorrendo.

De acordo com Ramos *et al.* (2010), as pesquisas de vitimização realizadas no Brasil sugerem que, em média, os órgãos policiais tenham conhecimento de apenas um terço dos crimes ocorridos em geral, proporção esta que varia de acordo com o tipo do delito⁹ sofrido pela população. Isto posto, depreende-se que o quantitativo de crimes ocorrido nas cidades é

⁸ Saneamento básico, sistema viário, pontos de iluminação pública, acesso ao transporte, ao lazer, aos equipamentos culturais, à segurança pública e à justiça.

⁹ Importa sinalizar que para os crimes de homicídio, estima-se que as subnotificações sejam ínfimas, em função de a legislação brasileira vigente exigir que um corpo seja sepultado somente de posse da certidão de registro de óbito correspondente que, por sua vez, deve ser expedida à vista da declaração de óbito (DO).

expressivamente superior ao que a população tem conhecimento, ainda que os dados oficiais divulgados, por si só, já pareçam suficientemente alarmantes.

Dentre os crimes violentos ocorridos nas cidades, merece destaque o homicídio, por ser considerado um indicador universal da violência social, constituindo-se no principal responsável pelos elevados índices de mortalidade da população mundial. Tal qual acontece com outros tipos de agravos, os homicídios distribuem-se heterogeneamente no mundo, entretanto, se observa um perfil epidemiológico típico de suas vítimas, havendo o predomínio de pessoas jovens, do sexo masculino, negras ou descendentes dessa raça/etnia, pertencentes aos estratos socioeconômicos menos favorecidos e com baixo nível de escolaridade (SOUZA *et al.*, 2012).

A América Latina – constituída por um conjunto de países localizados no continente americano – tem se destacado negativamente por apresentar a taxa de mortalidade mais elevada por esses eventos (19,9/100 mil hab.), seguida pelo Caribe, África, América do Norte, Ásia, Oceania e Europa em 2002 (SOUZA *et al.*, 2012).

De acordo com os resultados divulgados em 2008 pelo “Mapa da Violência: Os Jovens da América Latina”:

A probabilidade de um jovem da América Latina morrer vítima de homicídio é trinta vezes maior que a de um jovem da Europa e acima de setenta vezes maior que a de jovens de países como a Grécia ou a Hungria, ou a Inglaterra, ou a Áustria, ou o Japão, ou a Irlanda (WAISELFISZ, 2008, p.15).

De acordo com Waiselfisz (2008), em 2000, 10 (dez) dos 15 (quinze) países com as maiores taxas de mortalidade por homicídio no mundo eram latino americanos e, em 2008, o Brasil ocupou a 15ª posição, com a taxa de 26,4/100 mil habitantes.

Assim sendo, não é novidade que o Brasil seja considerado um dos países com o maior índice de criminalidade no mundo, de modo que os números apontados também são bastante preocupantes, sobretudo no que diz respeito às taxas de homicídios:

As taxas de mortes violentas nos principais centros urbanos brasileiros superam as de países que vivem em conflitos armados. Comparando-se os coeficientes de mortalidade por homicídios entre diferentes países, observa-se que, no Brasil, o risco de morrer por essa causa é quinze vezes o do Canadá, três vezes o dos Estados Unidos e 1,5 vez o do México, chegando a ser 40 vezes superior ao do Japão. A Rússia e a Colômbia, países que atravessam graves crises econômicas e sociais, apresentam taxa superior à do Brasil. O Brasil tem quase 10% dos homicídios do mundo, com 48 mil mortes por ano. O risco de óbito por homicídio no Brasil em 2003 foi de 28 óbitos por 100.000 habitantes (SANTOS, 2012, p. 2).

Com relação às estatísticas oficiais da violência no Brasil, cabe ressaltar que são frequentemente divulgadas de forma generalizada e que descrevem as populações como se fossem homogêneas, deixando de evidenciar as distribuições espaciais diferenciadas da mortalidade por causas externas. Entretanto, essa heterogeneidade existente tem sido apontada por alguns estudos que analisam relações com variáveis socioeconômicas como: renda, educação e consumo de bens e serviços, que tendem a assumir um papel relevante na determinação de desigualdades em saúde, especialmente no que se refere aos homicídios. A mortalidade por essa última causa apresenta algumas particularidades em relação a sua distribuição por sexo, idade, raça, condições socioeconômicas e regiões geográficas, com a prevalência, no Brasil, de jovens do sexo masculino, pobres e negros (MACEDO, 2001).

De acordo com Cerqueira *et al.* (2016)¹⁰, o homicídio no Brasil deveria ser tema prioritário para as políticas públicas nacionais, dada as implicações que traz à saúde pública, à dinâmica demográfica e ao processo de desenvolvimento econômico e social do país. Para se ter ideia da gravidade da situação, o Brasil tornou-se o país com maior número absoluto de mortes no mundo, de modo que apenas no ano de 2014, foram registradas¹¹ 59.627 mortes por homicídio Brasil, a uma taxa de 29,1 assassinatos por 100 mil habitantes, o que equivale a 13% dos homicídios mundiais. Assusta ainda mais a taxa de jovens do sexo masculino mortos no país durante o mesmo ano: 113,2 para cada 100 mil habitantes. Requer atenção, também, o aumento de 18,2% na taxa de homicídio de negros entre 2004 e 2014, ao passo que o mesmo indicador associado a não negros (brancos, amarelos e indígenas) diminuiu 14,6%. Com isso, observou-se uma intensificação na diferença de letalidade entre negros e não negros nesta última década. E, por fim, os autores ressaltam que os indicadores mais uma vez evidenciaram que a maior parte das vítimas letais era composta por indivíduos de baixa escolaridade, com, no máximo, sete anos de estudo, o que coloca a educação como um escudo contra os homicídios.

O perfil das vítimas de homicídio acima descrito pode ser interpretado como reflexo de um processo histórico de desigualdade de oportunidades vivido no Brasil desde sua origem¹² até os dias de hoje, posto que este segmento da população segue sofrendo privações no âmbito da educação, da saúde, do trabalho, da justiça, da cultura, do esporte e do lazer,

¹⁰Cerqueira *et al.* realizaram um estudo que resultou na elaboração do “Atlas da Violência 2016”, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

¹¹Registros obtidos junto ao SIM do Ministério da Saúde.

¹²Desde a origem do país, quando vigorava o regime de escravidão e, mesmo após a abolição da escravatura, momento em que os negros e seus descendentes foram deslocados para as áreas mais pobres do país, os mesmos foram e ainda permanecem segregados da sociedade, sem acesso a bens e serviços públicos.

ainda restritos a uma minoria. Assim, o Brasil foi construído e desenvolvido ao longo dos anos a partir de uma política excludente e de uma sociedade que traz consigo a herança do racismo que ainda aprisiona e segrega os negros.

Por conseguinte, levando-se em consideração o raciocínio histórico referente ao processo de construção da sociedade brasileira, acredita-se que os jovens, negros e seus descendentes (pardos), pobres, oriundos das áreas predominantemente periféricas – onde, geralmente, o tráfico de drogas e outros crimes operam e imperam, corrompendo crianças e jovens adultos – são socialmente e economicamente os mais suscetíveis e vulneráveis à persuasão por parte de outros criminosos mais experientes, que são capazes de convencê-los ao ingresso no mundo do crime, e, conseqüentemente, esses jovens acabam se tornando os principais suspeitos e alvos dos homicídios cometidos no país. Importa esclarecer que não se está afirmando que todos aqueles que possuem as características ora mencionadas, irão, necessariamente adentrar no universo do crime. É sabido que, além da falha intervenção das ações Estatais voltadas à população mais pobre da sociedade, existem outros fatores que podem interferir na formação e no livre arbítrio desses indivíduos, a saber: a estrutura familiar, a educação, a religião etc.

Por outro lado, Freitas e Ramires (2010) sinalizam o atrativo material e social a que jovens de baixa renda e escolaridade deparam-se, diariamente, com intensos apelos de consumo divulgados pela mídia, incorporando o desejo em adquirir os bens materiais simbolicamente identificados com o modelo cultural de jovens, como roupas, acessórios, aparelhos eletrônicos, etc., além almejam frequentar atividades de lazer e cultura, restritas a poucos. Nesse sentido, os autores acrescentam, a respeito da juventude pobre que:

Esse segmento social foi alvo da crescente disseminação, pelos meios de comunicação de massa, dos valores atinentes ao individualismo, ao consumismo e aos modelos culturais próprios à classe média. Tem sido observado, portanto, um processo social simultâneo e contraditório de redução das distâncias simbólicas entre o mundo dos pobres e o dos ricos, bem como de persistência das estruturas de desigualdade social, o que tem permitido compreender com maior clareza a crescente inserção da violência no universo da juventude pobre nas metrópoles brasileiras (FREITAS; RAMIRES, 2010, p.152).

Ademais, muitos desses jovens que possuem baixa escolaridade, ao se depararem com as primeiras dificuldades de ingresso no seletivo mercado de trabalho e, paralelamente, ao receberem constantes estímulos para o consumo, somado à inexistência de modelos próximos que se contraponham ao que o crime oferece a médio ou curto prazo, como: o apoio, o *status* social, o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, o poder que uma arma de

fogo representa, o respeito na comunidade etc., tornam-se, enquanto indivíduos em formação, uma parcela populacional mais vulneráveis ao ingresso na criminalidade do que as demais. Portanto, o que está se discutindo não se trata apenas de uma questão econômica, mas também social, cultural e simbólica.

A respeito das questões social e cultural, Beato Filho e Zilli (2014) acrescentam que as mesmas também contribuem para que se firmem as condições de eclosão da violência, ao passo que famílias desestruturadas, gravidez precoce, pouco tempo de permanência nas escolas, além de fatores como o alcoolismo e o uso de drogas, propiciam as condições ideais para o surgimento de gerações de jovens com baixo grau de supervisão, cujos familiares exercem controle limitado sobre seus comportamentos. Assim, a questão simbólica vem à tona, haja vista que muitos jovens acabam optando pelo envolvimento com gangues, na busca de amparo, nas ruas, da referência de que necessitam, como também da proteção contra a violência de grupos delinquentes provenientes de outras localidades.

Há de se considerar, também, que em territórios onde existe evidente presença de gangues e grupos criminosos territorializados, os motivos banais podem dar início a uma infundável história de vinganças, retaliações, conflitos e chacinas, mas isso não significa que a exclusão social seja responsável pelo início de ciclos de violências. Entretanto, estes ciclos ocorrem geralmente quando as condições de provimento de justiça e outras formas legítimas de resolução pacífica de conflitos são precárias ou não se encontram democraticamente disponíveis (BEATO FILHO; ZILLI, 2014).

Ratton (2014) também reforça o fato de que o ingresso no mundo do crime não ocorre apenas por uma questão econômica, ao considerar que o comportamento criminoso pode ser motivado pelo interesse em adquirir *status*, condições ou qualidades valorizadas pela sociedade. Portanto, em função dessa busca, ocorre a violação da lei e das normas por parte daqueles que possuem em *status* socioeconômico inferior.

Zaluar *et al.* (1994), fomentam essa discussão apontando que as relações entre violência e condições de vida não são unívocas nem lineares, o que tem levado a questionamentos sobre os seus determinantes. Sob a mesma percepção, Soares (2000) adverte que quem relaciona o envolvimento com o crime às necessidades econômicas, frequentemente esquece a importância que tem: a cultura, os valores, as normas sociais e os símbolos.

Nesse sentido, Zaluar (2002) refuta a ideia – frequentemente disseminada hoje nos meios de comunicação de massa, assim como no acadêmico – de que a pobreza é a causa da criminalidade, alegando que esta tese se baseia em uma dimensão exclusivamente econômica

do que explicaria a criminalidade, ao considerar que o homem agiria par sobreviver, comandado exclusivamente pela lógica mercantil do ganho e necessidade material. A autora enfatiza que esta não seria a única dimensão a ser considerada, uma vez que explicaria uma ambição de enriquecer de todos, quaisquer que fossem seus níveis econômico e social. Portanto, haveria de se considerar, também, as dimensões do poder, do simbólico e da paixão destrutivos, que incluem o triunfo sobre o outro, o prazer em destruir e dominar o outro e o desfrute da liberdade excessiva no espaço do outro.

Defende que, na verdade, é essa criminalidade – produto de um conjunto de dimensões – que vem a tornar o pobre ainda mais pobre e aumentar seu sofrimento, à medida que o impede de ter acesso aos serviços e instituições do Estado, como escolas, postos de saúde, quadras olímpicas etc. e que ameaça tanto os profissionais que os atendem, como os jovens pobres que precisam desenvolver suas atividades laborais em favelas tidas como inimigas. Isso se dá porque o pobre mora, geralmente, nas favelas, onde o tráfico de drogas domina e não há um policiamento efetivo que proteja a população e os profissionais locais, de modo que o pobre acaba por ser a maior vítima de furtos, roubos e assassinatos.

Contudo, se é verdade que pobreza não gera, necessariamente, violência, e que os bairros populares e as favelas não devem ser estigmatizados como espaços violentos, também não se deve eludir o fato de que evidências empíricas acumuladas apontam tais áreas como as que concentram maior proporção de vítimas das violências, expressas pelas maiores taxas de homicídios e pelas baixas condições de vida (MACEDO *et al.*, 2001, p. 517)

A respeito da seletividade dos sujeitos que vem a morrer a partir das características físicas, sociais ou econômicas que possuem, Misse (2014) faz referência à sujeição criminal, que pode ser definida, do ponto de vista formal, como um processo social pelo qual se semeia uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos. A discriminação que explicaria a diferenciação do sujeito criminal em relação aos demais sujeitos sociais não seria fruto de estereótipos descabíveis, mas estaria apoiada em uma crença comum a todos com base na prévia quebra das regras sociais estabelecidas por um sujeito, posto que na sujeição criminal, o crime materializa-se no suposto autor de crimes. Assim, essa crença profunda defende que o crime está atrelado ao indivíduo transgressor e seu tipo social mais geral.

Em outras palavras, o autor quer dizer que as pessoas costumam julgar alguns sujeitos, os “tipos sociais”, baseadas em suas experiências de vida, que antecedem a generalização desses em tipos sociais, pelo simples fato de se assemelharem com outros indivíduos que cometeram, previamente, crimes. Exemplificando, uma pessoa que foi roubada por um sujeito

parado, jovem, magro, trajando apenas bermuda e boné e guiando uma bicicleta, geralmente atribuirá a outro sujeito que possua os mesmos predicados e que esteja nas mesmas condições o posto de ladrão, isso porque irá se basear em suas experiências prévias e nas experiências relatadas pelas pessoas ao seu redor.

Portanto, pautando-se na lógica da sujeição criminal, a parcela da população composta por jovens, do sexo masculino, negros (pretos e pardos), com baixa escolaridade e oriundos das áreas periféricas das cidades seria, aos olhos da sociedade, a mais envolvida no mundo do crime, onde vigora o circuito das vinganças, e tornar-se-ia vítima, mais do que as demais.

Assim, esses tipos sociais constituem-se em um “modelo” negativo, contrário aos valores positivos do caráter ideal ou padrão do cidadão, considerado como “pessoa de bem”. Nessa perspectiva, a sujeição criminal pode ser entendida como tudo aquilo que se opõe ao modelo positivo de valores e às pessoas do bem, sendo os indivíduos submetidos à sujeição criminal, os “do mal”, que viverão na “sociabilidade violenta”. Desse modo, os sujeitos criminais, aos olhos da sociedade tidos como aqueles que ameaçam diretamente pela força, pela arma, pela crueldade e pela indiferença ao outro são temidos e, por isso, perseguidos, não se tratando somente de estigma, preconceito ou rótulo, mas de risco, de regras de experiência e de conflito (MISSE, 2014, p.207).

De acordo com o autor, como não há negociação possível, surge, portanto, o medo, o temor e o ódio. Isto posto, o estigma e o preconceito em torno destes sujeitos, tornam-se generalizados. Dessa forma, além do estigma, o preconceito, o estereótipo e o rótulo passam a ser frequentemente utilizados para apontar diferentes atributos desacreditadores de uma identidade individual ou grupal, que se constituem como categorias de acusação social, por meio de uma generalização considerada equivocada.

Diante dessas considerações, Machado da Silva (2010, p.287), aponta que as interações rotineiras, por sua vez, passam a ser evitadas ao máximo, pois é nelas que estaria contido o perigo de interrupção da simples repetição regular das atividades ordinárias. Assim, seria no plano interpessoal que as relações com o “Outro” se converteriam em desconfiança, medo e insegurança, o que estimularia expectativas e demandas de isolamento, afastamento e evitação do “Outro”, por ser este o responsável pelo perigo de interrupção no fluxo das atividades diárias.

Portanto, as “classes perigosas” reaparecem, assim, com o perigo e a desconfiança envolvidos na relação com o “Outro”, rotulado no imediatismo da ameaça à integridade física e patrimonial de cada um. A consequência disso é a redução da sociabilidade às tentativas de

isolamento. Dessa forma, busca-se a “segurança apesar dos outros” e não mais a “segurança com os outros” (MACHADO DA SILVA 2010, p.287 - 288).

Nesse segmento, Misse (2014) sinaliza que tipos e traços, espécies e gêneros, indivíduos e grupos, passam a ser interpretados ou subjulgados como diferentes do normal ou inferiores ao tipo médio. Esses atributos determinam o “fechamento” das relações sociais entre os que qualificam e aqueles que são qualificados.

Entretanto, esse fechamento das relações sociais é relativo às condições sociais e econômicas da população. Sobre isso, Machado da Silva (2010, p.288) ressalta que, embora afetem a todos, os efeitos que a violência urbana produz sobre a segurança pública não são homogêneos. Nos territórios da pobreza, onde há contiguidade espacial com a “sociabilidade violenta”, observam-se condições de vida críticas para a população moradora, ao passo que as camadas abastadas dispõem de mais recursos, tanto materiais, como simbólicos para o auto isolamento, além de viverem em regiões física e socialmente mais afastadas dos “portadores” da “sociabilidade violenta”.

Isto posto, observa-se que os brasileiros estão longe de vivenciar aquilo que dita a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, conforme Waiselfisz (2014), estabelece que:

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal [...] sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (WAISELFISZ, 2014, p.185).

Entretanto, o que se observa na prática é que a segurança pessoal dos indivíduos que residem nas cidades brasileiras tem sido rotineiramente posta à prova, ainda que de forma desigual, devido à intensificação e à disseminação do fenômeno da violência. Tendo isso em vista, retoma-se, brevemente, à abordagem da violência urbana, a fim de apontar algumas das possíveis questões relacionadas à violência e à criminalidade presentes nas cidades. Nesse sentido, Macedo *et al.* (2001), registram que as mortes violentas que ocorrem nos espaços urbanos brasileiros vem sendo associadas a alguns fatores presentes nesses ambientes, como: concentração populacional elevada, desigualdades na distribuição de riquezas, iniquidade na saúde, impessoalidade das relações, alta competitividade entre os indivíduos e grupos sociais, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, abuso de álcool, impunidade, tráfico de drogas, estresse social, baixa renda familiar e formação de quadrilhas. Nessa continuidade,

A percepção generalizada da associação entre processos rápidos de crescimento urbano e o incremento nas taxas de criminalidade e violência tem sido o grande pilar no qual se apoiam muitos estudos sociológicos sobre a criminalidade na cidade. De acordo com estas teorias, processos rápidos de industrialização e urbanização provocam fortes movimentos migratórios, concentrando amplas massas isoladas nas periferias dos grandes centros urbanos, sob condições de extrema pobreza e desorganização social e exposta a novos comportamentos e aspirações mais elevadas, inconsistentes com as alternativas institucionais de satisfação disponíveis. São as rápidas mudanças sociais, o ambiente propício para a expansão da violência e criminalidade nas grandes cidades (SANTOS, 2012, p.1).

Ainda sobre os aspectos relacionados à proliferação da violência e da criminalidade, em especial aos altos índices de homicídio no país, salienta-se que diante da necessidade da adoção de uma política pública nacional voltada para a redução de homicídios nos estados e nos municípios brasileiros ¹³, mediada por um pacto interfederativo – o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH), Engel *et al.*¹⁴(2015) elaboraram um estudo diagnóstico referente aos homicídios no Brasil, no qual são elencadas, por meio de uma extensa revisão de literatura, 07 (sete) causas principais à ocorrência dos homicídios, as **macrocausas**. São elas: 1) fatores transversais; 2) gangues e drogas; 3) violência patrimonial; 4) violência interpessoal; 5) violência doméstica; 6) presença do Estado; e, 7) conflitos da polícia com a população. Na sequência, essas macrocausas serão brevemente explicadas, bem como os principais fatores de risco associados a cada uma delas.

1) Os **fatores transversais** referem-se àqueles que se constituem como fatores de risco para qualquer tipo de violência e conseqüente homicídio. São eles: a **disponibilidade de armas de fogo**, uma vez que locais com alta circulação de armas são considerados especialmente vulneráveis para potencializar a ocorrência de homicídios; e, ao **acúmulo de vulnerabilidades sociais**;

2) A macrocausa “**gangues e drogas**” possui como fatores de risco: *i*) o consumo e o tráfico de algumas drogas ilícitas, sobretudo o crack; *ii*) o elevado percentual de jovens, proporcionalmente à população, haja vista que a maior parte dos aliciados para trabalhar com o tráfico de drogas é composta de jovens.; *iii*) o abuso sexual e a violência doméstica, pois podem influenciar na procura por pertencimento em grupos como gangues e facções do

¹³ Capitais e municípios com altos índices de criminalidade.

¹⁴ Pesquisadores da Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação – uma unidade do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – incumbidos de realizar um diagnóstico preliminar dos homicídios no Brasil, cujos resultados foram apresentados no Relatório intitulado “Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios”.

tráfico, além de comportamento agressivo; e, *iv*) as rivalidades e os padrões violentos para a resolução de conflitos;

3) A **violência patrimonial**, caracterizada por roubos e latrocínios;

4) A **violência interpessoal**, caracterizada pelos conflitos resolvidos de forma violenta, desde que ocorra entre sujeitos que não mantêm uma relação familiar, como: brigas de bar, entre vizinhos, conflitos que ocorrem em espaços públicos etc. Os fatores de risco, indicadores da violência interpessoal são: *i*) o acúmulo de vulnerabilidades somado à ausência de políticas públicas; *ii*) a desordem urbana; *iii*) a sociabilidade violenta, ou seja, forma de resolver as coisas de forma violenta; *iv*) a ausência de instâncias do Estado para a mediação e resolução pacífica de conflitos, que visem transformar o conflito pelo viés do diálogo; *v*) os agentes potencializadores de reações violentas a determinados conflitos (consumo de álcool e drogas); e, *vi*) os crimes de ódio, geralmente associados ao preconceito e à discriminação contra determinados públicos, como: homossexuais, indígenas, negros, moradores de rua, deficientes físicos e mentais, ou, gerados por diferenças entre ideologias, religiões etc.;

5) A **violência doméstica**, aquela ocorrida no ambiente doméstico, possui como fatores de risco: *i*) a cultura patriarcal, que subjulga mulheres; *ii*) os altos índices de homicídios de mulheres, crianças e idosos; *iii*) os agentes potencializadores (uso de álcool e droga); e, *iv*) a falta de rede de proteção e de serviços do Estado que atendem para as especificidades das diferentes violências domésticas e dos riscos associados a elas;

6) A **presença (ou não) do Estado**, caracterizada por ações/omissões estatais no âmbito da segurança pública, saúde, assistência social, cultura e lazer, e, pelo acesso à justiça. O Estado, quando se faz ausente, implica em acúmulo de vulnerabilidades sociais e pode influenciar na criminalidade violenta e ocorrência de homicídios;

7) Os **conflitos entre a sociedade civil e polícia**, que geram letalidade da população por parte dos policiais e vice-versa e são responsáveis por parte significativa dos homicídios ocorridos no Brasil.

A respeito desta macrocausa, Cerqueira *et al.* (2016) atentam para a falta de dados confiáveis que tratem das mortes da população provocadas por policiais, sinalizando que há discrepância entre os números que chegam ao conhecimento do Ministério da Saúde e os números apurados pelas secretarias de segurança pública do país, o que evidencia as subnotificações dos agentes causadores dessas mortes, as quais deveriam ser caracterizadas como mortes por intervenções legais¹⁵. Sobre isso, criticam que:

¹⁵ São aquelas ocorridas em decorrência da ação policial.

No caso de mortes causadas por agentes do Estado em serviço, poderia-se esperar que os responsáveis fossem, em princípio, identificados. Se uma vítima chega ferida ou morta em decorrência de ação policial, o hospital deveria ser informado e registrar o fato na categoria Y35-Y36 do SIM, chamada “intervenções legais e operações de guerra” (CERQUEIRA *et al.*, 2016, p.15).

Como raramente isso acontece, quem sofre as consequências é a sociedade em geral, “que manifesta a cada momento sua percepção de medo, alimentada tanto pela violência quanto pela falta de confiança nas instituições do Estado” (CERQUEIRA *et al.*, 2016, p.15).

Cabe ressaltar que este diagnóstico elaborado por Engel *et al.* (2015), que teve como principal objetivo organizar e sistematizar dados relativos à criminalidade violenta nos territórios brasileiros, sobretudo no âmbito dos estados e dos municípios escolhidos para compor o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNH), sinalizou que o Pará destaca-se negativamente dentre os demais estados da Região Norte¹⁶, de modo que todas as macrocausas acima descritas são presentes e graves, indicando uma multiplicidade de fatores de risco no referido estado, os quais também destacam-se negativamente, seja de forma intermediária ou grave.

Além disso, o Pará foi o único estado da região com mais de um município a ser atendido pelo PNRH, englobando os municípios de Ananindeua, Parauapebas, Marabá e Belém, os quais apresentam taxas altíssimas de homicídio, sendo em ordem decrescente, as maiores da região.

Quanto ao município de Belém, o mesmo apresentou, a partir de dados fornecidos por diversas fontes consultadas por Engel *et al.* (2015), os seguintes destaques, a maioria deles negativos, de forma grave ou intermediária:

- i) Altas taxas de mortes por armas de fogo¹⁷, a não perder de vista que onde há alta circulação de armas, há maior vulnerabilidade para a ocorrência de homicídios;
- ii) Mais da metade da população belenense (61%) habita em aglomerados subnormais, ou seja, em locais com condições não ideais para habitação, como, por exemplo, as favelas, onde as condições de saneamento e o acesso a recursos do Estado são precários. Ressalta-se que o acúmulo de aglomerados tem sido considerado um indicador de territórios inseguros, que podem influenciar na ocorrência de sociabilidades violentas e nos casos de violência interpessoal;

¹⁶ A Região Norte possui a segunda maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil, de acordo com os dados de ocorrência de homicídios informados pelas UF's para a composição deste relatório diagnóstico.

¹⁷ De acordo com Cerqueira *et al.*(2016), 76% do total de homicídios ocorridos no país, em 2014, foram perpetrados por armas de fogo.

- iii)* Baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual mede condições de renda, saúde e educação, destacando-se negativamente como o terceiro pior índice dentre os municípios do Norte¹⁸, perdendo apenas para os municípios de Macapá e Ananindeua, respectivamente;
- iv)* Belém é o terceiro município do Norte com maior percentual de concentração de renda a uma parcela muito pequena da população constituída por ricos;
- v)* Belém apresenta taxas intermediárias de evasão escolar para o Ensino Médio. O relatório elaborado por Engel et al. (2015) utiliza-se da evasão para este nível de escolaridade por considerar que a faixa etária com maior vulnerabilidade e a que tem sido a mais vitimada com relação aos homicídios ser compatível, justamente, com esse nível de escolaridade;
- vi)* Dentre os 10 (dez) municípios da Região Norte, a capital paraense aparece como o 4º pior município quanto ao Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ). O IVJ corresponde a uma síntese dos seguintes indicadores: taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas externas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar mensal e risco relativo de brancos e negros serem vítimas de homicídio. Mediante esse índice, é possível dimensionar quais os locais em que esses jovens são mais vulneráveis e precisam de maior atenção;
- vii)* A violência doméstica em Belém possui taxa intermediária quando comparada com outros municípios do Norte. Do mesmo modo, a taxa de homicídio contra mulheres, idosos e crianças, em Belém, é considerada intermediária;
- viii)* A soma dos efetivos policiais militares e civis presentes em cada município, mais o efetivo da Guarda Municipal daqueles municípios em que há Guardas, dividido pela população do município resulta na Rede de Proteção de cada município. Belém aparece como um dos municípios do Norte com melhor relação população/efetivo, o que, por si só, parece não ser suficiente para enfrentar as altas taxas de homicídios locais;
- ix)* Por outro lado, 14,7% da população paraense declarou já ter sofrido agressão e/ou extorsão por policial militar e/ou civil alguma vez na vida. Além disso, o Pará foi

¹⁸ Tanto esta comparação, como as apresentadas na sequência entre Belém e os demais municípios da Região Norte referem-se a todos os municípios da referida região contemplados pelo PNRH, incluindo capitais e outros municípios devido às altas taxas de homicídio que apresentam.

o estado da região que mais registrou mortes de seus policiais. Dados referentes especificamente ao município de Belém não foram apresentados nesse relatório;

- x) Belém é o 5º melhor município da região quanto à taxa de médicos por habitantes, com 4,1 médicos para cada 1.000 habitantes;
- xi) A capital paraense destaca-se positivamente por possuir elevado número de Pontos de Cultura, que são entidades ou coletivos culturais certificados pelo Ministério da Cultura, os quais podem ser públicos ou privados.

Diante do exposto, observa-se que o município de Belém destacou-se entre os demais municípios da Região Norte por apresentar, de forma geral, indicadores que corroboram em uma avaliação grave de suas macrocausas; a única macrocausa que se destacou positivamente quanto a alguns aspectos foi a presença do Estado em diversos âmbitos, entretanto, é sabido que as ações Estatais são, na maior parte das vezes, destinadas às áreas de interesse da elite, não atendendo, portanto, à demanda da população mais vulnerável social e economicamente falando.

Nesse sentido, reitera-se que o processo de urbanização ocorrido em diversas cidades brasileiras, a exemplo Belém, ocorreu de forma excludente, segregando espaços e pessoas, que passaram a ter o direito à cidade e à cidadania negados, o que contribuiu significativamente para a emergência da criminalidade nos espaços menos providos socioeconomicamente e desamparados pelo Estado: as periferias, que, geralmente, acabam sendo territorializadas por traficantes de drogas e outros criminosos, a exemplo de grupos de milicianos, os quais, disputam por liderança nesses espaços.

Assim, infere-se que a população que habita os territórios periféricos da cidade Belém periga ter suas gerações corrompidas pela violência, especialmente devido à economia do tráfico de drogas operante, que se desenvolve no mesmo ambiente em que crescem crianças e adolescentes, ensejando que a figura do traficante conquiste, gradativamente, maior aceitação e confiança naquele espaço, passando a ser tido como referência e espelho para muitos, que acabam enxergando no tráfico de drogas e na prática de demais crimes, a solução mais promissora para a fuga da situação de pobreza em que se encontram. Com isso, esses indivíduos, ainda em fase de formação, passam a burlar regras morais e leis, mesmo que para isso tenham que arriscar suas próprias vidas diante de uma possível morte precoce em consequência do ingresso no mundo do crime, pois, a eles é semeada a ideia de que é mais

válido viver intensamente uma vida curta, do que viver por longas datas sob as mazelas da baixadas de Belém (ALVES, 2014).

1.7 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida em diferentes etapas. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que possibilitou dar o aporte teórico norteador do percurso deste trabalho, viabilizando a discussão teórica em função da determinação de seu objetivo, considerando-se a relação teoria e prática. De acordo com Matias-Pereira (2010), a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela análise de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, de material disponibilizado na internet.

Em seguida, buscou-se uma **população** a ser estudada que pudesse fomentar dados estatísticos relativos ao tema abordado. A população definida, da qual foi obtida a **população final** do presente estudo, é constituída por indivíduos de ambos os sexos, de quaisquer idades e realidade socioeconômica, que vieram a óbito ou por causa natural desconhecida, ou por causas externas de morbidade e mortalidade (mortes violentas intencionais ou não), cujos registros de morte tenham ocorrido em diversos municípios do Estado do Pará e cujos corpos tenham sido necropsiados no Instituto Médico Legal (IML) do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC-RC), sede Belém-PA.

Optou-se pelos seguintes critérios de inclusão à população final: indivíduos cuja morte tenha se dado por homicídio; a idade igual ou maior que dezoito anos devido à legislação brasileira vigente, que considera os menores de dezoito anos como inimputáveis, ou seja, ainda não podem ser considerados responsáveis pelos próprios atos (de ação e/ou omissão) e condutas, não devendo responder, portanto, a sanções penais caso pratiquem os mesmos atos tidos como criminosos para aqueles que são considerados imputáveis (maiores de dezoito anos) e, por isso, aos inimputáveis não seria possível traçar um perfil criminal; o período de 2011 e 2013, em função do expressivo número de cadáveres desta população, e, do limitado tempo disponível para tal. Ressalta-se que foram incluídos na população final apenas os cadáveres cujo registro da morte¹⁹ tenha se dado no Município de Belém, podendo ocorrer, entretanto, situações em que o local em que aconteceu o incidente que levou à morte difira do

¹⁹ Informação constante na Declaração de Óbito, documento que norteou esta pesquisa, o qual informa o local do falecimento de um dado indivíduo.

local onde teve lugar o falecimento, a exemplo de feridos levados a hospitais localizados em outros municípios, que aparecem contabilizados no lugar do falecimento.

Tomaram-se como critérios de exclusão para a população final: cadáveres cuja morte tenha se dado em função de causas naturais, acidentais (acidentes de trânsito, quedas, afogamentos, acidentes de trabalho, disparo de arma de fogo efetuado pela própria vítima em si mesma sem que houvesse essa intenção etc), ou ainda, por suicídio, posto que nesses casos não há a participação de um sujeito que tenha provocado a morte de outrem; e, cadáveres ignorados, ou seja, aqueles que não foram submetidos à identificação ou ao reconhecimento por seus familiares. Além disso, foram excluídos da população final os cadáveres cuja causa e/ ou local da morte tenha(am) sido indeterminada(s) ou gere(em) dúvida(s).

A partir dos critérios de inclusão e exclusão elencados, selecionou-se a população final – a qual, na sequência, deu origem à **amostra** estudada – composta de cadáveres vítimas de homicídio (agressão letal), com idade a partir de 18 (dezoito) anos, necropsiados entre os anos de 2011 e 2013 no (IML) do CPC - RC, sede Belém–PA, a qual consiste em 990 casos de óbitos ocorridos no município de Belém.

Para a obtenção da amostra estudada, realizou-se uma amostragem aleatória simples, chegando-se a uma amostra de 285 casos de óbito, com um erro amostral de 5% (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

Definida a amostra, realizou-se, como procedimento técnico, uma pesquisa documental acerca dos dados brutos presentes no banco de dados referente aos cadáveres necropsiados no CPC-RC, sede Belém, que por sua vez é alimentado pelos médicos legistas, via sistema de intranet on-line, e gerenciado pelo Setor de Informática do referido Centro. Salienta-se que, quando necessário à complementação desta etapa da pesquisa ou ao esclarecimento de algum dado dúbio, foram realizadas consultas diretas aos registros físicos dos cadáveres estudados, que compreendem diversos documentos, dentre eles: (i) a declaração de óbito (DO), preenchida pelos médicos legistas, de onde foi apurada maior parte das informações analisadas, como idade, sexo, estado civil, escolaridade, local de residência do morto e do óbito, causa do óbito etc.; (ii) o formulário de identificação elaborado pelo CPC-RC, preenchido pelos servidores da recepção, que contém dados complementares ao preenchimento da DO; (iii) a requisição, expedida pela autoridade policial, que solicita a remoção cadavérica do local de crime e a realização da necropsia, de modo que, geralmente, tal documento contém alguns dados pessoais da vítima de homicídio e do delito, tais como, endereço residencial e/ou do local onde se encontrava o corpo a ser removido, além de um

breve histórico a respeito das circunstâncias apuradas sobre o evento criminoso que culminou no óbito; e, (iv) a cópia do documento de identificação do cadáver.

Segundo Marconi (1990), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não escritos, constituindo o que se denomina de fontes primárias.

Para o direcionamento da coleta dos dados necessários à pesquisa, foram consideradas as seguintes informações do banco de dados supracitado: dados pessoais (nome, data de nascimento, número do documento de identificação e filiação) e variáveis socioeconômicas da amostra, a seguir: idade, sexo, estado civil, raça/cor da pele, escolaridade e residência (bairro). O levantamento das variáveis socioeconômicas permitiu que fosse traçado o perfil socioeconômico da amostra. Ressalta-se que esta etapa da pesquisa foi realizada mediante a devida autorização do CPC-RC, concedida no dia 03 de setembro de 2014 em resposta ao ofício elaborado pela pesquisadora (“APÊNDICE B”).

Após cada cadáver que compõe a amostra ser devidamente identificado por meio de seus dados pessoais, foi realizado um segundo momento da coleta de dados, desta vez, junto à Diretoria de Identificação "Enéas Martins" (DIDEM), setor da Polícia Civil do Estado do Pará que atua na área da identificação papiloscópica. Por meio do acesso reservado ao prontuário criminal virtual constante na página “<http://didem.policiacivil.pa.gov.br/>”, a pesquisadora obteve, sob autorização e supervisão da Direção da DIDEM, informações referentes aos antecedentes criminais da amostra e, mediante as variáveis: antecedentes criminais, quantidade de infrações penais e tipologia da infração penal, foi possível determinar o perfil criminal da amostra estudada. Pensando nessa etapa, foi encaminhado à DIDEM, no dia 01 de dezembro de 2014, um ofício solicitando a autorização para ter acesso a tais informações para fins de pesquisa, tendo este pedido sido deferido pela autoridade competente, conforme demonstra o “APÊNDICE C”.

Ratifica-se que o título do Projeto de Pesquisa constante no “APÊNDICE B”, diferencia-se do atual título adotado na presente dissertação, a fim de melhor atender aos objetivos propostos. Além disso, o nome do Programa de Pós-Graduação constante nos apêndices diferem do atual, devido ao fato do mesmo ter sofrido mudança no decorrer do curso.

Julgou-se pertinente utilizar a perspectiva quantitativa para abordar o problema de pesquisa, uma vez que os objetivos da presente incluem a realização da análise estatística das variáveis presentes no banco de dados fornecido pelo IML do CPC-RC e nos registros dos

mortos; bem como a análise estatística das variáveis relativas aos antecedentes criminais da amostra. De acordo com Matias-Pereira (2010), a pesquisa quantitativa requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas, enquanto que a pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, na qual os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Por fim, a análise e exposição dos dados foi concebida pela estatística descritiva. De acordo com Fávero *et al.* (2009), a estatística descritiva assegura ao pesquisador, por meio de tabelas, gráficos e medidas-resumo, uma melhor compreensão a respeito do comportamento dos dados estudados, identificando tendências, variabilidade e valores atípicos. Nesse sentido, os dados foram organizados e apresentados em forma de tabelas e gráficos.

Salienta-se que os dados pessoais que possam identificar os elementos da população estudada não serão, em hipótese alguma, publicados durante ou após a pesquisa, sendo resguardado o sigilo.

CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO

Perfil Criminal e Socioeconômico das Vítimas dos Homicídios Registrados em Belém– PA

Título Resumido: As Vítimas de Homicídio

Isabella Fonseca Torres VILAÇA¹

Edson Marcos Leal Soares RAMOS²

Silvia dos Santos de ALMEIDA³

RESUMO

O estudo objetiva definir o perfil criminal e socioeconômico das vítimas de homicídio, a fim de entender alguns determinantes de suas mortes. Para tal, recorreu-se à técnica de análise descritiva. Os dados socioeconômicos dos mortos foram obtidos junto ao Instituto Médico Legal do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém–PA, no período de 2011 a 2013, e, os dados criminais foram fornecidos pela Polícia Civil do Pará. Os resultados obtidos identificaram que a maioria das vítimas possuía antecedentes criminais; foi indiciada por dois ou mais crimes; com destaque aos roubos e furtos. Além disso, possuíam condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Palavras-chave: Mortos; Infrações Penais; Centro de Perícias Científicas Renato Chaves; Polícia Civil do Estado do Pará.

Criminal and Socioeconomic Profile of Homicide Victims in Belem–PA

Summarized Title: The Homicide Victims

ABSTRACT

This study aims to define the criminal and socioeconomic profiles of homicide victims, in order to understand some determinants of their deaths. Therefore, descriptive analysis techniques were used. Socioeconomic data from the dead bodies were obtained through the Institute of Legal Medicine from the Centre of Forensic Sciences Renato Chaves, in Belem–PA, between 2011 and 2013, while Civil Police of Para State provided the criminal data. The results obtained indicated that most of the victims had criminal antecedents; had been indicted

¹VILAÇA, Isabella Fonseca Torres. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Centro de Perícias Científicas Renato Chaves. E-mail: isabellavilaca@hotmail.com

²RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal do Pará. E-mail: ramosedson@gmail.com

³ALMEIDA, Silvia dos Santos de. Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal do Pará. E-mail: salmeida@ufpa.br

by two or more crimes; particularly robbery and theft. Moreover, they were in a socioeconomic vulnerability position.

Keywords: Deads; Criminal Offenses; Centre of Forensic Sciences Renato Chaves; Civil Police of Para State.

1. INTRODUÇÃO

A violência urbana, sobretudo o homicídio, é um fenômeno cada dia mais evidente e maléfico à sociedade brasileira contemporânea, que tem perdido, gradativamente, seus jovens de forma trágica e cada vez mais precoce devido a atos infracionais e crimes cometidos por outrem, necessitando, portanto, de aprofundados estudos nesse domínio.

De acordo com Chagas (2014), existem múltiplos fatores no contexto urbano que podem contribuir para o aumento da violência, a saber: exclusão social, pobreza e favelização, fatores esses observados especialmente nas áreas periféricas das cidades, as quais são frequentemente negligenciadas pelo poder público, fazendo das mesmas um território oportuno para o estabelecimento e propagação da criminalidade.

Diante da vasta gama de crimes a que a sociedade brasileira tem sido exposta, os que causam maior repercussão social e contribuem para a disseminação da sensação de insegurança da população são aqueles cometidos contra vida, os homicídios. Como se não bastasse, as informações associadas à violência, repetidamente divulgadas pelos veículos de comunicação, evidenciam ainda mais o significativo aumento do número de homicídios ocorridos nos diferentes municípios brasileiros, de modo a atribuir a responsabilidade desse fenômeno tão somente aos órgãos de segurança pública, não havendo o devido cuidado em atrair a atenção da população às reais circunstâncias em que os homicídios acontecem e, menos ainda, a quem acomete, salvo nos casos em que a vítima possui um prestigiado *status* socioeconômico.

Por outro lado, dada a importância em compreender e debater esta temática, pesquisadores tem fomentado, por meio das estatísticas oficiais, informações que permitem o conhecimento verídico e mensurável a respeito dos diferenciais intraurbanos da mortalidade por causas violentas, bem como saber quem são essas vítimas, a exemplo do que apontam os sucessivos relatórios dos Mapas da Violência, elaborados pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz desde de 1998, que têm evidenciado, há quase duas décadas, que a mortalidade por homicídio apresenta seletividade quanto à idade, sexo e raça de suas vítimas e quanto às regiões geográficas acometidas.

Entretanto, apesar de todos os esforços dos pesquisadores em reunir estas e demais informações relativas aos homicídios ocorridos no país, ainda há muito que se estudar a respeito dessa temática – tanto na esfera nacional e regional, como também na estadual e municipal – pois demanda de contínua e profunda reflexão, dado o seu caráter

complexo, difuso e heterogêneo, bem como o impacto social ocasionado por crimes dessa natureza.

Importa salientar que para discutir o atual cenário da violência em nível local, é necessário considerar que o processo de urbanização ocorrido na Amazônia, mais especificamente na cidade de Belém-PA, *locus* desta pesquisa, revelou-se excludente, contribuindo para a segregação de espaços e de pessoas, que passaram a ter o direito à cidade e à cidadania negados, o que colaborou significativamente para a emergência do crime nos espaços menos providos socioeconomicamente e negligenciados pelo Estado.

Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pela necessidade de conceber, por meio de análises estatísticas de dados criminológicos, a especificação do perfil criminal e socioeconômico das vítimas de homicídio, mortas no município de Belém-PA, Brasil, objetivando, assim, apresentar informações sólidas que forneçam subsídios para o desenvolvimento de uma política pública intensiva e eficaz na redução da frequência de novos casos de morte na população local, com base no conhecimento do perfil dos indivíduos que possuem maior potencial de se tornarem vítimas desse tipo de crime e na identificação de fatores que concorrem para a ocorrência dessas mortes.

1. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, O USO DO TERRITÓRIO, A VIOLÊNCIA URBANA E A CRIMINALIDADE EM BELÉM-PA

Antes de adentrar na discussão a respeito do perfil socioeconômico e criminal das vítimas de homicídios, bem como compreender alguns aspectos que concorrem para a determinação dessas mortes, objetivos deste estudo, fez-se necessário tecer uma breve análise a respeito de como se deu a construção do espaço urbano, a territorialização e a propagação da criminalidade na cidade de Belém, *locus* desta pesquisa, a fim de que alguns fatores presentes neste cenário urbano sejam devidamente expostos e considerados, de modo que se permita compreender como a violência e a criminalidade se territorializam; quais as relações de poder presentes em diferentes espaços da cidade de Belém; como esses espaços foram construídos ou configurados, a partir de uma sucinta retomada histórica; e, sobretudo, de que forma esses fatores podem influenciar na caracterização de alguns segmentos da população local e no seu estilo de vida.

Nesse sentido, principia-se que a cidade de Belém foi fundada em 1616 a partir da construção de uma fortificação militar de seu território, quando começou a ser ocupada. Entretanto, somente a partir do período da Borracha⁴ que a cidade belenense passou a ter suas primeiras estruturas eminentemente urbanas, com o incremento do capital advindo da extração e da venda da borracha, principalmente para o exterior do país (ALVES, 2013).

Outros dois marcos históricos influenciaram no processo de crescimento da população belenense, a saber: 1) um novo período da borracha (1940-1950), que emergiu

⁴ Período conhecido como Belle-Époque, ocorrido a partir da segunda metade do século XIX, quando Belém teve a introdução de um modelo de urbanização francês (ALVES, 2013).

para o abastecimento do mercado durante a Segunda Guerra Mundial; e, *ii*) durante as ações de integração amazônica empreendidas pelo governo militar, ocorridas, sobretudo, a partir da década de 70, com o Plano de Integração Nacional, que viabilizou a construção de estradas – a exemplo da Transamazônica – e a execução de projetos extrativistas. Desse modo, a região amazônica passou a ser integrada com o restante do país, ocupando um lugar na Divisão Internacional do Trabalho e na Divisão Territorial do Trabalho (RODRIGUES, 2000; ALVES, 2013).

A despeito disso, Santana (2014) notabiliza que foi nesse mesmo contexto – em que políticas de incentivo à ocupação do espaço amazônico eram estabelecidas a partir da modernização das fronteiras – que houve uma significativa migração de indivíduos pobres tanto de outros estados brasileiros para o estado do Pará, como também de outros municípios paraenses para Belém. Quando chegavam na capital paraense, esses indivíduos acabavam migrando para as áreas de planícies inundáveis devido à baixa altimetria: as baixadas ou periferias, localizadas ao redor do centro da cidade, pois, ainda que na falta de estrutura urbana nessas referidas áreas, era a opção que lhes restava diante da valorização e encarecimento dos terrenos urbanos mais centrais. Somado a isso, havia o interesse dessa população de baixo poder aquisitivo em residir às proximidades do “cinturão institucional”, que ocupa a região mais antiga da cidade. Esses cinturões são áreas que compreendem instituições públicas, a exemplo da CELPA, UFPA, UFRA, EMBRAPA, ELETRONORTE, Museu Paraense Emílio Goeldi, e, áreas militares (Marinha, Aeronáutica e Exército).

Desse modo, as cidades e a estrutura urbana se consolidaram no território amazônico, com destaque à metrópole de Belém. Entretanto, à medida que ocorreu a expansão de Belém, o processo de urbanização revelou-se excludente, segregando espaços e pessoas, de modo que, da massa populacional, foi retirado o direito à cidade, a cidadania, pois, na falta de opções cabíveis, essas pessoas acabaram necessitando migrar para as áreas de baixada da cidade, desprovidas do apoio estrutural e operacional do Estado (ALVES, 2013), ou seja, a cidade foi distribuída para uns em detrimento de outros, restritos ao usufruto de um espaço à parte, deixado de lado, de modo que as diferentes condições habitacionais da população resultaram em um processo de segregação residencial, o que não vem a ser um “privilégio” da capital paraense, posto que isso também ocorreu em demais cidades brasileiras.

Com relação às diferentes condições habitacionais, destaca-se que as baixadas ou periferias, de um modo geral, possuem uma evidente carência de infraestrutura e equipamentos urbanos, haja vista que o Estado tende a negligenciar essas áreas, geralmente direcionando os recursos financeiros e operacionais a outras áreas, ou melhor, às áreas de interesse da classe dominante. Chagas (2014) acresce que nos espaços em que

há pouca estrutura organizacional de família, igrejas e centros comunitários, como é o caso das áreas periféricas, existe uma vulnerabilidade para o surgimento da criminalidade e da violência, com a disputa de criminosos pelo território que, de acordo com Haesbaert (2014), tem relação com o poder, tanto no sentido mais concreto, pela dominação, quanto no sentido mais simbólico, ou seja, de apropriação.

Importa frisar que a população pobre, residente nessas áreas predominantemente periféricas, é duplamente penalizada pela sua condição de vulnerabilidade socioeconômica: primeiro pelas precárias condições habitacionais que lhes cabe, segundo pela exposição diária à intensa criminalidade violenta territorializada nesses locais, uma vez que não dispõem de mecanismos de segurança e de autoenclausuramento para evitar essa contínua exposição.

No que tange as condições a que essa população é exposta, Souza (2008) argumenta que os diferentes espaços urbanos educam ou deseducam, a depender das condições socioeconômicas ali existentes. Sobre isso, exemplifica a situação das famílias mais pobres residentes em áreas periféricas, as quais necessitam conviver com traficantes que lideram na região e que modificam a dinâmica relacional entre os membros da comunidade. Ressalta que esses traficantes podem estabelecer relações protetórias com os membros da comunidade que lideram, já que pertencem ao mesmo meio, mas também podem penalizá-los quando as regras, por eles (os traficantes) estabelecidas, são ignoradas ou quando percebem a existência de alguma ligação desses membros com outros de favelas rivais.

Nesse sentido, depreende-se que a população que habita as periferias das cidades brasileiras, incluindo Belém, periga ter suas gerações corrompidas pela violência, sobretudo devido à economia do tráfico de drogas operante, que media a relação entre traficantes e comunidade, permitindo que os primeiros conquistem, paulatinamente, maior aceitação naquele território disputado pelo crime, passando a ser tomado como modelo para muitas crianças e adolescentes, que acabam vendo no tráfico de drogas e na prática de demais crimes, a solução para mitigar a pobreza em que se encontram. Dessarte, passam a ignorar regras morais e leis, ainda que isso lhes custe menos tempo de vida, em função de uma possível morte precoce em consequência do ingresso no mundo do crime, pois, mesmo conhecendo os riscos, triunfa a percepção de que é mais válido viver intensamente durante pouco tempo do que viver sob as penúrias da baixadas belenenses (ALVES, 2014).

Ratton (2014) atenta para o fato de que o ingresso no mundo do crime não ocorre unicamente por uma questão econômica, considerando que o comportamento criminoso pode ser impulsionado pelo interesse em adquirir *status*, condições ou qualidades estimadas pela sociedade. Assim, devido à busca por uma posição que denote poder e respeito, aqueles que possuem um *status* socioeconômico inferior passam a violar a lei e das normas.

Retomando-se a discussão a respeito dos processos de estruturação urbana e de disputa territorial ocorridos em Belém, Santana (2014, p. 2583) salienta que nas diferentes áreas da cidade existe uma disputa pelo território e que “acaba levando vantagem quem possui maior poder para galgar os melhores espaços, tendo como produto dessa relação a constituição de uma cidade marcadamente segregadora”. Somado a isso, a autora adverte que as elevadas taxas demográficas, associadas aos altos níveis de desemprego e subemprego, aos baixos salários e à concentração de renda, bem como aos serviços públicos deficitários, asseguram a eclosão da violência urbana e, conseqüentemente, da violência letal.

Deve-se considerar que a construção e estruturação urbana, bem como a conseqüente disputa territorial, são processos contínuos e dinâmicos. A respeito disso, Carlos (2009) redige que a cidade é estruturada e reestruturada conforme os interesses de uma classe dominante, por meio da especulação imobiliária que valoriza e desvaloriza os diferentes espaços urbanos, ocasionando o movimento de expulsão ou atração de habitantes, a depender das condições socioeconômicas de cada um, reproduzindo-a em um novo âmbito.

Assim, é muito comum observar bairros urbanos, outrora tidos como pobres ou periféricos, passando por um processo gradativo de valorização com a implementação de novos e grandiosos prédios, de suntuosos condomínios residenciais e de importantes estabelecimentos comerciais, o que geralmente acarreta em um novo olhar a essas áreas, antes deixadas de lado pelo poder público, que tende a direcionar recursos financeiros e operacionais a partir das mudanças imobiliárias que reformulam o *status* daquela dada área. Do mesmo modo, ocorre de bairros, antes tidos como elitizados, passarem por um processo de desvalorização, abandono e degradação em função da migração dos estabelecimentos comerciais para outras áreas da cidade, bem como da mudança de moradores para outros bairros tradicionalmente nobres ou para bairros de notoriedade emergente.

Tendo em vista as questões ora expostas, depreende-se que a cidade de Belém vem sendo constituída, ao longo desses quatrocentos anos, por diferentes territórios, nos quais convivem distintos estratos sociais e se estabelecem diferentes formas de territorialização, de reterritorialização e de relações de poder. Conseqüentemente, a distribuição espacial e social da violência e da criminalidade intensificadas por este processo de urbanização excludente também ocorre de forma heterogênea, porém destaca-se em áreas de intensa periferização, onde crianças e jovens que convivem lado a lado com tráfico operante são mais facilmente corrompidas e convencidas a ingressar na criminalidade, mesmo sabendo que essa escolha possa colocar em risco sua própria vida.

Nesse sentido, surgiu o interesse em abordar, nesta pesquisa, as variáveis socioeconômicas e criminais inerente às essas vítimas de homicídio, para saber se, de

alguma forma, a vulnerabilidade socioeconômica e a opção pelo ingresso no mundo do crime potencializa o risco letal.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida em diferentes etapas. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que possibilitou dar o aporte teórico norteador do percurso deste trabalho.

Em seguida, buscou-se uma população a ser estudada que pudesse fomentar dados estatísticos relativos ao tema abordado. A população definida, da qual foi obtida a população final do presente estudo, é constituída por indivíduos de ambos os sexos, de quaisquer idades e realidade socioeconômica, que vieram a óbito ou por causa natural desconhecida, ou por causas externas (mortes violentas intencionais ou não), cujos registros da morte tenham ocorrido em diversos municípios do Estado do Pará e cujos corpos tenham sido necropsiados no Instituto Médico Legal (IML) do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC-RC), sede Belém-PA.

A população final, que deu origem à amostra estudada, é composta somente de cadáveres vítimas de homicídio, com idade a partir de 18 (dezoito) anos, necropsiados nos anos de 2011 a 2013 no (IML) do CPC - RC, sede Belém-PA, a qual consiste em 990 casos de óbitos registrados em Belém. Ressalta-se que cadáveres ignorados (que não foram submetidos à ação ou ao reconhecimento por seus familiares); e, cadáveres cuja causa e/ou local da morte tenha(am) sido indeterminada(s) ou gerado dúvida(s) foram excluídos dessa população final.

Para a realização deste trabalho, realizou-se uma amostragem aleatória simples, obtendo-se uma amostra de 285 casos de óbito, com um erro amostral de 5% (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

Uma vez definida a amostra, realizou-se uma pesquisa documental⁵ acerca dos dados brutos presentes no banco de dados que contém informações referentes aos cadáveres necropsiados no CPC-RC. Os dados do referido banco são fomentados por diversos documentos que compõem os registros dos cadáveres, com destaque à declaração de óbito (DO), preenchida pelos médicos legistas, de onde foi apurada maior parte das informações analisadas. Desse modo, foram coletadas as informações pessoais de cada indivíduo da amostra, a fim de identificá-los para a realização do segundo momento de coleta de dados desta pesquisa, descrito na sequência. Além disso, foram obtidas as variáveis socioeconômicas da amostra para a definição do perfil socioeconômico da mesma.

Um segundo momento de coleta de dados foi realizado, desta vez junto à Diretoria de Identificação "Enéas Martins" (DIDEM), setor da Polícia Civil do Estado do Pará que atua na área da identificação papiloscópica. Por meio do acesso reservado ao prontuário criminal

⁵Segundo Matias-Pereira (2010, p. 72), "a pesquisa documental é aquela que ocorre a partir de material que não recebeu tratamento analítico."

virtual constante na página "<http://didem.policiacivil.pa.gov.br/>", os pesquisadores obtiveram, sob autorização e supervisão da Direção da DIDEM, informações referentes aos antecedentes criminais da amostra, sendo possível traçar seu perfil criminal.

Destaca-se que, uma vez conhecidas as vítimas de homicídio que possuíam antecedente(s) criminal (ais) – total de 148 – optou-se por apresentar e discutir nesta pesquisa somente os dados socioeconômicos relativos a essas vítimas, a fim direcionar o leitor ao conhecimento do perfil socioeconômico e criminal da vítima de homicídio que tenha cometido infração(ões) penal(ais).

Julgou-se pertinente utilizar a perspectiva quantitativa⁶ para abordar o problema de pesquisa, uma vez que a presente irá realizar a análise estatística dos dados relativos aos antecedentes criminais e dos dados socioeconômicos das vítimas de homicídio com antecedente(s) criminal(ais).

Por fim, a análise e exposição dos dados foi concebida pela estatística descritiva que, de acordo com Fávero *et al.* (2009), assegura ao pesquisador, por meio de tabelas, gráficos e medidas-resumo, uma melhor compreensão a respeito do comportamento dos dados estudados, identificando tendências, variabilidade e valores atípicos. Nesse sentido, os dados foram organizados e apresentados em forma de tabelas e gráficos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. O Perfil Criminal das Vítimas

A Tabela 01 apresenta a quantidade e o percentual de registros das vítimas de homicídio ocorrido no município de Belém–PA, no período de 2011 a 2013, por antecedente criminal. Observa-se que a maioria das vítimas apresentou antecedente criminal – ou “antecedente criminal positivo” – correspondendo a 51,93%. Já as vítimas sem antecedente criminal – ou com “antecedente criminal negativo” – apresentaram-se com 48,07%. Ressalta-se que durante a pesquisa, observou-se que os registros da Diretoria de Identificação "Enéas Martins" (DIDEM) referentes aos prontuários criminais levantados apontavam não apenas aos crimes, mas também as contravenções penais imputadas aos indivíduos consultados. Levando-se isso em consideração, diz-se, então, que um indivíduo possui “antecedente criminal positivo”, ou que simplesmente possui antecedente criminal, quando este já foi indiciado por algum tipo de infração penal, seja um crime ou uma contravenção penal.

De acordo com BRASIL (1941), Lei de Introdução do Código Penal, o crime não é o mesmo que infração penal. Infração penal é, na verdade o gênero, do qual decorrem duas espécies: o crime ou delito; e, a contravenção penal. Conforme Adorno (1991), o legislador brasileiro estabeleceu diferença entre crime de contravenção penal, considerando como crimes os atos de maior gravidade, como: o roubo, o homicídio, o estupro, o tráfico de

⁶De acordo com Matias-Pereira (2010), a pesquisa quantitativa requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas.

drogas etc., para os quais reservou, prioritariamente, as penas de reclusão. Para as contravenções penais – a exemplo dos jogos de azar –, destinou penas mais leves (de multa, privação de direitos ou penas de detenção). Portanto, ambos diferenciam-se quanto à gravidade da conduta e quanto ao tipo (natureza) da sanção ou pena.

Com relação ao percentual de vítimas de homicídio que possuíam antecedentes criminais apontados por esta pesquisa, resultado semelhante pode ser observado por uma pesquisa divulgada pelo Governo do Distrito Federal, que revelou que dentre os casos de homicídio registrados no Distrito Federal no ano de 2013, 70,00% das vítimas possuíam antecedentes criminais (GUEDES, 2013). Outra pesquisa divulgada, desta vez pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, apontou que 81,50% das vítimas de homicídio daquele estado apresentavam antecedentes criminais (SILVA, 2015). Ou seja, a rotina de riscos a que os indivíduos praticantes de infrações penais se expõem parece potencializar a chance dos mesmos virem a ser mortos por homicídio.

Acredita-se que o quantitativo real de indivíduos que possam ter cometido infrações penais seja ainda maior que o revelado nesta pesquisa, uma vez que é sabido que a subnotificação é um problema que ocorre não apenas âmbito local, mas também nacional. Somado a isso, deve-se considerar que muitos dos crimes cometidos no país não possuem sua autoria desvendada, não havendo, portanto a quem atribuir a culpa.

De acordo com Souza, Brito e Barp (2011, p. 04), a subnotificação, caracterizada como o “acontecimento que não chega ao conhecimento da instituição, pública ou privada, encarregada de empreender medidas previstas em lei a partir das informações recebidas sobre determinado evento” adquire significativa relevância e consequência quando ocorre no âmbito da segurança pública, uma vez que “há um grande número de delitos que não chegam ao conhecimento das instituições policiais e outros que, quando chegam, não geram ações efetivas por parte do Estado”.

Nesse sentido, muitos dos crimes não são devidamente identificados devido à subnotificação e/ou não são atribuídos a indivíduo algum, devido ao desconhecimento de sua autoria. Este último caso muitas vezes decorre – de acordo com esses autores – dos entraves burocráticos, imperícias ou negligência que fazem com que não ocorra investigação, identificação e punição dos culpados, o que acaba por favorecer a impunidade, dificultando ainda mais enfrentamento à criminalidade e à violência na sociedade.

Tabela 01: Quantidade e Percentual de Registros de Vítimas de Homicídio Ocorrido no Município de Belém-PA, no Período de 2011 a 2013, por Antecedente Criminal.

ANTECEDENTE CRIMINAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Positivo	148	51,93
Negativo	137	48,07
Total	285	100,00

A Figura 01 apresenta o percentual de registros das vítimas de homicídio que possuíam antecedente(s) criminal(ais), cujas mortes tenham ocorrido no município de Belém-PA, no período de 2011 a 2013, por quantidade de infrações a elas imputadas.

Observa-se que, dentre as vítimas que possuíam antecedente(s) criminal(ais), a maioria delas (69,59%) foi indiciada pela prática de **mais** de (01) uma infração penal, ou seja, a elas foi reiterada a atribuição da responsabilidade, ao menos uma vez, por nova prática de infração penal (seja pela mesma conduta já praticada de um crime ou contravenção, ou por condutas diferentes), com destaque àquelas vítimas indiciadas por 02 (duas) infrações penais (31,08%). Em seguida, observa-se que 30,41% dos casos registrados correspondem àquelas vítimas indiciadas por (01) uma única ocorrência de infração penal.

Desse modo, a partir da recorrência à prática de ilicitudes por parte da maioria das vítimas, observa-se que as mesmas contituem uma espécie de carreira no mundo do crime. De acordo com Oliveira, Balbinotto Neto (2011) uma carreira criminosa caracteriza-se pela sequência de crimes cometidos por um indivíduo, ou seja, representa a sua trajetória criminal, a contar do primeiro até o último crime cometido pelo mesmo. Os autores explicam que há na sociedade um pequeno grupo de indivíduos – os criminosos crônicos – responsável pela maior parte da atividade criminal existente. Para esses indivíduos, algumas atividades ilegais só são viáveis economicamente se houver a repetição de crimes, isso porque a utilização de novas tecnologias de proteção por parte de potenciais vítimas acaba por elevar os custos da prática criminal. A solução para compensar estes custos estaria na repetição dos crimes. Somado a isso, considera-se que existe uma facilitação à atividade criminal crônica, uma vez que a punição nem sempre é empregada a todos os crimes praticados pelo infrator.

Por outro lado, quando este mesmo indivíduo é submetido à punição legal, a ele é atribuído um estigma de ex-condenado, que pode reduzir consideravelmente seus rendimentos no futuro, uma vez que condenações implicam em retornos inferiores à sociedade e na redução das chances da obtenção de ganhos pelo exercício de uma série de atividades laborais legais, o que faz com que esse indivíduo dificilmente retorne a um estilo de vida dentro dos padrões de licitude. Entretanto, esse impacto financeiro será sentido

apenas no futuro e, portanto, as preferências intertemporais do indivíduo serão relevantes para determinar na decisão tomada no presente, que acarretará em consequências no futuro (LOTT, 1992). Portanto, A opção por uma carreira de crimes envolve custos que podem ser pagos ao longo de todo o ciclo de vida do indivíduo, sendo geralmente encerrada pela sua prisão, ou ainda, pela sua morte.

Nesse segmento, Oliveira, Balbinotto Neto (2011) acrescentam que:

A literatura em criminologia destaca três dimensões básicas: a participação, a frequência dos crimes e a duração da carreira do criminoso. A participação é modelada a partir da opção que o indivíduo possui de engajar na atividade ilegal (crime) em qualquer ponto no tempo. Esta opção uma vez exercida gera um fluxo contínuo de rendimentos determinado pela frequência dos crimes e pela sua taxa de sucesso. Por sua vez, a duração da carreira [...] é determinada pela probabilidade de receber uma condenação e uma consequente punição pelo sistema legal. Não se pode ignorar a possibilidade de o indivíduo ser morto em confronto com as vítimas, policiais ou com outros criminosos (OLIVEIRA; BALBINOTTO NETO. p.02, 2011).

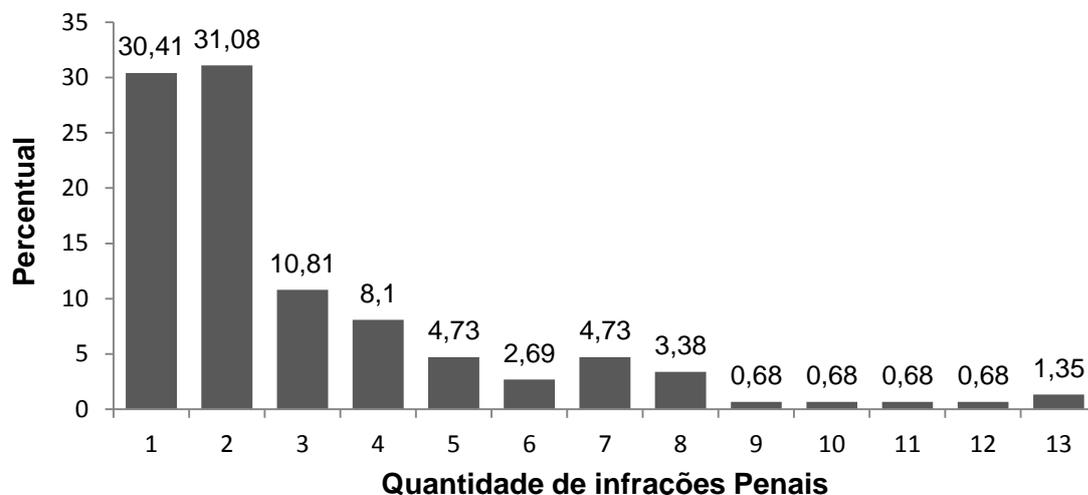
A respeito da interrupção da carreira do crime em função da morte desses infratores, cabe ressaltar que a idade mais observada entre eles foi de 22 (vinte e dois) anos, conforme demonstra a Tabela 02, ou seja, muitos deles tiveram uma morte precoce, o que pode ter encurtado o tempo hábil que dispunham para a prática de novas infrações penais.

Quanto ao quantitativo de infrações penais apontado por esta pesquisa, é válido retomar a atenção à questão da subnotificação dos delitos ocorridos em Belém, que de acordo com RAMOS *et al.* (2013), pode ocorrer, principalmente, em função: *i*) das vítimas não acreditarem que algum resultado positivo obteriam com as notificações; *ii*) do descaso das instituições policiais para com o acolhimento das vítimas, posto que as delegacias, via de regra, carecem de recursos materiais e humanos que garantam um atendimento eficiente e humanizado ao público; ou, ainda, *iii*) devido ao medo de represálias.

É também relevante considerar que existe uma grande probabilidade de um criminoso se manter oculto comparativamente ao passado, pois apenas uma pequena parcela dos crimes cometidos é conhecida, de modo que os principais aspectos que concorrem para esse problema são: o descaso da polícia para com delinqüentes conhecidos; a desistência deliberada de punições; ou, a incapacidade de lidar com as infrações (ADORNO, 1998).

Isto posto, acredita-se que o real número de infrações cometidas por essas vítimas infratoras seja relativamente maior que o quantitativo imputado a elas a partir do que apontam os registros de antecedentes criminais, conforme demonstra a Figura 01.

Figura 01: Percentual de Registros das Vítimas de Homicídio Ocorrido no Município de Belém–PA, no Período de 2011 a 2013, por Quantidade de Infrações Penais Atribuídas às Vítimas com Antecedentes Criminais.



A Figura 02 apresenta o percentual de registros das vítimas de homicídio no município de Belém–PA, no período de 2011 a 2013, por tipologia de infração penal atribuída às mesmas – as 06 (seis) principais, seja na modalidade tentativa ou consumação. Verifica-se que, dentre as infrações penais imputadas às vítimas de homicídio com antecedentes criminais, ou seja, dentre os indiciamentos por infrações penais, ou ainda, dentre as acusações pela prática de infração penal, a maioria deles (56,25%) referem-se aos crimes de roubo e furto. Constatam-se, também, em ordem decrescente, que os crimes de lesão corporal, de associação criminosa e de homicídio, representam 12,50%, 11,11% e 10,76% dos registros de antecedentes criminais, respectivamente. Portanto, frisa-se que todas as infrações penais mais incidentes constituem-se em crime, não havendo nenhuma contravenção penal em evidência.

Considerando-se que a maioria dos crimes atribuídos às vítimas são o roubo e o furto, cabe conceituá-los de acordo com a legislação vigente. Nesse sentido, conforme o *caput do Art. 157 do Código Penal Brasileiro (CPB) (BRASIL, 1941)*, o roubo consiste em “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”. Em outras palavras, é um delito patrimonial, no qual os meliantes usam da violência (física e/ou psicológica) para realizar a subtração da coisa alheia, podendo, para isso, empregar armas de todo o tipo.

Já o crime de furto é descrito no CPB (*caput do Art. 155*) como o ato de “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”, ou seja, também é um delito patrimonial que se diferencia do crime de roubo por não empregar a violência física e/ou psicológica à vítima para que aconteça.

Há de se considerar que as subnotificações não permitem que se saiba, ao certo, o número real de infrações penais e quais as mais cometidas por essas vítimas. Sobre isso, importa mencionar que Ramos *et al.* (2013) apontam em seu estudo que os crimes não registrados na cidade de Belém, no período de setembro de 2011 a agosto de 2012 chegaram a 72,14%. Destacam, também, que a subnotificação é ainda mais evidente para alguns crimes específicos, a exemplo do roubo (74,44%) e do furto (99,27%).

A respeito do destaque para os crimes patrimoniais praticados pelas vítimas de homicídio ora estudadas, Chagas (2014, p. 201) pactua com a percepção de que esses são crimes que ocorrem, muitas das vezes, como consequência **indireta** do tráfico de drogas operante em áreas de intensa periferização da cidade de Belém, a exemplo dos bairros do Guamá e Jurunas – bairros de residência de maior parte das vítimas (Tabela 03) – onde jovens, já viciados no uso de drogas, os praticam para obtê-las. Acontece que os traficantes de drogas dessas áreas costumam aliciar jovens ao consumo de drogas, por meio da oferta inicial de drogas gratuitamente ou a baixo custo, a fim de viciá-los e ampliar o mercado consumidor interno e ampliar a territorialização local. Uma vez viciados, esses jovens começam a praticar desde pequenos delitos na comunidade, como uma espécie de aprendizado à prática de crimes de maior gravidade e ao ingresso no mundo do crime, e, em seguida, são obrigados a roubar e/ou furtar para a manutenção do vício, o que acaba por elevar as taxas de latrocínios e homicídios desses jovens delinquentes durante um assalto, a partir do contato direto com as forças policiais, por exemplo. Somado a isso. O autor destaca a possibilidade da morte desses jovens em função da “dívida com o traficante local, a não realização e/ou ‘fracasso’ nas atividades de roubo e furto”, o que muitas das vezes acaba sendo a sua sentença de morte, garantindo o controle do território por parte dos traficantes locais, ao mesmo tempo que serve de medida pedagógica aos outros usuários de drogas.

Quanto à escolha do crime a ser praticado pelos delinquentes, Hakim, Rengert e Shachmurove (2000) fundamentam-se em um modelo de escolha racional, argumentando que, antes da prática criminal, os delinquentes levam em consideração a relação custo e benefício de suas escolhas, e assim, optam pelo estilo de vida criminal a seguir e decidem qual a forma de realizar o crime. Nessa perspectiva, depreende-se que a escolha da tipologia criminal configura-se nos riscos percebidos e nos benefícios adquiridos com a execução do crime.

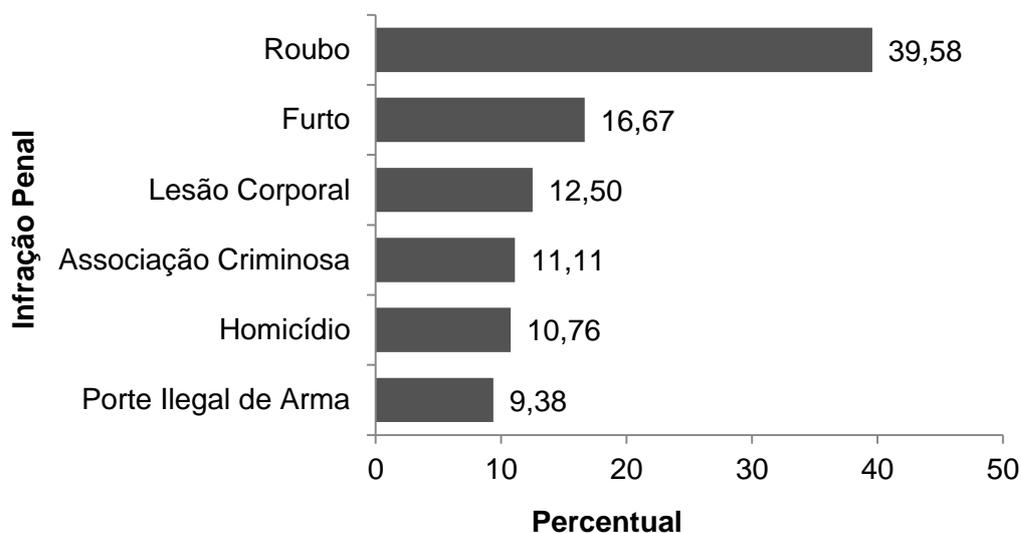
Comparando-se os critérios de escolha de crimes a serem praticados por delinquentes, assegurados por Hakim, Rengert e Shachmurove (2000), com a dinâmica descrita por Chagas (2014) para a prática de crimes por jovens, observa-se que há uma divergência parcial entre os primeiros e o segundo autor quanto à escolha do tipo de crime a ser praticado, pois para os primeiros, há uma espécie de planejamento visando a melhor

forma de realizar um dado crime e qual o crime a ser praticado, levando-se em consideração a relação dos riscos e dos benefícios presentes em cada escolha, enquanto que para o segundo autor, os jovens são forçados pelos traficantes à prática dos crimes de roubo e/ou furto, não lhes restando, portanto, uma opção de escolha, propriamente dita.

Entretanto, diz-se que a divergência entre os autores é parcial, haja vista que a dinâmica de ingresso dos jovens no mundo do crime descrita por Chagas (2014) pode, sim, envolver a avaliação da relação entre os riscos e os benefícios em praticar os crimes a eles impostos, considerando-se que há a percepção do risco, por parte desses jovens, envolvido na recusa dessas práticas criminais: a certeza da morte pelas mãos dos traficantes *versus* nenhum benefício. Desse modo, mesmo diante da iminente chance de morte decorrente da prática de roubos ou furtos, em função: *i*) de confronto desses jovens com as vítimas e/ou policiais; *ii*) de “acerto de contas” praticado ou encomendado por essas vítimas; *iii*) ou de fracasso durante a tentativa de execução desses crimes, os jovens os fazem ao perceberem que os benefícios obtidos com isso – a droga e a possibilidade de manter a própria vida – são mais atrativos. Ou seja, os jovens, ao avaliarem a relação entre os riscos e os benefícios em praticar os crimes a eles impostos, percebem que há mais riscos envolvidos na recusa do que na prática criminal, assim como percebem que os benefícios também advêm dessa prática.

Com relação aos crimes praticados pelas vítimas de homicídio com antecedentes criminais mais incidentes nesta pesquisa, observa-se que alguns deles coincidem com determinados crimes salientados por Carmo (2013). De acordo com autor, alguns crimes, como: o roubo, o furto, o homicídio e o latrocínio ocorrem com maior frequência nas regiões centrais e periféricas das cidades, sobretudo nas vias públicas em que existe uma maior concentração populacional, em função do intenso fluxo de pessoas e mercadorias. Ressalta-se que maior parte das vítimas de homicídio desta pesquisa eram oriundas de bairros predominante periféricos em que existem vias públicas nas mesmas condições descritas acima, a exemplo dos bairros Guamá, Sacramento e Jurunas (Tabela 03).

Figura 02: Percentual de Registros das Vítimas de Homicídio no Município de Belém–PA, no Período de 2011 a 2013, por Tipologia de Infração Penal Atribuída às Vítimas (as seis infrações penais mais incidentes)



4.2. O Perfil Socioeconômico das Vítimas com Antecedentes Criminais

Verifica-se que a **idade média** das vítimas de homicídios com antecedentes criminais, cujas mortes foram registradas no município de Belém é de 28 anos, com um desvio-padrão de ± 08 anos, ou seja, 68,26% das vítimas de homicídios possuíam idade entre 20 e 36 anos. A idade mais observada dentre essas vítimas é de 22 anos. A maior idade observada é de 55 anos e a menor é de 18 anos. (Tabela 02).

Sobre essa informação, importa realçar que a idade mencionada nesta pesquisa não se refere à idade com que as vítimas infratoras cometeram uma infração penal ou foram presas, como comumente é abordado na literatura, mas à idade que possuíam quando foram mortas. Portanto, deve-se considerar a possibilidade de haver uma lacuna temporal desde a prática de uma infração penal até o óbito destes infratores.

Retomando a análise da idade média das vítimas estudadas, Chagas (2014, p. 200) informa que nos bairros onde se observam as maiores taxas de homicídios ocorridos na cidade de Belém, a população mais atingida é a de jovens com idade entre 16 a 24 anos, em conformidade com o padrão nacional. “Muito desses jovens são mortos por acerto de contas com o ‘dono da boca’, por disputa entre grupos rivais, hoje em escala reduzida e em confronto com a polícia”. A respeito desta informação, cabe rememorar que os indivíduos com menos de 18 (dezoito) anos não compuseram a amostra da presente pesquisa, portanto não haveria como se chegar a uma faixa etária comportando a idade mínima mencionada por Chagas, o que justifica a aparente divergência entre seus resultados e os resultados oriundos desta pesquisa.

Tabela 02: Estatísticas para a Idade das Vítimas de Homicídio com Antecedentes Criminais, cujas Mortes foram Registradas no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013

Estatística	Idade (em anos)
Moda	22
Média	28
Desvio Padrão	8
Máximo	55
Mínimo	18

No que tange ao **estado civil** das vítimas letais com antecedentes criminais, destaca-se que, dentre elas, havia apenas indivíduos solteiros, casados ou com união consensual. Optou-se por unir as categorias “casado” e “união consensual” em uma única categoria “casado/união consensual”, haja vista que na prática, possuem a mesma estrutura familiar. Por conseguinte, observa-se, na Tabela 03, que a maioria dessas vítimas era solteira (87,76%), o que evidencia uma parcela significativa de infratores penais que demonstram a ausência de relações familiares formais e um comportamento social pouco envolvido na construção de laços emocionais na forma tradicional.

Do mesmo modo, uma pesquisa realizada por Guimarães, Baraúna e Silva (2015), destinada a traçar o perfil dos condenados (por roubo, furto e homicídio) da Vara de Execução Penal do Estado do Amapá, no período de 2003 a 2012, evidencia que a maioria dos detentos pesquisados (68,98%), declarou-se “solteiro”.

Cano e Ribeiro (2007) também obtiveram resultados semelhantes em um estudo realizado no estado do Rio de Janeiro em 2001 – tendo como fonte de informação o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)⁷, do Ministério da Saúde – que aponta que solteiros apresentam taxas de homicídio mais elevada que o restante da população, composta por pessoas casadas, divorciadas e viúvas. O que mais surpreende nesse estudo é que os resultados obtidos mostram que essa diferença não se explica, exclusivamente, pelo que parecia ser indiscutível: o fator idade. *A priori*, tal diferença parecia ser explicada tão somente em função da idade, já que a probabilidade de um indivíduo ser solteiro naturalmente decresce com o acréscimo de sua idade, do mesmo modo que acontece com a taxa de homicídios no Brasil, pois acomete, sobretudo, os indivíduos mais jovens da população. Todavia, a análise das taxas específicas por idade de solteiros e não-solteiros revela que a diferença entre uns e outros permanece mesmo quando pessoas da mesma idade são comparadas entre si, e também, que essa diferença é maior para as idades entre 20 e 30 anos, de modo que o efeito do estado civil das vítimas letais vai diminuindo com o avançar da idade.

Seguindo essa acepção, acredita-se que o ritmo e o estilo de vida adotado pelos solteiros – que, em geral, possuem uma vida social mais intensa, com maior participação em

⁷O SIM utiliza-se das declarações de óbito preenchidas pelas unidades notificantes do óbito, dentre as quais, os **Institutos Médicos Legais**.

atividades, locais e horas de alto risco – implicam em maior vitimização letal destes em comparação aos demais estratos da população e, ao mesmo tempo, concorrem com outros fatores para justificar tal ocorrência. Logo, infere-se que o casamento destaca-se como um escudo à vitimização letal.

No que se refere à **escolaridade**, a Tabela 03 expõe que a maioria das vítimas com antecedentes criminais apresentava Ensino Fundamental II (5ª à 8ª série), com 53,07% dos registros; seguidas daquelas que possuíam Ensino Fundamental I (1ª à 4ª série), com 31,97%, e Ensino Médio completo ou incompleto (12,24%). Interessa destacar que as vítimas que possuíam escolaridades extremas, ou seja, as sem escolaridade (analfabetas) e as que possuíam Ensino Superior completo e incompleto, quando somadas, representam apenas 2,72%. A vista disso, infere-se que poucos são os infratores penais que conseguem ingressar a uma faculdade ou universidade, mas, por outro lado, comemora-se o fato de também ser bastante reduzido o percentual relativo aos analfabetos, já que o analfabetismo é considerado um indicador negativo à inclusão social, educacional e econômica.

Referente ao reduzido percentual de vítimas analfabetas observado nessa pesquisa, é válido ressaltar que na última década houve melhora quanto à situação da alfabetização da população belenense, com redução do quantitativo de indivíduos analfabetos, o que se pode observar ao se comparar o resultado divulgado no Censo 2000, que aponta taxa de analfabetismo de 5,00%, com o resultado do Censo 2010, que apresenta taxa de analfabetismo de 3,30%. Salieta-se, ainda, que a taxa de analfabetismo, tanto em nível nacional, como municipal, ainda é maior entre idosos (IBGE, 2010), não contemplando, portanto, a maior idade observada entre as vítimas letais com antecedentes criminais estudadas.

Entretanto, cabe mencionar que os dados a respeito da escolaridade da população paraense⁸ evidenciam que mais da metade (56,40%) daqueles que possuem 25 anos ou mais não concluiu o Ensino Fundamental, enquanto que apenas 6,20% tinham Escolaridade Superior completa (IBGE, 2010). Nesse sentido, o entendimento de Adorno (1996) é que a escolaridade dos delinquentes não é baixa porque são criminosos, mas porque a escolaridade da população está nos níveis elementares.

Reavendo a escolaridade apresentada pela maioria das vítimas com antecedentes criminais estudadas, ressalta-se que Torelly, Silva e Madeira (2006), ao investigarem os processos de execução criminal de uma amostra de egressos do sistema penitenciário das cidades de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, constataram, em conformidade com esta pesquisa, que havia maior proporção de ex-presidiários que alcançaram entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental. Constataram, também, que 25,80% dos indivíduos gaúchos que cursaram até a 8ª série do Ensino Fundamental tornaram a delinquir, ao passo que apenas 12,50% daqueles que alcançaram o Ensino Médio o fizeram, o que sugere que a

⁸ Dados obtidos por meio da pesquisa “Educação e deslocamento”, desenvolvida com base no censo demográfico de 2010, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

escolaridade pode, sim, servir como prevenção à prática de novos crimes, uma vez que, quanto mais alto o grau de escolaridade possuído, menor foi a recidiva da prática criminosa.

Além disso, importa mencionar que Guimarães, Baraúna e Silva (2015) observaram, durante uma pesquisa realizada em 2011 com detentos do município de Santarém⁹, que existe uma variação quanto ao nível de escolaridade para cada tipo de crime praticado: os detentos que respondiam por crimes contra o patrimônio e contra a vida foram os que apresentaram menor nível de escolaridade, enquanto que os que respondiam por tráfico de drogas apresentavam maior nível de escolaridade.

Diante das considerações relativas à escolaridade das vítimas com antecedentes criminais, depreende-se que educação é um importante instrumento ao estabelecimento do processo de socialização do indivíduo. Portanto, a limitação ao acesso e permanência escolar de um dado sujeito pode ser “um fator determinante para um defeituoso condicionamento do seu processo de socialização”, podendo também interferir no seu processo de desenvolvimento moral e cognitivo (GUIMARÃES; BARAÚNA; SILVA, 2015, p. 185).

Conforme demonstra a Tabela 03, quanto ao **sexo**, a maioria das vítimas com antecedentes criminais é do sexo masculino (98,65%). Sobre isso, é válido ressaltar que homens, em geral, além de possuírem vantagem física, costumam ter maior participação em atividades sociais, aquelas fora de casa, a procura do gozo de sua liberdade, sobretudo os solteiros, os quais tendem a uma exposição ainda mais intensa às atividades externas.

Acerca da **raça/cor** das mesmas, ressalta-se que o banco de dados fornecido pelo Centro de Perícias Científicas Renato Chaves utiliza-se das mesmas categorias utilizadas pelo IBGE, a saber: branco, pardo, negro, amarelo e indígena. Entretanto, dentre as vítimas de homicídio com antecedentes criminais estudadas, há apenas registros para as categorias pardo e preto, de modo que 98,65% desses registros são de indivíduos pardos; e; 1,35% de indivíduos pretos, perfazendo o total de 100% de registros referentes a negros (pardos e pretos).

Entenda-se, para este estudo, a cor/raça negra como a soma das categorias preto e pardo, conforme consideram os relatórios do IBGE e do Mapa da Violência no Brasil. Segundo Waiselfisz (2014, p. 149), a categoria negro, “resulta do somatório das categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE”.

Sobre as variáveis idade, sexo, cor/raça e escolaridade, Waiselfisz (2014, p.150) frisa que a estruturação interna da violência no Brasil ocorre mediante a “seletividade social dos que vão ser assassinados”. Isto posto, deve-se considerar o processo histórico escravista de construção do país, que retrata a produção e a reprodução, mesmo com o passar dos anos, de uma sociedade excludente, na qual os negros e seus descendentes – socialmente e economicamente mais vulneráveis – seguem vivendo à margem da

⁹Localizado na região Oeste do estado do Pará.

sociedade, possuindo, portanto, na falta de outras instituições que lhe aparem, como o Estado, a família, a escola a igreja, etc., maior propensão de serem atraídos, ainda jovens, pelo ilusório mundo do crime, tornando-se, conseqüentemente, os principais suspeitos e alvos dos homicídios cometidos em solo nacional.

Paralelamente a isso, ocorre o enraizamento de um processo social pelo qual se semeia uma expectativa negativa e uma prévia qualificação, a partir de experiências anteriores, de que certos indivíduos e grupos, a depender das características físicas, econômicas e/ou social que possuem, constituem-se em “tipos sociais” indesejáveis à sociedade, dada a sua potencial periculosidade (MISSE, 2014).

A respeito do **bairro de residência** das vítimas, observa-se, em ordem decrescente, a prevalência de indivíduos oriundos dos bairros Guamá (18,83%), Sacramenta (9,46%), e Jurunas, com 7,43% dos registros (Tabela 03). Ressalta-se que foram destacados apenas os onze bairros de residência que obtiveram maior incidência dos registros. Entretanto, o percentual calculado incidiu sobre todos os outros bairros que não foram expostos na Tabela 03.

Com relação aos bairros belenenses, atenta-se para o fato de que muitos deles, tidos como periféricos, a exemplo do Guamá, Sacramenta e Jurunas são, na verdade, bairros heterogêneos, pois neles se observam habitações precárias dividindo espaço com novas construções desenvolvidas pelo mercado imobiliário. Ainda assim, a maioria dos autores caracterizam, de um modo mais genérico, esses bairros como periféricos, dada a gênese do seu processo de construção e ocupação, bem como a perpetuação e prevalência da pobreza em grande extensão dos mesmos.

Chagas (2014, p. 200) evidencia a situação crítica do Guamá, descrevendo-o como um bairro formado por áreas de intensa periferização, composto na sua maior parte de aglomerados subnormais (favelas), constituindo-se em um dos bairros mais pobres e populosos do município de Belém, onde a ação estatal configura-se, prioritariamente, pela intervenção policial, como forma de controlar a violência existente, sobrepondo-se às ações voltadas ao saneamento básico, à educação, à saúde, ao transporte, ao lazer etc. O autor atenta para a possibilidade, ainda a ser esclarecida, da existência de grupos de extermínio no referido bairro, os quais estariam cometendo homicídios na área envolvendo diretamente “pessoas que tinham alguma relação com a criminalidade, tinham praticado crimes no bairro ou mesmo que tinham saído recentemente da prisão”.

Complementa sinalizando que os bairros Guamá e Jurunas configuram-se como os bairros mais populosos de Belém, apresentando precários indicadores socioeconômicos e destaque para os crimes de homicídio. Ressalta, também, que nos últimos anos esses bairros vêm sendo palco de intensa disputa territorial entre grupos criminosos que controlam o tráfico de drogas na área, de modo que a criminalidade manifesta-se não apenas pela

rivalidade existente entre esses grupos, mas, principalmente do efeito que essa rivalidade provoca, traduzida pela necessidade constante de manutenção e expansão do consumo local de drogas.

Como consequência à disputa por novas zonas de expansão da venda de drogas, as áreas periféricas da Região Metropolitana de Belém têm se configurado, em geral, em novas zonas de violência e criminalidade, de modo que muitas das vezes a primeira ação do Estado nesses locais, ou quem sabe a única, ocorre com a chegada de policiais para o controle da violência, como se esse fosse um fenômeno passível de ser resolvido como um mero caso de polícia e não como uma questão social mais ampla. Além do mais, frequentemente, o ingresso da polícia nesses territórios acaba ampliando a violência e elevando, ainda mais, o número de homicídios por motivos diversos (CHAGAS, 2014).

O bairro Sacramento, por sua vez, assim como outros bairros belenenses, configura-se como uma baixada, com diversas áreas alagadas ou sujeitas ao alagamento, o qual apresenta predomínio de moradores de baixa renda. Por conseguinte, ainda que nos últimos anos algumas ações desses moradores e do Estado tenham sido feitas nesse bairro em prol do saneamento básico, e, ainda que o mesmo tenha sido alvo de novos investimentos por parte do mercado imobiliário, o referido continua sendo cenário de segregação e exclusão social, bem como de atividades criminosas, ao passo que mantém estruturas de ensino, de saúde e de segurança deficientes (ALVES, 2013).

Isto posto, depreende-se que os bairros de procedência das vítimas com antecedentes criminais são predominantemente carentes em termos estruturais, sociais e econômicos, onde a disputa territorial entre criminosos é evidente.

Tabela 03: Percentual das Vítimas de Homicídio Ocorrido no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013, por Estado Civil, Grau de Escolaridade, Sexo e Raça/Cor e Bairro de Residência

Variável	Categoria	Percentual
Sexo	Masculino	98,65
	Feminino	1,35
Cor/Raça	Parda	98,65
	Preta	1,35
Estado Civil	Solteiro	87,76
	Casado/União Consensual	12,24
Grau de Escolaridade	S.E.	1,36
	E.F.I	31,97
	E.F. II	53,07
	E.M.C/I	12,24
	E.S.I.	0,68
	E.S.C.	0,68
*Bairro de Residência	Guamá	18,83
	Sacramenta	9,46
	Jurunas	7,43
	Bengui	5,41
	Cremação	4,73
	Pedreira	4,73
	Val-de Cans	4,05
	Coqueiro	3,38
	Tapanã	3,38
	Terra Firme	3,38

Nota: S.E.: Sem Escolaridade; E.F.I: Ensino Fundamental I (1ª a 4ª Série); E.F.II: Ensino Fundamental II (5ª a 8ª Série); E.M.: Ensino Médio Completo ou Incompleto; E.S.I.: Ensino Superior Incompleto; E.S.C.: Ensino Superior Completo; Houve 01 (um) Caso com Ausência de Informação quanto ao Grau de Escolaridade; A Variável com (*) Refere-se aos Onze Primeiros Bairros de Residência da Vítima com Maior Incidência.

4. CONCLUSÕES

Levando-se em conta a revisão de literatura realizada e os resultados obtidos mediante esta pesquisa, algumas considerações merecem destaque. Primeiramente, deve-se ponderar que o processo de urbanização ocorrido na cidade de Belém deu-se de forma

segregadora, de modo que a população pobre, “confinada” aos bairros predominantemente periféricos da capital paraense, foi, durante todos esses anos, e ainda é, deficiente de estruturas de saneamento básico, de ensino, de saúde, de segurança, de esporte e de lazer adequados à demanda de seus moradores, notavelmente “esquecidos” pelo poder público. Não fosse pelo mercado imobiliário, que valoriza e desvaloriza determinados espaços urbanos por interesses financeiros, muitas das poucas ações destinadas a esses bairros nunca teriam sido postas em prática.

Em meio a toda a precariedade que os residentes desses bairros tem que enfrentar diariamente, um fator relevante diz respeito ao intenso tráfico de drogas operante nessas áreas, posto que existe uma adjacência de traficantes que lideram na área com os moradores locais, que por sua vez não dispõem de dispositivos tecnológicos de segurança, nem de segurança pública ou privada, sendo fadados a conviver em meio a um território vulnerável, socioeconomicamente falando, e dominado pelo crime, que corrompe e desvia padrões sociais de crianças e adolescentes deslumbrados com falsa ideia de que o crime compensa por elevar o *status* e render lucro fácil.

Entretanto, essas crianças e jovens parecem não ponderar os riscos envolvidos no ingresso ao mundo do crime: alguns deles ao menos conseguem a consolidação na carreira do crime, dada a precocidade de sua morte, advinda do estilo de vida por eles adotado; outros conseguem fazer carreira no crime, porém, mais cedo ou mais tarde tendem a ter o mesmo destino: a morte por homicídio, seja ela perpetrada durante um assalto, devido à perseguição policial, ou em decorrência de “acerto de contas”, por exemplo.

Destarte, a partir deste estudo, depreende-se que a distribuição da violência letal ocorrida na cidade de Belém não é aleatória, haja vista que existe a prevalência de um “tipo social” para esse tipo de vitimização, produto de uma dinâmica territorial segregadora e de um contexto socioeconômico que exclui, que marginaliza e que, na falta ou deficiência de outros pilares, como a família, a educação, a religião, dentre outros, corrompe os jovens e leva-os a uma escolha de vida que pode causar-lhes a morte precoce.

Quanto ao “tipo social” seletivo a essa vitimização na cidade de Belém, os resultados do presente estudo permitem afirmar que se trata, majoritariamente, dos indivíduos com antecedentes criminais, dentre os quais se destacam jovens, do sexo masculino, solteiros, da cor/raça negra (pardos e pretos), com baixa escolaridade, oriundos de bairros predominantemente periféricos de Belém, indiciados pela prática de 02 (duas) ou mais infrações penais, com ênfase à prática dos crimes de roubo e furto.

Outrossim, reitera-se atenção ao fato de que o tráfico de drogas está relacionado direta e indiretamente ao **aumento** dos casos de homicídio nas áreas da cidade onde predomina a periferização, posto que sua expansão implica em uma nova territorialização dessas áreas, evidenciada tanto pela disputa de novas áreas de consumo e tráfico de

drogas, como também pelo estímulo à prática de roubos e furtos por parte de jovens viciados, o que, conseqüentemente, potencializa a ocorrência de latrocínios e homicídios desses jovens, que acabam arriscando a vida durante essas práticas criminosas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma Pesquisa. **Tempo social**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7- 40, Dec. 1991.

ADORNO, S. Conflitualidade e Violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo social – Revista Social da USP**, São Paulo, v.10, n.1, p.19-47, maio de 1998.

ADORNO, S. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Estudos históricos**, n. 18. Rio de Janeiro: 1996.

ALVES, L. S. A urbanização no bairro da sacramento (Belém-Pa): a (re) produção do espaço, os indicadores socioeconômicos e a violência urbana no contexto territorial vigente. In: **XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto-lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

BRASIL. **Lei de Introdução do Código Penal**. Decreto-lei Nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, (2013).

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (Org.) **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CARLOS, A. F. A “Ilusão” da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. **Revista Cidades**, v.6, n.10. Presidente Prudente, 2009.

CARMO, C. R. S. Demografia e criminalidade: um estudo baseado em métodos quantitativos aplicados a “crimes de rua”. **Ciências humanas**, Taubaté (UNITAU), v. 7, n. 2, 2013.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim amazônico de geografia**. Belém, v. 01, n. 1, p. 186-203, jan./jun. de 2014.

FAVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUEDES, O. Maioria das vítimas de homicídio tem antecedentes criminais. **Agência Brasília – Portal do Governo de Brasília**, Brasília, 13 de Maio de 2013. Disponível em: <<http://df.gov.br/conteudo-agencia-brasilia/item/6273-maioria-das-v%C3%ADtimas-de-homic%C3%ADdio-tem-antecedentes-criminais.html>>. Acesso em: 12 dez. de 2015.

GUIMARÃES, J. L. C.; BARAÚNA, A. C. F.; SILVA, C.S.S. Análise descritiva do perfil dos criminosos de Santarém-PA e do estado do Amapá: ênfase aos dados relativos a idade,

estado civil, escolaridade e vínculo empregatício. In: COUTO, A. C. O.; NASCIMENTO, D. M. (Org.) ; CASTRO, J. L. G. (Org.). **Defesa e Criminalidade: Em Busca da Convergência para a Segurança**. 1. ed., Belém: NAEA, v.1, 2015.

HAESBAERT. R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

HAKIM, S; RENGERT, G. F.; SHACHMUROVE, Y. Target search of burglars: a revised economic model. **Papers Reg. Sci.** v. 80, p. 121-137, 2000.

IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000/2010: Tabelas de Resultados – tabela 28**, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: educação e deslocamento – resultados da amostra**, 2010.

LOTT JR., J. R. “Do we punish high income criminals too heavily?”. **Economic Inquiry**, v.30, p.583-608, 1992.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MISSE, M. Sujeição Criminal. In: Lima, R. S. (org.); Ratton, J. L (org.); Azevedo, R. G. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 204 - 212, 2014.

OLIVEIRA, C. A.; BALBINOTTO NETO, G. A carreira criminosa sob a abordagem de opções reais. In: **XXXIX Encontro Nacional de Economia**, 2011, Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-6e559b465e816ba3834d6c3b35fcaa1e.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

RAMOS, E. M. L. S.(Coord.); SOARES, A. B.; CUNHA, F. F.; ARAÚJO, A. R.; SILVA, A. F. L.; QUEIROZ, C. G. P.; SOUZA, C. N. P.; POMPEU, D. S.; OLIVEIRA, D. F. C. V.; OLIVEIRA, D. C.; CARVALHO JÚNIOR, J. G. C.; MATOS, K. E. N.; CARDOSO, L.F.C.; ALMEIDA, S. S.; MONTEIRO, V. F.; PAMPLONA, V. M. S.; BARP, W. J. As Subnotificações de Violências em Belém - 2012. Belém. (Relatório de Pesquisa – Convênio UFPA/Fundação Ford). 2013. 132p.

RATTON, J. L. Pobreza, Desigualdade, estrutura social e crime. In. LIMA, R.S.; RATTON, J.L.; AZEVEDO, R.G. (Org.) **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

RODRIGUES, E. **Os desafios da metrópole**: reflexões sobre o desenvolvimento para Belém. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

SANTANA, L. L. S. Geografia e violência na periferia de Belém: uso do território, produção do espaço e índices de homicídios nos bairros do Guamá, Terra-Firme e Jurunas. Belém-Pa. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**, São Paulo, 2014.

SILVA, C. Percentual das vítimas de homicídios com antecedentes criminais no RS ultrapassa 80%. **Secretaria da Segurança Pública**, Rio Grande do Sul, 29 de abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=81&id=21118>>. Acesso em: 20 fev.2016.

SOUZA, J. C.; BRITO, D. C.; BARP, W. J. Sub-notificação de violência e crimes na cidade de Belém. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2011, Curitiba-PR. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011. v. 1. p. 1-18. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi5-qrEj6DLAhVkJ5oKHVqEB2UQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbsociologia.com.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D2036%26Itemid%3D170&usq=AFQjCNFI53NmhfXL6BONYsBH9Va2PXydXg&sig2=L33hURvt1WxXq5le2unNOQ. Acesso em: 02 jan.2016.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TORELLY, E.; SILVA, M.; MADEIRA, L. Cor, Escolaridade e Prisão: um estudo sócio-jurídico do fenômeno da reincidência criminal. **Revista Sociologia Jurídica**, n.3, jul./dez. de 2006. Disponível em: <http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-3/171-cor-escolaridade-e-prisao-um-estudo-socio-juridico-do-fenomeno-da-reincidencia-criminal>. Acesso em: 01 dez. 2015.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, p.1-190, 2014.

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta dissertação, o qual foi devidamente atingido, fundamentou-se em analisar a questão da vitimização por homicídio em Belém–PA, tomando-se por base o estudo dos perfis socioeconômico e criminal das vítimas, a fim de saber se, de alguma forma, a vulnerabilidade socioeconômica e a opção pelo ingresso no mundo do crime potencializam o risco letal.

Ajuíza-se que a escolha pela metodologia quantitativa e pela técnica de análise descritiva dos dados atendeu satisfatoriamente aos objetivos propostos, de modo que os resultados apontam que existe um “tipo social” seletivo à vitimização por homicídio na cidade de Belém, representado, estatisticamente, por indivíduos com antecedentes criminais, dentre os quais se destacam jovens, do sexo masculino, solteiros, da cor/raça negra (pardos e pretos), com baixa escolaridade, oriundos de bairros predominantemente periféricos de Belém, indiciados pela prática de 02 (duas) ou mais infrações penais, com ênfase à prática dos crimes de roubo e furto, seja na modalidade tentativa ou consumação.

Para entender a ocorrência dessa seletividade letal, deve-se mencionar que o processo histórico de urbanização ocorrido na cidade de Belém, que teve maior observância na década de 70, deu-se de maneira segregadora, ao passo que a população pobre, concentrada nos bairros onde há o predomínio de áreas periféricas, vem sendo, desde então e até o presente, desassistida ou mal assistida de infraestrutura urbana de equipamentos e serviços, a saber: de saneamento básico que garantam as mínimas condições de higiene; de sistema viário, iluminação pública, transporte, segurança pública e privada que permitam a locomoção e o acesso local com segurança; de esporte, lazer e equipamentos culturais; de ensino; de trabalho; de saúde; e, de acesso à justiça adequados à demanda de seus moradores, notavelmente ignorados pelo poder público. Não fosse pelo mercado imobiliário, que valoriza e desvaloriza determinados espaços urbanos a depender dos interesses financeiros da elite, muitas das reduzidas ações destinadas a esses bairros jamais teriam sido concretizadas.

Como se não bastasse toda a precariedade a que muitos dos residentes desses bairros são expostos diariamente, a depender da área específica em que residem, outro fator que merece destaque diz respeito ao intenso tráfico de drogas, além de outros crimes operantes nas

extensões mais suscetíveis, onde há uma adjacência de traficantes que comandam na área com os moradores locais, que por sua vez não detém posse de dispositivos tecnológicos de segurança, tampouco de segurança pública ou privada eficientes, sendo destinados a conviver em meio a um território vulnerável, social e economicamente falado, rendido e tomado pelo crime, que por sua vez corrompe e desvia padrões sociais e comportamentais de crianças e adolescentes deslumbrados com a astuciosa promessa de uma vida próspera e promissora, mas que na verdade envolve muitos riscos e perdas, que compreendem desde a privação da liberdade até a perda do bem maior que alguém pode possuir: a própria vida. Somado a isso, deve-se levar em consideração que nesses territórios costuma existir uma intensa circulação de armas de fogo, o que eleva, ainda mais, as chances da ocorrência de mortes letais da população local por diversos fatores.

Nesse sentido, destaca-se que o tráfico de drogas operante, adicionado à facilidade em obter uma arma de fogo, está relacionado direta e indiretamente ao **aumento** dos casos de homicídio, posto que sua expansão implica em uma territorialização violenta dessas áreas, evidenciada tanto pela disputa de novas áreas de consumo e tráfico de drogas, como também pelo estímulo à prática de roubos e furtos por parte de jovens já viciados, o que conseqüentemente potencializa a ocorrência de latrocínios, de mortes de policiais e, sobretudo, de homicídios desses jovens, que acabam arriscando a própria vida durante essas práticas criminosas, sendo, muitas das vezes, mortos durante o ato criminoso por suas vítimas ou por policiais; ou, são mortos *a posteriori*, devido aos crimes de vingança encomendados pelas vítimas que fizeram, como também, pelas mãos de traficantes, como medida pedagógica a outros usuários de droga, para os casos em que o crime cometido por esses jovens foi falho.

Importa sinalizar que, ao se realizar uma comparação entre o perfil socioeconômico do grupo composto por todas as vítimas que constituem a amostra (vítimas com e sem antecedentes criminais) – apresentado no artigo científico do “APÊNDICE A” – e o perfil socioeconômico do grupo integrado somente pelas vítimas com antecedentes criminais – descrito no artigo científico do “CAPÍTULO 2” – observa-se que não existem diferenças percentualmente significativas entre as categorias socioeconômicas dos dois grupos, com mínimas variações, a seguir: os níveis mais altos de escolaridade (Ensino Médio e Ensino Superior completo ou incompleto) são ligeiramente mais observados entre o grupo composto por toda a amostra, entretanto, observa-se que analfabetos são, também, sutilmente mais observados no mesmo grupo; a maior incidência dos que residiam nos bairros Guamá,

Sacramenta e Jurunas ocorreu no grupo composto pelas vítimas com antecedentes criminais; quanto à raça/cor, não foram observados brancos no grupo das vítimas com antecedentes criminais; e, ainda com relação a este mesmo grupo, o sexo masculino foi mais frequente e não houve registro de “divorciado”.

Reitera-se que essas diferenças mencionadas entre o perfil socioeconômico do primeiro e do segundo grupo ocorreram em proporções irrelevantes, estatisticamente falando, portanto, não somente o grupo composto unicamente por vítimas com antecedentes criminais, mas ambos os grupos apresentam variáveis indicativas de vulnerabilidade no âmbito social e econômico, o que pode ser atribuído, inicialmente, a duas situações: 1) à subnotificação dos crimes ocorridos, e, 2) a não identificação da autoria dos crimes de que a as instituições policiais têm conhecimento.

A primeira caracteriza-se pelo expressivo número de delitos que acabam não chegando ao conhecimento das instituições policiais; a segunda ocorre com outra parcela significativa dos crimes que, mesmo quando chegam ao conhecimento da polícia, não geram ações efetivas por parte do Estado, devido aos entraves burocráticos, imperícias ou negligências, que acabam por tolher a ocorrência de uma devida investigação que permita a identificação da autoria dos crimes, não havendo, portanto a quem atribuir sua culpa e, conseqüentemente, a quem punir. Essa impunidade acaba por favorecer a recidiva às práticas criminosas, dificultando ainda mais o enfrentamento à criminalidade e à violência na sociedade belenense.

Nessa acepção, acredita-se que o quantitativo real de indivíduos que possam ter cometido infrações penais, ou seja, que deveriam possuir antecedentes criminais, assim como o quantitativo de infrações penais por eles cometido, seja substancialmente maior que o revelado nesta pesquisa, o que pode justificar essa aparente semelhança entre os resultados estatísticos obtidos nos dois grupos, já que muitos daqueles que não foram caracterizados como infratores, podem, sim, ter cometido alguma infração, mas, ainda assim, foram tomados como indivíduos sem antecedentes criminais.

Por outro lado, uma terceira situação a ser considerada é que, na incerteza do real quantitativo de indivíduos que cometeram infrações penais, em função das situações que foram a pouco colocadas, deve-se considerar que ambos os grupos são constituídos, majoritariamente, de indivíduos provenientes de bairros predominantemente periféricos, os quais são penalizados pela sua condição de vulnerabilidade socioeconômica devido à exposição diária à intensa criminalidade violenta territorializada nesses locais, uma vez que indispõem de mecanismos de segurança e de autoenclausuramento para evitar essa contínua

exposição. Assim, mesmo àqueles indivíduos que nunca tenham cometido crime algum, os riscos de morte por habitar lado a lado com criminosos que lideram nessas áreas parece favorecer a ocorrência de sua morte por homicídio, seja por não se submeterem às ordens impostas por traficantes que comandam na área, ou, seja porque são tidos como “tipos sociais” indesejáveis na sociedade, tornando-se suspeitos e alvos letais de policiais ou “justiçeiros” locais.

Destarte, previamente ao preconceito, a “regra de experiência” negativa vivida pela sociedade assombrada pela violência é tida como desencadeadora da “sujeição criminal”, que induz a sociedade a qualificar, preventivamente, um dado indivíduo ou grupo social como aquele ou aqueles que são potencialmente capazes de fazer o mal, de assaltar, de violar, ou ainda, de matar. Assim, dada tamanha crueldade desses sujeitos criminais, suas vidas seriam indesejáveis para a sociedade, posto que a existência dos mesmos trata-se de fator destoante à normalidade. Nesse sentido, caberia ao Estado o processo de controle desses indivíduos por meio da prisão. Porém, nas cidades brasileiras, onde os casos de infração penal são, em menor número, levados a julgamento, é expressivo o número de execuções extralegais (justiça com as próprias mãos) e de mortes em confronto com a polícia (MISSE, 2014).

Desse modo, formula-se que a vulnerabilidade socioeconômica é um fator que **coopera** à morte letal tanto daqueles que cometeram crimes, como daqueles que não cometeram, ainda que os primeiros exponham-se a mais riscos que os segundos, em função do estilo de vida que optaram e, justamente por isso, são os que mais morrem.

Não se afirma aqui que os dados desta pesquisa dão conta da multiplicidade das causas e fatores de risco ao homicídio, mas, com base nos dados apresentados e analisados, somado ao arcabouço estudado, é possível firmar que a vulnerabilidade social e econômica de jovens oriundos de áreas predominantemente periféricas, somada à negligência Estatal nos âmbitos social, educacional, sanitário, da saúde e da segurança pública, da justiça, bem como à ausência ou deficiência de pilares fundamentais à construção moral e social do indivíduo, tais como a família, a educação, a religião etc., **concorrem** para o ingresso desses jovens no mundo do crime o que, muitas das vezes, acarreta na morte precoce dos mesmos, elevando ainda mais os índices de homicídio no país.

Isto posto, constata-se que a distribuição da violência letal ocorrida na cidade de Belém não é aleatória, haja vista que existe a prevalência de um “tipo social” para esse tipo de vitimização, o que confirma a hipótese desta pesquisa de que “os jovens, negros (e seus descendentes), pobres, com baixa escolaridade, oriundos das áreas predominantemente

periféricas – onde, geralmente, o tráfico de drogas e outros crimes imperam e corrompem desde crianças até jovens adultos – são socialmente e economicamente os mais vulneráveis e suscetíveis ao convite e ingresso ao mundo do crime, e, conseqüentemente, tornam-se os principais suspeitos e alvos dos homicídios cometidos no país, constituindo-se vítimas letais em maior proporção que os demais estratos da população”.

Nesse segmento, ratifica-se que a questão dos homicídios, ocorridos em larga escala na cidade de Belém, urge a atuação do Estado em prol de uma intervenção muito mais complexa, que envolva não somente ações no âmbito da segurança pública, mas também no âmbito social, judicial, educacional, cultural, esportivo, sanitário e da saúde pública, a não perder de vista a atenção demandada pela população mais vulnerável socioeconomicamente, a fim de prevenir o começo, o recomeço e a perpetuação dos ciclos da violência e da criminalidade na cidade (onde habita o cerne do problema), que começam e terminam neles mesmos, configurados e reconfigurados na exploração daqueles que, direta ou indiretamente, foram ou serão suas vítimas.

Por derradeiro, espera-se que os resultados deste trabalho atentem as autoridades para a iminente necessidade de discutir novos parâmetros de enfrentamento dos assuntos afetos à segurança pública, a vista de garantir a efetividade da legislação de proteção à vida e a outros direitos fundamentais, hoje violados pela violência e criminalidade desafiadoras evidentes na cidade de Belém.

3.1.1 Estratégias de Intervenção Pública

Considera-se que esta dissertação tem amplas possibilidades de ser utilizada pelo Poder Público, com vistas à elaboração de soluções para as questões apontadas no decorrer deste estudo. Nesse sentido, elencam-se as seguintes sugestões de intervenção pública:

- 1) Ampliar a parceria entre as instituições que compõem a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP-PA), visando à promoção de ações conjuntas, o intercâmbio de informações e a desfragmentação dos dados estatísticos produzidos por cada uma dessas instituições;
- 2) Desenvolver um serviço de acolhimento dotado de apoio psicossocial às famílias dos mortos necropsiados no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, com o propósito de oferecer um atendimento mais humano e de elencar outros possíveis

membros familiares em condição de vulnerabilidade socioeconômica, como, por exemplo, irmãos e filhos das vítimas de homicídio, objetivando encaminhá-los a programas sociais específicos;

- 3) Incrementar programas sociais específicos de amparo aos familiares de vítimas de homicídio que possuem condições de vulnerabilidade socioeconômica – a fim de impedir que os ciclos de violência e morte reproduzam-se nos mesmos núcleos familiares – tais como: acompanhamento psicossocial; encaminhamento a núcleos esportivos e de lazer, a cursos profissionalizantes; a oficinas de arte; a trabalhos comunitários voluntários etc.;
- 4) Fomentar as instituições policiais quanto a recursos materiais e humanos – posto que as delegacias da cidade, via de regra, carecem de melhorias nesse sentido – visando um atendimento eficiente que motive o público a registrar a ocorrência dos crimes de que foram vítimas, evitando, com isso, as subnotificações;
- 5) Expandir o policiamento comunitário em locais estratégicos de Belém, a fim de estreitar a relação da polícia com a comunidade e resgatar a confiança, hoje enfraquecida, por diversos motivos, dentre os quais destacam-se: a corrupção, a abordagem e repressão violenta por parte de alguns agentes policiais, a demora na chegada de viaturas quando são solicitadas etc.;
- 6) Intensificar a modalidade de policiamento fluvial, o que permitiria monitorar tanto a porção limítrofe entre o solo e a água de bairros situados às margens fluviais, como também as bacias hidrográficas da região, a fim de favorecer o deslocamento e a cobertura policial nesses locais;
- 7) Modernizar os meios/instrumentos de denuncia aos crimes sofridos, favorecendo o acesso virtual da população aos *sites* policiais por meio de terminais virtuais distribuídos em diversos pontos estratégicos da cidade; de aplicativos *smartphones* ou *sites* autoexplicativos e de fácil comando, que permitam que os registros de boletins de ocorrência *on line* sejam mais detalhados quanto às condições em que ocorreram os crimes, discriminando, obrigatoriamente, dia, hora ou período do dia, local preciso com mapeamento etc. Assim, tanto a população vitimada seria beneficiada pela acessibilidade a uma delegacia virtual, como também, a polícia passaria a ter um importante instrumento de incremento aos registros, o que também contribuiria para a redução das subnotificações;

- 8) Realizar periódicas pesquisas de vitimização junto à população local, com o propósito de conhecer quais são, de fato, as áreas onde se concentram as ocorrências de crimes, quais são esses crimes, e, que medidas de planejamento e monitoramento a serem tomadas pelo Estado para a prevenção e enfrentamento da criminalidade em cada área específica da cidade;
- 9) Cobrar maior rigidez nas investigações policiais, com o incentivo à solicitação de perícia(s) criminal (ais), sempre que a infração deixar vestígios, a fim de garantir provas objetivas (ou materiais) que auxiliem na elucidação de crimes e punição de criminosos, e, conseqüentemente, que assegurem a credibilidade, por parte das vítimas, de que resultados positivos possam ser alcançados mediante as notificações;
- 10) Expandir e aprofundar a parceria entre as instituições que compõem a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará e as universidades e faculdades locais, ambicionando produzir uma análise mais elaborada acerca dos problemas que compreendem o eixo temático da violência e da criminalidade, por meio do ingresso de agentes em programas de especialização, mestrado e doutorado e da produção de pesquisas científicas na área;
- 11) Tornar público os dados estatísticos produzidos pelas instituições que compõem a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, resguardados aqueles que possuem caráter sigiloso, com o propósito de que a comunidade acadêmica tenha acesso aos mesmos e fomente pesquisas científicas na área, de modo a permitir que a população local acompanhe, com clareza, resultados sólidos no campo da segurança pública do estado;
- 12) Criar escolas públicas militares que imponham regras e limites, muitas vezes deficientes no ambiente familiar de crianças e adolescentes em situação de risco;
- 13) Concentrar ações estatais em prol de uma intervenção muito mais complexa para enfrentar a violência e a criminalidade crescentes entre crianças e jovens, que envolva não somente ações no âmbito da segurança pública, mas também no âmbito social, educacional, judicial, sanitário e da saúde, a partir de estratégias recreativas, educacionais, esportivas, profissionalizantes, de acessibilidade, de saúde etc., a fim de prevenir a o começo, o recomeço e a perpetuação dos ciclos da criminalidade na cidade de Belém.

3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Uma vez respondido o problema, atingido o objetivo e confirmada a hipótese deste trabalho, observou-se que muitas outras nuances, relacionadas direta ou indiretamente com a temática “homicídio” foram levantadas, dada a sua complexidade, relevância e necessidade de ser posta em pauta de estudos e discussões, a fim de promover resultados que culminem na proposição de políticas públicas que evitem a renovação e perpetuação do ciclo da violência e do crime na cidade de Belém que, como já foi discutido, potencializam as mortes locais por homicídio. Nesse sentido, coloca-se que a referida temática, a qual é envolta por outros fatores a serem melhor investigados, não esgota seus estudos com a conclusão deste trabalho, ao contrário, instiga à realização de outros futuros sob um outro enfoque, dentre os quais, sugere-se abordar, a respeito do município de Belém:

- 1) A estratificação dos perfis socioeconômico e criminal das vítimas de homicídio a partir dos bairros onde residiam, com o intuito de observar a influência do território no estilo de vida dos indivíduos;
- 2) Um estudo que compare se os bairros de residência das vítimas de homicídio e o bairros onde o evento criminoso que resultou em suas mortes são coincidentes; o que pode indicar se os riscos de morte aumentam ou não conforme o distanciamento residencial;
- 3) O perfil socioeconômico e criminal do homicida; de modo a entender alguns dos determinantes ao ingresso na criminalidade;
- 4) O *modus operandi* das mortes por homicídio;
- 5) A subnotificação de crimes a partir do bairro em que ocorreram, visando saber quais, realmente, são os bairros locais mais violentos;
- 6) O insucesso na atribuição à autoria e elucidação de crimes como fator preponderante à impunidade e à recidiva da prática criminal;
- 7) A disputa territorial encabeçada por traficantes de drogas e grupos de milicianos nas áreas predominantemente periféricas, de modo a considerar as mudanças acarretadas no cotidiano de seus habitantes, bem como a propagação de outras formas de crimes;
- 8) Um estudo junto aos familiares de vítimas de homicídio que possuíam antecedentes criminais, a fim de saber sua estrutura familiar, residencial, escolar e/ou ocupacional, econômica, religiosa, bem como conhecer seus vícios, hábitos e preferências, visando conhecer quais são os determinantes de maior impacto ao ingresso na criminalidade;

- 9) A relação entre os perfis socioeconômico e criminal das vítimas que possuíam antecedentes criminais, com o intuito de saber quais variáveis socioeconômicas e criminais possuem probabilidade de ocorrerem associadamente;
- 10) Sobre políticas públicas em prol da assistência preventiva ao não surgimento de novos criminosos, por meio de intervenções no plano social, educacional, sanitário e da saúde, a partir de estratégias recreativas, educacionais, esportivas, profissionalizantes, de acessibilidade, de saúde etc.;
- 11) Outros possíveis estudos que possam auxiliar na compreensão do crime de homicídio e de seus determinantes.

Sugere-se, ainda, que estas abordagens estendam-se a outros municípios brasileiros, a fim de garantir dados comparativos entre diferentes localidades do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1

ALVES, L. S. A urbanização no bairro da sacramento (Belém-Pa): a (re) produção do espaço, os indicadores socioeconômicos e a violência urbana no contexto territorial vigente. In: **XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

BEATO FILHO, C. C; ZILLI, L. F. Organização social do crime. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 86-89, 2014.

BEATO FILHO, C. C. Determining Factors of Criminality in Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, p. 159-173, 2000.

BALANDIER, G. **A desordem: elogio do movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3 ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 6.216, de 30 de junho de 1975**. Altera a Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília, 1975.

CARMO, C. R. S. Demografia e criminalidade: um estudo baseado em métodos quantitativos aplicados a “crimes de rua”. **Revista Ciências Humanas**, Universidade de Taubaté - UNITAU, v. 7, n. 2, 2013.

CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 3, n. 5, 2006.

CAVEDON, N. R. Modos de enfrentamento da morte violenta: a atuação dos servidores do departamento de criminalística do Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 4, p. 76-104, São Paulo, SP, jul./ago. 2011.

CERQUEIRA, D. R. C.; FERREIRA, H.; LIMA, R. S.; BUENO, S.; HANASHIRO, O.; BATISTA, F.; NICOLATO, P. **Atlas da violência 2016**: nota técnica, IPEA, n. 17. Brasília, 2016.

ENGEL, C. L. (org.); PARESCHI, A. C. C.; DANTAS, A. G. L.; LIMA, D.P.; ROMAO, D. M. M.; SANTOS, H. F.; BARBOSA, J. F.; NUNES, J. L.; LOIOLA, P. H. R.; SOUSA, R. R.; FABRI, S.; SOARES, V. L.; RODRIGUES, Y. S. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FREITAS, O.; RAMIRES, J.C. Políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens. **Caminhos de Geografia - revista on line**, v.12, n.37, p.142-161, mar 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/issue/view/770>. Acesso em: 03 ago. 2015.

GULLO, Á. A. S. Violência urbana: um problema social. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, p.105-119, maio 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: características da vitimização e do acesso à justiça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA, R. S.; BORGES, D. Estatísticas criminais no Brasil. In: LIMA, R. S. (org.); RATTON, J. L. (org.); AZEVEDO, R. G. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 221-224, 2014.

MACEDO, A. C.; PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V.; COSTA, M. C. N. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 6, Dez. 2001.

MACHADO DA SILVA, L. A. Violência Urbana”, Segurança Pública e Favelas -O Caso do Rio De Janeiro atual “Violência Urbana”, Segurança Pública e Favelas- O caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, maio / ago. 2010.

MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2.ed., São Paulo: Atlas, 1990.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2.ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, C. M.; BEVILACQUA, P. D.; BARLETTO, M. Produção da informação sobre mortalidade por causas externas: sentidos e significados no preenchimento da declaração de óbito. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, maio 2013.

MELO, L. Taxa de homicídios explode no Pará. **Diário do Pará**, Pará, 06 de jul. Atualidades, p.10-11, 2014.

MISSE, M. Sujeição Criminal. In: Lima, R. S. (org.); RATTON, J. L.(org.); AZEVEDO, R. G (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 204- 212, 2014.

NUMMER, F. V.; ARAÚJO, A. R.; ROCHA, M. G. G.; ROCHA, C. C.; LEITE, M. M. Percepções da insegurança na perspectiva dos alunos. In: RAMOS, E. M. L. S. (Org.); ARAÚJO, A. R. (Org.). **Violência no campus**. Belém: Universidade Federal do Pará, p. 119-127, 2013.

SALLA, F.; ALVAREZ, M. C. Construção das políticas de segurança pública e o sentido da punição (1822-2000). In: **VIII Encontro Estadual de História da ANPUH**, 2006, Caxias do Sul (RS). Anais...Caxias do Sul (RS), p. 1-8, 2006.

SANTOS, L. C. C. Violência e criminalidade: um estudo dos dados existentes em Teresina - PI. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012.

SILVA, B.; MARINHO, F. C. Urbanismo, desorganização social e criminalidade. In: LIMA,R. S. de (org.); RATTON, J. L. (org.); AZEVEDO, R. G. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 71-75, 2014.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina/PPGEP/LED, 3.ed., Florianópolis, 2001.

SOARES, L. E. **Meu casaco de general**: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SOUZA, E. R.; MELO, A. N.; SILVA, J. G. e; FRANCO, S. A.; ALAZRAQUI, M.; GONZÁLEZ-PÉREZ, G. J. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, Dez. 2012.

SOUZA, R. **A origem da violência**. Belo Horizonte, 13 de ago 2010. Disponível em: <http://professorrodrigousouza.blogspot.com.br/2010/08/origens-da-violencia.html>. Acesso em: 10 jul. 2014.

RAMOS, E. M. L. S.; ARAÚJO, A. R.; SOUZA, C. R. B.; TOMA, M. Y.; ALMEIDA, S. S.; GARCEZ, A. C. A.; REIS, C. P.; CARVALHO, D. C. O.; FERREIRA, F. J. H.; SANTOS, F. H. M.; LEÃO, G. S. A.; RIBEIRO, J. C.; ALBUQUERQUE, J. I. S. Pesquisa Amostrал Realizada na Região Metropolitana de Belém - Publicado na **Fundação Biblioteca Nacional** - Ministério da Cultura - Escritório de Direitos Autorais; Número do Registro: 493.455; Livro: 933; Folha: 38; Protocolo do Requerimento: 2010_11, 2010, 74 p.

RATTON, J. L. Pobreza, Desigualdade, estrutura social e crime. In. LIMA, R.S. (org.);

RATTON, J.L. (org.); AZEVEDO, R.G. (Org.) **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

TOMA, M.Y.; QUEIROZ, K. C. M.; RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. Análise estatística dos atos infracionais praticados por crianças na Região Metropolitana de Belém. In: RAMOS, E. M. L. S. (Org.); ALMEIDA, S.dos S. de (Org.); ARAÚJO, A. dos R. (Org.). **Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional**. Belém: Editora Universitária-EDUFPA, Universidade Federal do Pará, v.2, p. 69-79, 2008.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2008: os jovens da América Latina**. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2008.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2014.

ZALUAR, A. Oito temas para debate: violência e segurança pública. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 38, maio 2002.

ZALUAR, A.; NORONHA, J. C.; ALBUQUERQUE, C. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl.1, jan. 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ARTIGO CIENTÍFICO

“HOMICÍDIO EM BELÉM-PA: PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS VÍTIMAS E DO ÓBITO A PARTIR DOS REGISTROS DE CADÁVERES NECROPSIADOS NO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES”

Isabella Fonseca Torres Vilaça

Universidade Federal do Pará
E-mail: isbellavilaca@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Universidade Federal do Pará
E-mail: ramosedson@gmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

Universidade Federal do Pará
E-mail: salmeida@ufpa.br

RESUMO: O homicídio, considerado um indicador universal da violência, é um fenômeno cada dia mais crescente e nocivo à sociedade brasileira contemporânea, que tem perdido sucessivamente seus membros de forma trágica e cada vez mais precoce devido a atos infracionais e crimes cometidos por outrem, demandando, portanto, de estudos direcionados à temática em questão, em especial em Belém, capital do estado do Pará, unidade federativa do Brasil, que ainda carece de dados estatísticos e de políticas públicas mais eficientes a respeito das mortes violentas nela ocorridas. Tendo em vista essa questão, o artigo objetiva abordar a relação do perfil socioeconômico das vítimas de homicídio maiores de idade – cujas mortes tenham ocorrido em Belém-PA, no período de 2011 a 2013 – com o perfil do óbito das mesmas, a fim de se criar um instrumento estatístico que embase o estabelecimento de públicas direcionadas ao combate de dinâmicas típicas relacionadas à prática homicídios e de vítimas em potencial. Para tal, foram analisadas diversas variáveis relativas ao morto, como idade, sexo, raça/cor, grau de escolaridade, estado civil, bairro de origem (residência), além de informações relativas ao evento morte, como local do óbito e instrumento utilizado para efetivá-lo. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma análise descritiva, viabilizada por meio da observação documental dos registros (que incluem a Declaração de Óbito e demais documentos) de cadáveres necropsiados no Instituto Médico Legal do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém-PA, no lapso temporal acima mencionado, o que possibilitou a o estabelecimento do perfil socioeconômico das vítimas de homicídio do referido período, bem como a identificação do perfil do óbito das mesmas. Como resultados, tem-se que: a idade média dos mortos estudados é de 29 anos; 88,42% deles são solteiros; a maioria possui o ensino fundamental incompleto ou completo, com 30,04% e 51,23%, respectivamente; a maioria é do sexo masculino (94,74%); 99,30% das vítimas são da cor/raça negra; maior parte delas residia no bairro do Guamá (15,44%); a maioria das mortes foi perpetrada por arma de fogo (86,52%); e, quanto ao local onde ocorreu o óbito, maior parte deu-se em via pública (47,38%) e, na sequência, em hospitais (45,96%).

Palavras-chave: Violência; Mortes; Declaração de Óbito.

1. INTRODUÇÃO

Frequentemente, as estatísticas oficiais a respeito das diversas formas de violência no Brasil são divulgadas de forma generalizada e descrevem as populações equivocadamente, como se fossem homogêneas, deixando de evidenciar as distribuições espaciais diferenciadas da mortalidade por causas violentas.

Entretanto, paulatinamente essa heterogeneidade existente tem sido apontada por alguns estudos que analisam relações com variáveis socioeconômicas como: renda; educação e consumo de bens e serviços, que tendem a assumir um papel relevante na determinação de desigualdades em saúde, especialmente no que se refere aos homicídios. A mortalidade por essa última causa apresenta algumas particularidades em relação a sua distribuição por sexo, idade, raça, condições socioeconômicas e regiões geográficas, com a prevalência, no Brasil, de jovens do sexo masculino, pobres e negros (Macedo, Paim, Silva & Costa, 2001).

O homicídio, considerado como indicador universal da violência social, é definido pelo setor saúde como morte por agressão, independente de sua tipificação legal, sendo o principal responsável pelos elevados índices de mortalidade da população mundial (Souza, Melo, Silva, Franco, Alazraqui & González-Pérez, 2012).

No Brasil, esses índices são alarmantes. De acordo com Waiselfisz (2014), a maioria das Unidades Federativas (UF) do Brasil evidenciou, nos últimos anos, crescimento do número de homicídios em níveis variados, de modo que o Pará foi uma das UF em que este crescimento foi mais evidente, ocupando, até o ano de 2012, a sétima posição em número de homicídios na comparação entre os demais estados brasileiros, mais o Distrito Federal. Além disso, a Região Metropolitana de Belém destaca-se negativamente no “ranking” da violência, sobretudo no número de jovens assassinados (Melo, 2014).

Nesse sentido, a elaboração do presente estudo justifica-se pela necessidade de conceber, por meio dos resultados obtidos, o atual cenário social vivido em Belém-PA-Brasil no que diz respeito ao fator morte por homicídio, objetivando, assim, contribuir para a elaboração de políticas públicas preventivas que favoreçam a redução da vitimização por homicídios da população local, uma vez que as estatísticas criminais são instrumentos que possibilitam o aumento da eficiência da gestão das políticas na área por meio da construção de dados e indicadores que permitam que a segurança pública seja pautada em planejamento, monitoramento e avaliação.

2. OBJETIVO

Analisar a relação do perfil socioeconômico das vítimas de homicídio com idade a partir de dezoito anos, cujas mortes tenham ocorrido em Belém–PA, no período de 2011 a 2013, com o perfil do óbito das mesmas.

3. METODOLOGIA

3.1 Dados

A população, da qual foi obtida a população final do presente estudo, é constituída por indivíduos de ambos os sexos, de quaisquer idades e realidade socioeconômica, que vieram a óbito ou por causa natural desconhecida, ou por causas externas de morbidade e mortalidade (mortes violentas intencionais ou não), cujos registros da morte tenham ocorrido em diversos municípios do Estado do Pará e cujos corpos tenham sido necropsiados no Instituto Médico Legal (IML) do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC-RC), sede Belém–PA.

A população final, que deu origem à amostra estudada, é composta de cadáveres vítimas de homicídio, com idade a partir de 18 (dezoito) anos – para que se pudesse chegar a um grau de escolaridade compatível com a fase adulta – necropsiados entre os anos de 2011 e 2013 no (IML) do CPC-RC, sede Belém–PA, a qual consiste em 990 casos de óbitos ocorridos no município de Belém.

Para a realização deste trabalho, que se encontra concluído, realizou-se uma amostragem aleatória simples, obtendo-se uma amostra de 285 casos de óbito, com um erro amostral de 5% (Bussab & Morettin, 2013).

3.2 Coleta de Dados

Para a obtenção dos dados da pesquisa, foi realizada a consulta dos registros dos cadáveres estudados, que compreendem diversos documentos, dentre eles: (i) a declaração de óbito (DO), preenchida pelos médicos legistas, de onde foi apurada maior parte das informações analisadas, como idade, sexo, estado civil, escolaridade, local de residência do morto e do óbito, causa do óbito etc.; (ii) o formulário de identificação elaborado pelo CPC-RC, preenchido pelos servidores da recepção, que contém dados complementares ao

preenchimento da DO; (iii) a requisição, expedida pela autoridade policial, que solicita a remoção cadavérica do local de crime e a realização da necropsia, de modo que, geralmente, tal documento contém alguns dados pessoais da vítima de homicídio e do delito, tais como, endereço residencial e/ou do local onde se encontrava o corpo a ser removido, além de um breve histórico a respeito das circunstâncias apuradas sobre o evento criminoso que culminou no óbito; e, (iv) a cópia do documento de identificação do cadáver.

Ressalta-se que a legislação brasileira determina que a DO – documento que norteou esta pesquisa – deve sempre informar o local do falecimento de um dado indivíduo, podendo ocorrer, portanto, situações em que o local em que aconteceu o incidente que levou à morte difira do local onde teve lugar o falecimento, a exemplo de feridos levados a hospitais localizados em outros bairros, que aparecem contabilizados no lugar do falecimento.

3.3 Análise Descritiva

Para Bussab e Morettin (2013), a Estatística é a ciência que busca coletar, apresentar e interpretar adequadamente um conjunto de dados, que podem ser quantitativos ou qualitativos. Com o intuito de resumi-los e organizá-los, utiliza-se de várias ferramentas descritivas, dentre as quais se destacam as tabelas, que têm por finalidade resumir um conjunto de observações, em distribuição de frequência, facilitando a exposição dos resultados.

Nesse sentido, este estudo utilizou-se de tabelas para auxiliar na realização de uma análise descritiva, com o intuito de traçar o perfil socioeconômico das vítimas de homicídio, bem como descrever as características dos óbitos ocorridos em Belém, Pará – Brasil. De acordo com Silva e Menezes (2001, p. 21), a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”.

4. RESULTADOS

Verifica-se que a idade média das vítimas de homicídios no Município de Belém é de 29 anos, com um desvio-padrão de ± 10 anos, ou seja, a maioria das vítimas de homicídios tem idade entre 19 e 39 anos. Já a maior idade observada foi de 63 anos e mínima de 18 anos (Tabela 1).

De acordo com Waiselfisz (2014), os registros do DATASUS apontaram, em 2012, que 53,4% do total de homicídios ocorridos no Brasil vitimaram jovens de 15 a 29 anos de idade.

Chagas (2014, p. 200) informa que nos bairros onde se observam as maiores taxas de homicídios ocorridos no município de Belém e no Estado do Pará, a população mais atingida é a de jovens com idade entre 16 a 24 anos, em conformidade com o padrão nacional. “Muito desses jovens são mortos por acerto de contas com o “dono da boca”, por disputa entre grupos rivais, hoje em escala reduzida e em confronto com a polícia”.

Tabela 1: *Estatísticas para a Idade das Vítimas de Homicídio Ocorridos no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013.*

<u>Estatística</u>	<u>Idade (em anos)</u>
Média	29
Desvio-padrão	10
Máximo	63
Mínimo	18

No que se refere ao estado civil das vítimas letais, a maioria delas é solteira (88,42%); e, a maioria das vítimas possui o ensino fundamental I e II, ou seja, de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série, com 30,04% e 51,23%, respectivamente. Além disso, a maioria das vítimas é do sexo masculino (94,74%) e da cor/raça negra, com 99,30% dos casos (97,19% pardos + 2,11% pretos) (Tabela 2).

Entenda-se, para este estudo, a cor/raça negra como a soma das categorias preto e pardo, conforme consideram os relatórios do IBGE e do Mapa da Violência no Brasil. Segundo Waiselfisz (2014, p. 149), a categoria negro, “resulta do somatório das categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE”.

Com relação ao bairro de residência das vítimas, a Tabela 2 demonstra que maior parte delas residia no bairro do Guamá (15,44%).

Sobre as variáveis idade, sexo, cor/raça e escolaridade, Souza, Melo, Silva, Franco, Alazraqui & González-Pérez (2012) informam que não somente nos países da América Latina, mas, também, no mundo, observa-se um perfil epidemiológico da mortalidade por homicídios estabelecido, em que há o predomínio de pessoas jovens, do sexo masculino, negras ou descendentes dessa raça/etnia, pertencentes aos estratos socioeconômicos menos favorecidos e com baixo nível de escolaridade.

No tocante do Brasil, Waiselfisz (2014, p.150) destaca que a estruturação interna da violência ocorre por meio da “seletividade social dos que vão ser assassinados”. Nesse segmento, deve-se considerar o processo histórico escravista de construção do país, que justifica a origem e a solidificação, com o passar dos anos, de uma sociedade excludente, onde os negros – socialmente e economicamente mais vulneráveis – seguem vivendo à margem da sociedade, possuindo, portanto, maior propensão de serem seduzidos pelo ilusório mundo do crime, tornando-se, conseqüentemente, os principais suspeitos e alvos dos homicídios cometidos no país.

Por conseguinte, de acordo com esta lógica pautada na sujeição criminal que, de acordo com Misse (2014), pode ser definida, como um processo social pelo qual se semeia uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, a parcela da população que se enquadra no perfil acima mencionado tenderia a ser a mais envolvida no mundo do crime, onde vigora o circuito das vinganças, e tornar-se-ia vítima, mais do que as demais.

Quanto ao estado civil, observa-se que o casamento destaca-se como um fator de proteção contra a vitimização letal. De acordo com Cano e Ribeiro (2007), um estudo realizado no estado do Rio de Janeiro em 2001, tendo como fonte de informação o Sistema de informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, apontou que solteiros apresentam taxas homicídio mais elevada que o restante da população, composta por pessoas casadas, divorciadas e viúvas. O mais interessante nesse estudo, é que os resultados obtidos surpreendem ao evidenciarem que essa diferença não se explica exclusivamente pelo que parecia ser óbvio: o fator idade. *A priori*, tal diferença parecia ser atribuída tão somente à idade, já que a probabilidade de um indivíduo ser solteiro naturalmente decresce com o aumento de sua idade, assim como acontece com a taxa de homicídios no país. Entretanto, a análise das taxas específicas por idade de solteiros e não-solteiros revela que a diferença entre uns e outros permanece mesmo quando pessoas da mesma idade são comparadas entre si, e também, que essa diferença é maior para as idades entre 20 e 30 anos, de modo que o efeito do estado civil das vítimas letais vai diminuindo com a idade. Nesse sentido, acredita-se que o ritmo e o estilo de vida adotado pelos solteiros – que, em geral, possuem uma vida social mais intensa, com maior participação em atividades, locais e horas de alto risco – também explicaria a maior vitimização destes, do que dos demais segmentos da população.

A respeito do bairro de residência das vítimas, observa-se a prevalência de indivíduos oriundos do bairro do Guamá que, de acordo com Chagas (2014), é predominantemente formado por áreas de intensa periferização, composto na sua maior parte de aglomerados

subnormais (favelas), constituindo-se em um dos bairros mais pobres e populosos do município de Belém, com precários indicadores socioeconômicos, onde a primeira ação estatal é dada pela ação policial, como forma de controlar a violência existente, antecedendo ações voltadas ao saneamento básico, à educação, à saúde, ao transporte, lazer etc.

Tabela 2: *Percentual das Vítimas de Homicídios Ocorridos no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013, por Estado Civil, Grau de Escolaridade, Sexo e Raça/Cor e Bairro de Residência.*

Variável	Categoria	Percentual
Estado Civil	Solteiro	88,42
	Casado	3,51
	Divorciado	0,35
	União Estável	7,72
Grau de Escolaridade	S.E.	2,12
	E.F.I	30,04
	E.F.II	51,23
	E.M.	14,84
	E.S.I.	0,71
	E.S.C.	1,06
Sexo	Masculino	94,74
	Feminino	5,26
Raça/Cor	Parda	97,19
	Preta	2,11
	Branca	0,70
*Bairro de Residência	Guamá	15,44
	Sacramenta	5,96
	Jurunas	5,61
	Cremação	5,26
	Benguí	4,56
	Tapanã	4,21
	Coqueiro	3,86
	Pedreira	3,86
	Terra Firme	3,51
	Telégrafo	3,16
	Val-de Cans	3,16

Nota: S.E.: Sem Escolaridade; E.F.I: Ensino Fundamental I (1ª a 4ª Série); E.F.II: Ensino Fundamental II (5ª a 8ª Série); E.M.: Ensino Médio; E.S.I.: Ensino Superior Incompleto; E.S.C.: Ensino Superior Completo; Houve 2 (dois) Casos com Ausência de Informação quanto ao Grau de Escolaridade; A Variável com (*) Refere-se aos Onze Primeiros Bairros de Residência da Vítima com Maior Incidência.

O instrumento utilizado para perpetrar a maioria das mortes por homicídio foi arma de fogo (86,52%). Quanto ao local do óbito, que pode ou não coincidir com o local onde ocorreu o evento criminoso que culminou na morte, a maior parte das vítimas veio a óbito em via pública (47,38%), seguido das que faleceram em hospitais ou a caminho destes (45,96%) (Tabela 3).

No que tange à vitimização por arma de fogo (AF), Waiselfisz (2015) informa que os óbitos decorrentes do uso deste tipo de arma possuem taxas mais elevadas nas capitais do país e que existe uma seletividade de idade, sexo e raça das vítimas de homicídio por AF, atingindo mais jovens de 15 a 29 anos, do sexo masculino e negros.

Na Região Norte do Brasil, o Pará destaca-se negativamente, liderando, juntamente com o estado do Amazonas, o crescimento do número de casos de vítimas de homicídio por AF no período de 2002 a 2012, de modo que cada um desses estados mais que triplicou esse número no lapso temporal de uma década (Waiselfisz, 2015).

Quanto ao local do óbito, observou-se maior ocorrência de homicídios em via pública. Campos, Ferreira, Barros e Silva (2011) ressaltam que a prevalência de homicídios em espaços públicos contemplam características peculiares a cada bairro, ocorrendo principalmente em bairros periféricos e com alta concentração de pessoas.

Ainda com relação ao local do óbito, tem-se que o hospital foi o segundo local mais evidente nesta pesquisa. A respeito disso, salienta-se que no Brasil existe uma seletividade de pessoas com baixa escolaridade e pobres para a vitimização por homicídio, de modo que quando necessitam de cuidados médicos, tendem a buscar a rede pública de saúde. Nesse sentido, depreende-se que a violência produz custos à saúde pública, a saber: transporte de pacientes, atendimentos médicos, diárias hospitalares, remédios entre outros. Mir (2005) complementa argumentando que em função do número expressivo de vítimas da violência em todo o país, necessita-se dos serviços de prontos-socorros, de unidades de urgência e emergência, de hospitais, e de Institutos de Medicina Legal. Essas vítimas, mesmo representando apenas 20% do total de internações, podem consumir até 40% do total do orçamento de um hospital.

Tabela 3: *Percentual de Vítimas de Homicídio Ocorridos no Município de Belém, nos anos de 2011 a 2013, por Tipo de Arma que ocasionou a Vitimização e Local do Óbito da Vítima.*

Variável	Categoria	Percentual
Tipo de Arma	Arma de Fogo	86,52
	Arma Branca	12,06
	*Outros Objetos	1,42
Local do Óbito	Via pública	47,38
	**Hospital	45,96
	Residência	3,86
	Estabelecimento Comercial	1,75
	Outros	1,05
Total	-	100,00

Nota: A Categoria com * refere-se à Garrafa, Pau, Pedra e Pernamanca; ** refere-se aos Hospitais de Pronto Socorro Municipal do Umarizal e do Guamá; às Unidades de Saúde Municipal; aos Hospitais Abelardo Santos, da Aeronáutica, Ordem Terceira e Gaspar Viana; A Categoria “Outros” refere-se a Ônibus, Terreno Baldio e Veículo.

4 BIBLIOGRAFIA

Bussab, W. O., & Morettin, P. A. (2013) *Estatística Básica*. São Paulo: Saraiva.

Chagas, C. A. N. (2014) Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: *Boletim amazônico de geografia*, Belém, v. 01, n. 1, p. 186-203, 2014.

Campos, M. E. A. L., Ferreira, L. O. C., Barros, M. D. A., & Silva, H. L. (2011) Deaths from homicide in a municipality in Brazil's northeast, based on police data, from 2004 to 2006. *Epidemiologia e serviços de saúde*. Brasília, 20(2), 151-159.

Cano, I., & Ribeiro, E. (2007) Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (Org.) *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

Macedo, A. C., Paim, J. S., Silva, L. M. V., & Costa, M. C. N. (2001) Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 35(6), 515-522.

Melo, L. (2014) Taxa de homicídios explode no Pará. *Diário do Pará*, Pará, 06 de jul. Atualidades, 10-11.

Mir, L. (2005) O custo da violência urbana para a saúde. *Rev. Ser médico*. 32 ed. São Paulo, jul.-set. Disponível em: <<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=197>>. Acesso em 22 jan. 2015.

Misse, M. (2014) Sujeição Criminal. In: Lima, R. S. (org.); Ratton, J. L (org.); Azevedo, R. G. (org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 204- 212.

Silva, E. L.; Menezes, E. M. (2001) *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Universidade Federal de Santa Catarina/PPGEP/LED, 3 ed., Florianópolis, 20-23.

Souza, E. R., Melo, A. N., Silva, J. G., Franco, S. A., Alazraqui, M., & González-Pérez, G. J. (2012) Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. *Ciência saúde coletiva*, Rio de Janeiro, 17(12), 3183-3193.

Waiselfisz, J. J. (2014) Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 1-190.

Waiselfisz, J. J. (2015) Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça.

APÊNDICE B – Solicitação de Autorização para Pesquisa Documental ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves – CPC-RC

Belém, 20 de julho de 2014.

Ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves
Att. Coordenação de Aperfeiçoamento e Pesquisa (COAPES)

Eu, **Isabella Fonseca Torres Vilaça**, perita criminal lotada no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém-PA, responsável principal pelo projeto de pesquisa para a elaboração de dissertação de Mestrado, o qual pertencente ao Programa de Pós-Graduação em "Defesa Social e Mediação de Conflitos", área de concentração *Segurança Pública, Conflitos e Justiça Criminal*, da Universidade Federal do Pará (UFPA), venho pelo presente, solicitar, através da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pesquisa (COAPES) deste Centro, autorização do Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves para realizar a coleta de dados da amostra, junto ao Instituto Médico Legal (IML) da referida Entidade, fundamental à realização de parte da pesquisa de campo do meu projeto.

O projeto (segue cópia em anexo), intitulado **"A RELAÇÃO DA VÍTIMA DE HOMICÍDIO COM SUA INSERÇÃO NA CRIMINALIDADE: um estudo com base nos registros de cadáveres necropsiados no IML do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém-PA, no período de 2012 a 2013"**, tem por objetivo analisar a relação das vítimas de homicídio, a partir de dezoito anos de idade, com a inserção destas na criminalidade, com base nos registros de cadáveres necropsiados no IML do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém-PA, no período de 2012 a 2013, e para tal, buscará identificar o perfil socioeconômico e criminal dos mortos por homicídio, bem como relacionar esses perfis entre si, posto que ainda são poucos os estudos que se lançam a discutir de forma clara e explícita a potencialização do evento morte por homicídio em função da inserção dessas vítimas no mundo do crime, ainda que, para ambos os casos, existam inúmeras pesquisas que apontem, isoladamente, a relação da criminalidade e da vitimização por homicídio ao fator pobreza.

Esta pesquisa está sendo orientada pelo Professor Edson Marcos Leal Soares Ramos.

Contatos do pesquisador principal: isbellavilaca@hotmail.com, (91)8836-8374; contatos do orientador: edson@ufpa.br, (91) 9113-6101.

Contando com a autorização desta Instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,


Isabella Fonseca Torres Vilaça
RG nº 3955431

SECRETARIA GABINETE CPC-RC
RECEBIDO: 03/09/14


Edson Marcos Leal Soares Ramos
RG nº 44 53 401
UFPA

APÊNDICE C – Solicitação de Autorização para Pesquisa Documental à Diretoria de Identificação "Enéas Martins" – DIDEM

 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS - PPGDSMC

Ofício Nº 058/2014 – PPGDSMC/UFPA Belém- PA, 01 de dezembro de 2014.

Ao Exmo. Sr.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado Geral de Polícia Civil

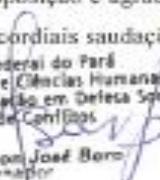
Assunto: Solicitação de Dados Estatísticos

Prezado Senhor:

O Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos da Universidade Federal do Pará cumprimenta Vossa Senhoria e, na oportunidade, apresenta a discente **ISABELLA FONSECA TORRES VILAÇA**, aluna regularmente matriculada neste Programa (curso de Mestrado), área de concentração em Segurança Pública, Conflitos e Justiça Criminal, na linha de pesquisa Conflitos, Criminalidade e Tecnologias da Informação, sob a Orientação do Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos.

O objetivo do presente é solicitar a V.Sª autorização para que a discente possa proceder à pesquisa documental neste Órgão, em especial que forneça o recorte do Banco de Dados referente aos crimes de homicídio ocorridos na Região Metropolitana de Belém, por meio das seguintes informações: Boletins de Ocorrências; tipo de procedimentos instaurados; modo da morte (baleamento, esfaqueamento etc); bairro, mês, dia da semana e hora do fato; nome do relator etc, no período de 2011 a 2014. Solicita-se, ainda, autorização para a realização de pesquisa documental no Instituto de Identificação, com o intuito obter os antecedentes criminais de parte do total de pessoas que foram vítimas de morte por homicídio no mesmo período, que corresponde à amostra selecionada a partir da população de mortos necropsiados no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém-PA.

Congratulando V.Sª e equipe, colocamo-nos à disposição e agradecemos a receptividade e guarda à nossa solicitação, enquanto despedimo-nos em cordiais saudações.


Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos
Prof. Dr. Wilson José Boro
Coordenador

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- Campus Universitário do Guamá- IFCH- Programa de Pós-Graduação e Defesa Social e Mediação de Conflitos – Av. Augusto Corrêa, nº 01, Belém-PA – CEP 66.075-900 – e-mail ppgdsmc@ufpa.br – fone: (091) 3201-7798.

Autorizado à Diretoria de Identificação e Perícias Científicas. 01.12.14

ANEXOS

ANEXO 1 – Normas para Submissão de Trabalho na Revista “ O Social Em Questão –
Revista do Departamento de Serviço Social da PUC - Rio”

ISSN 1415-1804 (Impresso) | ISSN 2238-9091 (Online)

O Social em Questão

Revista do Departamento de Serviço Social

Rio de Janeiro, 15/03/2016

[Página inicial](#) | [Créditos](#) | [Apresentação e Corpo Editorial](#) | [Instruções aos autores](#) | [Contato](#)

Todas as edições: Buscar na revista [consulta avançada](#)

A Revista

Chamadas e instruções aos autores

» Departamento de Serviço Social

» Editora PUC-Rio

» Créditos

Submissão on line

Os manuscritos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial apenas por meio eletrônico através do e-mail da Revista osq@puc-rio.br. O arquivo a ser anexado deve estar digitado em um processador de textos MS Word (extensão ".DOC"), página A4, letra padrão Arial 11, espaço 1,5 e margens de 2,5 cm a direita, esquerda, superior e inferior com numeração seqüencial de todas as páginas. As notas de rodapé devem estar redigidas em letra padrão Arial 8 com espaço simples.

Avaliação dos originais

Todo original recebido é avaliado por pares, membros da Comissão Editorial, do Conselho Editorial Científico ou pareceristas "ad hoc", para avaliação da pertinência temática, observação do cumprimento das normas gerais de encaminhamento de originais e avaliação da qualidade científica do trabalho. Os pareceres sempre apresentarão uma das seguintes conclusões: aprovado como está; favorável à publicação, mas solicitando alterações; não favorável à publicação. Todo parecer incluirá sua fundamentação. A revista O Social em Questão assegura o anonimato para os autores e avaliadores no processo de avaliação, permitindo liberdade para julgamentos e avaliações. As possíveis modificações de estrutura e conteúdo do texto serão acordadas entre os autores e a Comissão Editorial. Após aprovação, o artigo é revisado ortográfica e gramaticalmente. As alterações eventualmente realizadas serão encaminhadas para aprovação formal dos autores antes de serem encaminhados para publicação.

Todos os trabalhos resultantes de pesquisa, ou relato de experiência, que envolverem populações vulneráveis deverão apresentar o parecer do Comitê de Ética da instituição de origem do autor.

Forma e preparação de manuscritos

- Artigos originais:** (limite de até 9.000 palavras, incluindo texto e referências e excluindo tabelas, gráficos, folha de rosto, resumos e palavras-chave).
 - Pesquisa** - artigos apresentando resultados finais de pesquisas científicas;
 - Ensaio** - artigos com análise crítica sobre um tema específico;

- 1.3. **Revisão** - artigos com a revisão crítica da literatura sobre um tema específico.
2. **Relatos de experiência profissional**: estudo de caso contendo análise conceitual e descrição dos procedimentos de intervenção - limite máximo de 5.000 palavras;
3. **Comunicações**: informes prévios de pesquisas em andamento - extensão do texto de 3.000 palavras;
4. **Cartas ao Editor**: cartas contendo comentários sobre material publicado - limite máximo de 1.200 palavras.
5. **Entrevistas** : limite máximo de até 8.000 palavras;
6. **Resenha de livros**: poderão ser encaminhadas resenhas de livros publicados no Brasil ou no exterior - limite máximo de 2.500 palavras.
7. **Teses**: resumos de dissertações de mestrado ou teses de doutoramento defendidas e aprovadas em universidades brasileiras ou não (máximo de 500 palavras). Os resumos deverão ser encaminhados com o título oficial da tese, informando o título conquistado, o dia e o local da defesa. Deve ser informado igualmente o nome do orientador, o local onde a tese está disponível para consulta e as palavras-chave.
8. **Editorial**: o editorial é de responsabilidade do editor da revista, podendo ser redigido a convite - limite máximo de 2.500 palavras.

Estrutura

- Título do trabalho - deve ser apresentada a versão do título para o idioma inglês (máximo de 120 caracteres, incluindo espaços). Apresentar um título resumido para constar no alto da página quando da publicação (máximo de 40 caracteres, incluindo espaços).
- Nome dos autores: a revista publicará o nome dos autores segundo a ordem encaminhada no arquivo.
- Endereço completo de referência do(s) autor(es), titulação, local de trabalho e e-mail.
- Resumo de no máximo 100 palavras em português e versão em inglês. Quando o trabalho for escrito em espanhol, deve ser acrescido um resumo nesse idioma.
- Palavras-chave: mínimo de 3 e máximo de 5.

Os autores deverão informar quais organizações de fomento à pesquisa apoiaram os seus trabalhos.

Ilustrações

Tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotos e mapas serão incluídas no corpo do texto e devem ser numerados, por tipo, em algarismos arábico, com suas respectivas legendas e fontes (quando houver) e tendo sido atribuído um breve título.

Todos os documentos gráficos, somente em preto e branco, devem ser nítidos, em alta definição, resolução de 600 dpi em tamanho natural e salvas em arquivos JPG, TIFF ou BMP.

Referências

As referências, cuja exatidão é de responsabilidade dos autores, deverão ser apresentadas de modo correto e completo e limitadas às citações do texto, devendo ser numeradas segundo a ordem de entrada no texto, seguindo as regras propostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR-6023.

Exemplos

Citação indireta

Deve ser indicada no texto pelo sistema de chamada autor-data: (LEFEBVRE, 2008, p.132) ou "Segundo Lefebvre (2008, p.132)...".

Citação direta

Até três linhas, deve estar dentro do corpo do texto, entre aspas e com a mesma fonte do artigo. Se a citação for superior a três linhas, deve estar fora do corpo do texto, sem aspas, fonte Arial tamanho 10,

recuada 0,5cm do parágrafo, com espaçamento interlinear simples e margem direita igual à do texto.

Artigo de Periódico

ROSENFELD, Cinara L. Paradoxos do capitalismo e trabalho em *call centers*: Brasil, Portugal e Cabo Verde. *Caderno CRH*, v.20, n.51, p. 447-462, 2007.

Artigo de Periódico em formato eletrônico

LOPES, Thelma. Luz, arte, ciência - ação! *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.12, supl, p.401-412. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12s0/20.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2008.

Livro

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Capítulo de livro

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p.65-86.

Teses, dissertações e monografias

LIMA, Nisia V. T. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro. Políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Tese (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro. 1989.

Trabalhos Apresentados em Eventos

IAMAMOTO, Marilda V. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In *Anais... XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, Fortaleza: ABEPSS, 2004.

Relatórios

CAMPOS, MHR. *A Universidade não será mais a mesma*. Belo Horizonte: Conselho de Extensão da UFMG, 1984. (Relatório).

A bibliotecária da revista **O Social em Questão** promove a revisão e adaptação dos termos fornecidos pelos autores aos índices aos quais a Revista está inscrito. As contribuições serão publicadas obedecendo a ordem de aprovação do Conselho Editorial.

Declaração de Autoria e de Responsabilidade

Todas as pessoas designadas como autores devem responder pela autoria dos manuscritos e ter participado suficientemente do trabalho para assumir responsabilidade pública pelo seu conteúdo. Para tal, deverão encaminhar, após a aprovação do artigo, a declaração de autoria e termo de transferência de direitos autorais. Quando utilizadas fotos com pessoas, estas devem vir acompanhadas da permissão por escrito dos fotografados, mesmo quando não identificados. A utilização de fotos com crianças ou adolescentes deve respeitar a legislação vigente. Modelos serão enviados aos interessados, pela coordenação da revista, quando solicitados pelo e-mail: osq@puc-rio.br.

As opiniões emitidas nos trabalhos publicados, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências são de exclusiva responsabilidade dos seus autores, não refletindo necessariamente a posição do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

ANEXO 2 – Normas Para Submissão de Trabalho no “ I Congresso Internacional de Segurança e Defesa

I CISD

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA E
DEFESA

INÍCIO	TRABALHOS	CONGRESSO	DATAS	PALESTRANTES	INSCRIÇÕES	CONTATOS	ORGANIZADORES
HOTELARIA	PROGRAMAÇÃO						

Os interessados em apresentar trabalho no I CISD terão que enviar o resumo até 05/10/2015, e a divulgação dos resultados no dia 10/10/2015. O prazo de envio de trabalho completo será até 20/10/2015, para envio de **Trabalho Completo**:

O **Resumo** é a primeira etapa de submissão e deverá ser enviado no prazo acima estabelecido ao email do evento (cisd2015@gmail.com) para avaliação e parecer dos avaliadores. **Para elaboração do resumo**, os autores deverão seguir as seguintes orientações:

Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento simples, Máximo 2 páginas (6.000 caracteres com espaço). Margem superior e inferior 2,5cm, direita e esquerda 3,0cm. O resumo deverá ser elaborado sem parágrafo e em corpo único (deverá abordar Introdução, Objetivos, Metodologias, Resultados Preliminares). Indicação do estágio da pesquisa. Nome dos autores no início da página e à direita, seguido, na linha abaixo, de instituição, e-mail. Título centralizado.

O envio dos **Trabalhos Completos**, em word, constitui a segunda etapa de submissão e deverá ser enviado no prazo acima estabelecido para o email do evento (cisd2015@gmail.com) a fim de constar na publicação I CISD. **Para elaboração dos trabalhos completos**, os autores deverão seguir as seguintes orientações:

Fonte Times New Roman, tamanho 12, entre linhas 1,5 linha, máximo de 10 páginas (Já incluso o resumo). Margem superior e inferior 2,5cm, direita e esquerda 3,0cm. O trabalho deve conter: Introdução, Objetivos, Metodologias, Resultados preliminares e Bibliografia, segundo as normas da APA (American Psychological Association), última edição; indicação do estágio da pesquisa. Nome dos autores no início da página e à direita, seguido, na linha abaixo, de instituição, e-mail. Título centralizado. Cada capítulo, em caixa alta, seguido de um espaço.

ANEXO 3– Carta de Aceite para Submissão de Trabalho no “ I Congresso Internacional de Segurança e Defesa”

carta de aceite CISD ↑ ↓ ✕

I Congresso Internacional de Segurança e Defesa (cisd2015@gmail.com) [Adicionar aos contatos](#) 25/08/2015 [Documentos](#) Ações ▾

Para: isabellavilaca@hotmail.com, 07joseluiz@gmail.com, Edson Ramos ^A

De: **I Congresso Internacional de Segurança e Defesa** (cisd2015@gmail.com)
Enviada: terça-feira, 25 de agosto de 2015 00:51:32
Para: isabellavilaca@hotmail.com; 07joseluiz@gmail.com; Edson Ramos (ramosedson@gmail.com)

📎 1 anexo | [Baixar tudo como zip](#) (142,1 KB)
[CISD - Resumo 30 \(Isabella Fonseca Torres Vilaça\).pdf](#) (142,1 KB) [Exibir online](#)

Partes desta mensagem foram bloqueadas para sua segurança.
[Mostrar conteúdo](#) | [Confio em cisd2015@gmail.com. Sempre mostrar conteúdo.](#)

Prezados(as): Isabella Fonseca Torres Vilaça

Edson Marcos Leal Soares Ramos

José Luiz de Carvalho Lisboa

O Comitê Organizador do 1º CISD – Congresso Internacional de Segurança e Defesa, a ser realizado na Universidade de Cabo Verde/Campus Praia – Cabo Verde, no período de 15 a 19 de novembro de 2015, tem o prazer de informar que:

1) O Resumo submetido à comissão científica e intitulado “Homicídio em Belém-PA: a relação do Perfil Socioeconômico das Vítimas com o perfil do óbito a partir dos registros de cadáveres necropsiados no Centro de Perícias Renato Chaves”, foi aceite para apresentação no congresso.